



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NIVEA MASSARETTO VERGES

**CRÍTICA À NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE RURAL
EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO
PONTAL DO PARANAPANEMA – SP**

Presidente Prudente

2013

NIVEA MASSARETTO VERGES

**CRÍTICA À NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE RURAL
EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO
PONTAL DO PARANAPANEMA – SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico - Linha de Pesquisa: Dinâmicas da Natureza, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Doutor João Osvaldo Rodrigues Nunes

Presidente Prudente

2013

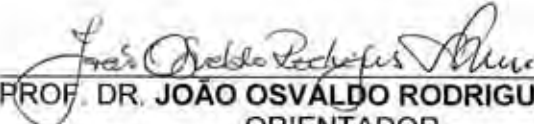
FICHA CATALOGRÁFICA

V613c Verges, Nivea Massaretto.
Crítica à noção de multifuncionalidade rural em assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema – SP / Nivea Massaretto Verges. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
134 f.

Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Multifuncionalidade Rural. 2. Assentamentos Rurais. 3. Agronegócio Canavieiro. 4. Parcerias. 5. Geografia. I. Nunes, João Osvaldo Rodrigues. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Crítica à noção de multifuncionalidade rural em assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema – SP.

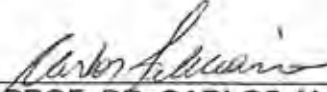
BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES
ORIENTADOR



PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
(UFG)



PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UNESP/FCT)



NIVEA MASSARETO VERGES

Presidente Prudente (SP), 01 de novembro de 2013.

RESULTADO: APROVADO



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo, João Vitor Gobis Verges, por seu amor, apoio, incentivo e auxílio em todas as etapas da pesquisa e da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da minha vida e por todas as oportunidades que tem me dado;

Ao meu esposo, João Vitor, por estar sempre me apoiando e orientando, com muito amor e carinho, não apenas na academia, mas em nosso dia a dia;

À minha família: Toninho (pai), Regina (mãe), Nadya (irmã), Murilo (irmão), Laide (avó) e Benedicto (avô), pelas orações e incentivo com os estudos e com minha vida profissional;

Ao professor e amigo João Osvaldo: pela orientação, pelo apoio em minhas decisões particulares e, principalmente, pelos trabalhos de campo realizados;

À Manira Mie, Caio e Caike: pela compreensão e pelo apoio dado aos fins de semana que ficaram sem a companhia do esposo/pai para a realização dos trabalhos de campo;

Aos meus amigos professores: Leonardo, Vanessa, Carol e André, pelos momentos angustiantes, mas também pelos muitos momentos descontraídos de nossa caminhada profissional;

Aos meus amigos e afilhados: Vanessa e André, pela hospitalidade durante minhas viagens à Presidente Prudente;

Aos amigos inesquecíveis: Thais, Alex (Malcon), Denise, Chris, Gregório, Guilherme, Gabriele, Anderson, Alex Marighetti, Viviane, Janaína e Tiago, pela nossa maravilhosa união e companheirismo que ultrapassa a distância entre nós;

A todas as famílias dos assentamentos Santa Teresinha da Alcídia e Antonio Conselheiro II, que abriram suas portas para realizarmos nossa pesquisa, em especial, Sr. Pedro e Sra. Maria Júlia e Sr. Adão e Sra. Amélia, por nos hospedar com muito carinho em suas casas durante os trabalhos de campo realizados. Sem vocês este trabalho não teria sido possível;

À querida amiga Cinthia, da secretaria de pós-graduação da FCT/UNESP: por todas as informações e auxílios prestados nesta caminhada do mestrado;

Ao ITESP – pela planta topográfica dos assentamentos rurais;

À Prof.^a Maria Cristina Perusi: pelas contribuições no Exame Geral de Qualificação;

Aos professores Adriano Rodrigues de Oliveira e Carlos Alberto Feliciano:
pelas contribuições da banca de defesa;

À amiga Vanessa, pela ajuda na normatização da dissertação;

A todos vocês que estiveram presentes na caminhada do mestrado e que
fazem parte da minha vida!

Muito obrigada!

EPÍGRAFE

*Já dizia Patativa
Nos seus versos sem zum-zum,
Que essa terra é desmedida
E devia ser comum.
Devia ser repartida
Um taco para cada um.*

*O poder preocupado
Em manter o capital
Longe do risco, da crise
Em escala universal
Fecham os olhos, adormecem
Ante a questão social.*

*Ele bem que poderia
Numa ação prioritária,
Em respeito ao compromisso
Feito com a classe operária,
Sem o neoliberalismo,
Fazer a reforma agrária.*

*Se feita a reforma agrária
Se sela um acordo de paz,
Se acaba a briga no campo
Contra multinacionais,
Latifúndios ociosos
Com seus crimes sociais*

*Aquela reforma agrária
Que foi de público acertada,
Fazem tudo os ruralistas
Pra que seja escanteada,
E a verdade é que o governo
Não tem feito quase nada.*

*Foi substituída
Por programas sociais,
Moradia, luz no campo,
Com outros essenciais
Como a água e a saúde
Que ajudam a viver mais.*

*Mas, por o homem no campo
Como centro da questão,
Isso não vem sendo feito
Com a devida precisão...
Quando muito à conta-gota
Pra conter a insurreição.*

*A reforma agrária é boa
Para o homem e a natureza
Porque vai poder plantar
Dando mais verde e beleza
Sem agredir sua fauna,
Sem causar mais avareza*

*Com a terra posta à mão
Do pequeno produtor
Os alimentos da terra
Voltarão a ter mais sabor,
A ser saudáveis à vida,
A ser mais puro em teor*

*A vida no campo é bela
Não há nem comparação,
A família que produz
Tem da verdura ao feijão,
Tem um ar pra respirar
Sem a menor poluição.*

(O Cordel na Reforma Agrária – Medeiros Braga)

RESUMO

Durante as décadas de 1960 e 1970 ocorreu a modernização da agricultura brasileira, incentivada pela Revolução Agrícola, também conhecida como “Revolução Verde”. Entretanto, tal modernização não ocorreu de forma homogênea no território brasileiro, além disso, este modelo produtivista foi contestado, pois ao invés de solucionar os problemas relacionados à fome, acentuou as desigualdades e trouxe consequências negativas. Com o questionamento da eficiência desse modelo, buscaram-se alternativas para resolver os problemas gerados por ele. Diante disso “outros olhares” foram lançados sobre o meio rural, visto não como o espaço atrasado, mas como portador de soluções para a crise socioambiental gerada pelo modelo produtivista. Esses novos olhares estão associados ao conceito de multifuncionalidade rural. Este trabalho teve como objetivo verificar se existe a multifuncionalidade rural no Brasil, levando em conta a realidade dos assentamentos rurais da Região do Pontal do Paranapanema – SP, áreas em que as novas tecnologias não chegaram. Para averiguar se a noção de multifuncionalidade rural é aplicável nos assentamentos foram levados em consideração vários questionamentos acerca desta noção, se refletindo em possibilidades e impasses. E, de forma geral, foi identificado que não existe multifuncionalidade rural nos assentamentos rurais selecionados para a pesquisa e esta noção também não é aplicável para a realidade brasileira.

Palavras-chave: Multifuncionalidade Rural; Assentamentos Rurais; Agronegócio Canavieiro; Parcerias.

ABSTRACT

During the decades of 1960 and 1970 have happened the modernization of the Brazilian agriculture, encouraged by Agricultural Revolution, also know like "Green Revolution". However, this modernization not happened with the same form at the Brazilian territory, beyond, this productive model was contested, because don't bring a solution to the problem linked with the hunger, and accentuated the social differences and bring negative consequences. With the questions about the efficiency of this model, seeks alternatives to resolve the problems linked and created starting by then. In this context, another looks was created to the rural space, look no more like an arrear local, but like a possessor of the solutions to the socioenvironmental crises created for the productivity model. The new looks are associated with the concept of Rural Multifunctionality. This work have like a objective verify if the multifunctionality is possible in Brazil, having in consideration the reality of the rural settlements of the Pontal do Paranapanema – SP region, areas that the new technologies not come yet. To verify that the notion about the multifunctionality is possible in the rural settlements, we raise many considerations and questions about this notion, reflecting in possibilities and impasses. In a general form, was identified that don't exist rural multifunctionality at the rural settlements located in the selection for this study and this notions is also not applicable to the Brazilian reality.

Keywords: Rural Multifunctionality; Rural Settlements; Sugarcane agribusiness; Partnerships.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos municípios do Pontal do Paranapanema e dos assentamentos rurais PE Santa Teresinha da Alcídia e PA Antonio Conselheiro II.	18
Figura 2 - Redução da produtividade agrícola: Comparação entre as superfícies agrícola por cultivo entre os anos de 1990-2005, na Província de Alicante – Espanha.	32
Figura 3 - Localização dos Municípios da Região do Pontal do Paranapanema – SP.	45
Figura 4 - Percentual do crescimento da área plantada de cana de açúcar nos municípios do Pontal do Paranapanema, no período de 2003 a 2012.	52
Figura 5 - Evolução da área plantada de cana-de-açúcar na Região do Pontal do Paranapanema – SP.	54
Figura 6 -Evolução da área plantada de cana-de-açúcar no município de Teodoro Sampaio – SP, com destaque para a área onde se situa o Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.	55
Figura 7 - Estrada que leva ao Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, com a localização da usina e o plantio de cana-de-açúcar. Foto: Autora, 2010.	56
Figura 8 - Evolução da área plantada de cana-de-açúcar no município de Mirante do Paranapanema – SP, com destaque para a área onde se situa o Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	57
Figura 9 - Situação dos lotes com o fim das parcerias e descumprimento de contrato por parte da usina em relação à colheita da cana no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia. Foto: Autora, 2010.	67
Figura 10 - Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo.	74
Figura 11 - Mapa Geológico do Oeste Paulista.	76
Figura 12 - Parte do Mapa Pedológico do Estado de São Paulo, com destaque para o Pontal do Paranapanema-SP.	78
Figura 13 - Trajetos preferenciais das massas de ar que atingem o Oeste Paulista, inferidos da pluviosidade média de trinta anos (1967-1996).	79

Figura 14 - Valores médios mensais de deficiência hídrica, excedente hídrico, retirada de água do solo e reposição de água no solo da quadrícula geográfica de 0,50 x 0,50 com centro na longitude 52,50 W e latitude 22,50 S (1950-1999).	80
Figura 15 - Localização dos lotes do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, no município de Teodoro Sampaio – SP.	82
Figura 16 - Resultado do tempo de residência nos lotes das famílias do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.....	83
Figura 17 - Resultado do número de membros que residem nos lotes do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.....	84
Figura 18 - Casa de alvenaria do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.....	85
Figura 19 - Destino final do lixo no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.....	86
Figura 20 - Participação das famílias em reuniões entre assentados no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.....	87
Figura 21 - Produção realizada nos lotes do assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.....	89
Figura 22 - Produção nos lotes do assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, em relação à alimentação diária.	90
Figura 23 - Formas de renda não ligadas à produção agrícola no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.	91
Figura 24 - Renda total mensal das famílias do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.....	92
Figura 25 - Nível de eficiência em relação à renda mensal das famílias do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.....	93
Figura 26 - Existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal nos lotes do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.	95
Figura 27 - Áreas de Reserva Legal, ao fundo, em lote no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.	96
Figura 28 - Área de fundo de vale, com curvas de nível estouradas e início de processos erosivos no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia. ..	96
Figura 29 -Plantio de árvores realizado nos lotes pelas famílias do assentamento Santa Teresinha da Alcídia.	97

Figura 30 - Localização dos lotes do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II, no município de Mirante do Paranapanema – SP.	100
Figura 31 - Resultado do tempo de residência nos lotes das famílias do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	101
Figura 32 - Resultado do número de membros que residem nos lotes do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	102
Figura 33 - Casa de alvenaria do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	103
Figura 34 - Destino final do lixo no Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	103
Figura 35 - Participação das famílias em reuniões entre assentados no Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	104
Figura 36 - Horta Comunitária do Assentamento Antonio Conselheiro II.	106
Figura 37 - Produção realizada nos lotes do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	106
Figura 38 - Produção nos lotes do assentamento Federal Antonio Conselheiro II, em relação à alimentação diária.	107
Figura 39 - Diversificação da produção em lote do assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	108
Figura 40 - Formas de renda não ligadas à produção agrícola no Assentamento Federal Antônio Conselheiro II.	109
Figura 41 - Renda total mensal das famílias do Assentamento Antonio Conselheiro II.	111
Figura 42 - Nível de eficiência em relação à renda mensal das famílias do Assentamento Antonio Conselheiro II.	112
Figura 43 - Existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal nos lotes do Assentamento Antonio Conselheiro II.	114
Figura 44 - Áreas de Reserva Legal, ao fundo, em lote no Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.	115
Figura 45 - Início de processos erosivos no Assentamento Antonio Conselheiro II e curvas de nível mal feitas, insuficientes para barrar as enxurradas provocadas em períodos chuvosos.	116
Figura 46 - Plantio de árvores realizado nos lotes pelas famílias do assentamento Antonio Conselheiro II.	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Plano amostral para a aplicação dos questionários.	22
Tabela 2 - Evolução da área plantada, em hectares e porcentagem, da cana-de-açúcar nos Municípios da Região do Pontal do Paranapanema – 2003 a 2012.	50
Tabela 3 - Relação da área plantada de cana-de-açúcar, em hectares, e do percentual das áreas do Estado de São Paulo e dos Municípios do Pontal do Paranapanema – 2003 a 2012.	57
Tabela 4 - Relação dos assentamentos rurais que realizaram a “parceria” com a Destilaria Alcídia, na região do Pontal do Paranapanema.	71
Tabela 5 - Origem dos benefícios recebidos pelas famílias do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.	91
Tabela 6 - Origem dos benefícios recebidos pelas famílias do Assentamento Antonio Conselheiro II.	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da realidade do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia Em relação às questões da Multifuncionalidade Rural.	98
Quadro 2 - Síntese da realidade do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II em relação às questões da Multifuncionalidade Rural.	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
OBJETIVOS	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
CAPÍTULO I - ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE RURAL	23
1 SURGIMENTO DA NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE RURAL.....	23
1.1 Contexto histórico do surgimento da noção de multifuncionalidade rural	27
1.2 Multifuncionalidade rural: da teoria exemplar à prática contestável da União Europeia	29
1.3 Os contornos da multifuncionalidade rural no Brasil	34
1.4 A noção de multifuncionalidade rural na elaboração de políticas públicas brasileiras	36
1.5 Questionamentos acerca da Multifuncionalidade Rural no Brasil	38
2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA	44
2.2 As parcerias entre usinas e os assentamentos rurais para o plantio da cana-de-açúcar	59
CAPÍTULO III - ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS, AMBIENTAIS E O DILEMA ENTRE MONOCULTURA E DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS.....	73
3.1 Projeto de Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia e as “parcerias” firmadas com a usina de cana-de-açúcar.....	81
3.2 Projeto de Assentamento Federal (PA) Antonio Conselheiro II e a resistência às parcerias com a usina.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE	126

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi norteado a partir dos resultados obtidos na monografia defendida no ano de 2010, na qual foi pensada a noção de multifuncionalidade rural como uma opção para os assentados a fim de melhorarem as condições de vida em seus lotes. Nesse sentido, a reflexão teórica inicial da dissertação foi acerca das possibilidades desta noção no espaço rural brasileiro, tendo como questões de investigação a existência da multifuncionalidade nos assentamentos rurais e se seria viável a sua aplicação para a realidade brasileira, especialmente, nos assentamentos pesquisados.

Contudo, a hipótese inicial, da multifuncionalidade como opção de melhoria aos assentados, foi contestada diante das discussões nas aulas realizadas na pós-graduação e das revisões bibliográficas, encaminhando este trabalho para outra direção, ou seja, da crítica à noção de multifuncionalidade rural.

O surgimento da noção de multifuncionalidade rural está relacionado às críticas que foram feitas ao modelo produtivista em relação às consequências negativas que gerou nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Tais consequências ocorreram pela adoção do pacote tecnológico trazidos pela Revolução Agrícola, conhecida também como a Revolução Verde. Diante disso “outros olhares” foram lançados sobre o espaço rural, visto agora não como o espaço atrasado, mas como portador de soluções para a crise socioambiental gerada pelo modelo produtivista. Esses novos olhares estão associados à noção de multifuncionalidade rural.

No caso da agricultura brasileira, esta passou por um processo de modernização, nas décadas de 1960 e 1970. Entretanto, essa modernização não ocorreu de forma homogênea no território brasileiro, algumas regiões foram privilegiadas, enquanto outras não tiveram acesso às novas tecnologias, acentuando as desigualdades no território brasileiro.

Nesse sentido, o trabalho foi norteado a fim de verificar se existe multifuncionalidade rural no Brasil, tendo como parâmetro os assentamentos rurais de Reforma Agrária, que estão situados na Região do Pontal do Paranapanema – SP, o Assentamento Estadual (PE) Santa Teresinha da Alcídia, localizado no município de Teodoro Sampaio – SP e o Assentamento

Federal (PA) Antonio Conselheiro II, localizado no município de Mirante do Paranapanema, conforme pode ser observado na Figura 1. Esses assentamentos, embora não tenham sido atingidos, são produtos desse processo de modernização agrícola.

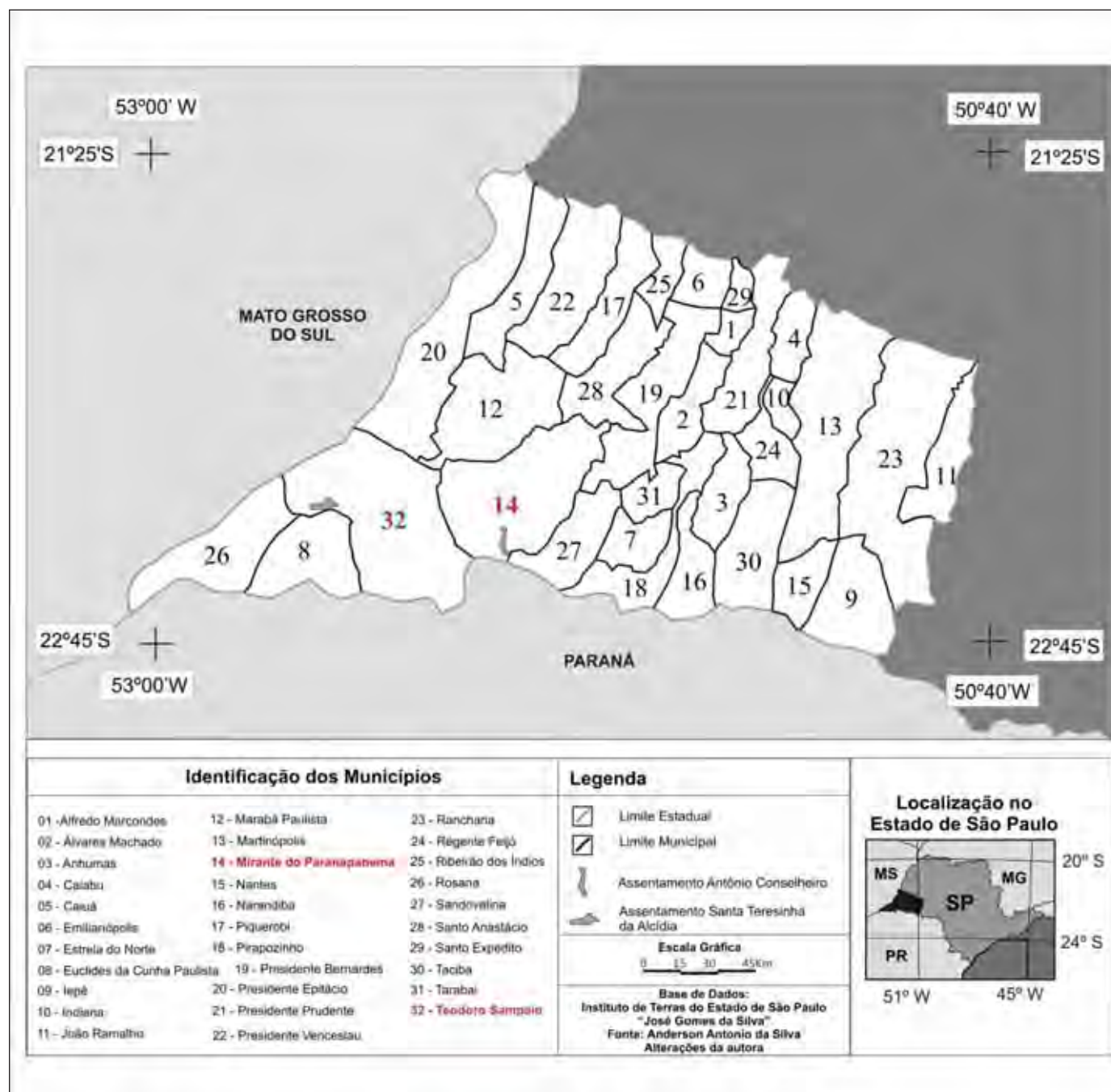


Figura 1 - Localização dos municípios do Pontal do Paranapanema e dos assentamentos rurais PE Santa Teresinha da Alcídia e PA Antonio Conselheiro II.

Para averiguar se a noção de multifuncionalidade rural é aplicável nos assentamentos foram levados em consideração vários questionamentos acerca

desta noção, se refletindo em possibilidades e impasses. As possibilidades são colocadas como uma forma de resolução dos problemas socioambientais gerados pelo modelo produtivista, tendo como resultado a segurança alimentar, a manutenção do tecido social e econômico e a preservação dos recursos naturais. Os impasses são colocados diante de uma noção criada para a realidade europeia, bastante diferente da realidade brasileira, principalmente para o caso dos assentamentos rurais e, por isso, não seria eficaz a adoção deste conceito no Brasil.

Unindo essas questões em torno da noção da multifuncionalidade rural, da realidade europeia, da realidade brasileira e da realidade dos assentamentos rurais, o trabalho buscou analisar a condição dos assentamentos rurais e a vida dos assentados, verificando se existe a multifuncionalidade rural e se esta noção é aplicável para a solução de problemas do campo brasileiro.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Fazer uma análise comparativa entre assentamentos no Pontal do Paranapanema para a verificação da aplicabilidade da noção de multifuncionalidade rural no Pontal do Paranapanema, tendo como parâmetros o Projeto de Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, que realizou as parcerias para o plantio da cana-de-açúcar e o Projeto de Assentamento Federal Antonio Conselheiro II, que não aderiu às parcerias para o plantio de cana-de-açúcar.

Objetivos específicos

- Analisar o surgimento da noção de multifuncionalidade, o contexto histórico em que foi criado e suas aplicações no campo brasileiro;
- Analisar o histórico da ocupação da Região do Pontal do Paranapanema, da luta pela terra e descrever o processo de expansão da produção de cana-de-açúcar na região e nos assentamentos selecionados;
- Descrever as características físicas da Região onde se encontram os assentamentos rurais selecionados;
- Realizar um levantamento histórico das parcerias no Projeto de Assentamento Estadual (PE) Santa Teresinha da Alcídia, buscando informações sobre seus contratos;
- Analisar os aspectos sociais, econômicos e ambientais no Projeto de Assentamento Estadual (PE) Santa Teresinha da Alcídia, que realizou o plantio da cana-açúcar e no Projeto de Assentamento Federal (PA) Antonio Conselheiro II, que não realizou as parcerias para o plantio da cana-de-açúcar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos específicos: compreensão da noção de multifuncionalidade, o contexto histórico em que foi criado e suas aplicações no campo brasileiro; histórico da ocupação da Região do Pontal do Paranapanema, da luta pela terra; o processo de expansão da cana-de-açúcar, a história da implantação dos assentamentos selecionados, assim como os contratos das parcerias realizadas entre as usinas e os assentados, foi realizado levantamento bibliográfico.

Na região do Pontal do Paranapanema existem sete assentamentos rurais em que os assentados arrendaram parte de seus lotes (30%) para o plantio da cana-de-açúcar. Dentre os sete assentamentos, e para a realização deste trabalho, foi selecionado o Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia que está situado no município de Teodoro Sampaio (Tabela 1). A escolha desse assentamento é devido à representatividade que possui no Pontal do Paranapanema em relação às parcerias realizadas com a usina, do qual 92% dos lotes realizaram as parcerias e também por estar localizado próximo à Usina ETH – unidade Alcídia, que pertencem ao grupo Odebrecht.

A escolha do Projeto de Assentamento Federal Antonio Conselheiro II foi realizada através de trabalho de campo, onde se constatou que o assentamento não havia feito a opção pela parceria com a usina para o plantio da cana-de-açúcar. Além disso, a área do assentamento já era conhecida devido a trabalhos realizados anteriormente, o que facilitaria a obtenção de informações e até mesmo as questões de logística.

Os aspectos físicos da Região onde se encontram os assentamentos teve como base a caracterização geomorfológica e geológica, que foi elaborada de acordo com os dois primeiros níveis de abordagem proposta por Ab'Saber (1969): Compartimentação Topográfica e Estrutura Superficial da Paisagem, tendo como referência o trabalho de Ross e Moroz (1997) sobre o Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. Em relação aos aspectos pedológicos regionais, estes foram realizados com base em Oliveira et al (1999). A caracterização climática foi realizada de acordo com Boin (2000) e balanço hídrico de acordo com Tommaselli; Freire; Carvalho (1999).

Para compreender as dimensões social, econômica e ambiental dos assentamentos rurais o questionário foi o principal instrumento de coletas de informações junto à população assentada. Durante a realização das entrevistas foi utilizada a mesma estrutura de questionário tendo em vista coletar informações que possibilitasse estabelecer parâmetros de comparação entre os assentamentos selecionados.

Optou-se por trabalhar nos questionários apenas perguntas fechadas, entretanto, alguns entrevistados se sentiram instigados em realizar algum tipo de complementação de resposta, fornecendo assim elementos que foram além da capacidade de uma pergunta. Nestes casos, o registro desses relatos foi feito em espaço branco, deixado ao final do questionário, pois se entende que na fase de interpretação dos dados essas anotações poderiam contribuir com a qualificação das análises das respostas fechadas. O modelo do questionário encontra-se na parte “anexo” deste trabalho.

Durante a fase de campo, foi entrevistado, preferencialmente, o titular do lote, entretanto, no caso de ausência do titular outro membro da família com conhecimento sobre o lote pode responder o questionário.

A definição do número de questionários aplicados foi realizada de acordo com Gerardi (1981). O plano amostral adotado foi de, aproximadamente, 40%. Dessa forma, para o PE Santa Teresinha da Alcídia foram aplicados 10 questionários e 21 questionários para o PA Antonio Conselheiro II, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Plano amostral para a aplicação dos questionários.

Assentamento Rural	Ano de Criação do Assentamento	Área do Assentamento (em hectares)	Número Total de Lotes	Número de Questionários aplicados	Percentual de Questionários Aplicados
PE Santa Teresinha da Alcídia	1998	1.345	26	10	38,46
PA Antonio Conselheiro II	1999	1.078	65	21	32,30

Fonte: DATALUTA, 2011, organizado pela autora.

A escolha da distribuição geográfica das entrevistas foi realizada de forma aleatória, sendo um lote sim, um lote não, envolvendo toda a área do assentamento rural. O modelo do questionário pode ser encontrado ao final do trabalho, em “APÊNDICE A”.

CAPÍTULO I - ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE RURAL

1 SURGIMENTO DA NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE RURAL

A noção da multifuncionalidade rural começa a ser discutida após as mudanças trazidas pela Revolução Agrícola, que impôs um novo padrão de produção para a agricultura entre as décadas de 1960 e 1970, conhecidas como a Revolução Verde. Muitas dessas mudanças foram vistas como algo prejudicial, que gerou consequências negativas, tanto pela inserção pesada da mecanização no campo, quanto pela monocultura, que afetou o meio ambiente. Tais consequências ocasionaram problemas sociais decorrentes da elevada concentração fundiária e predomínio da agroindústria.

Segundo Muller (2007), o atual modelo de desenvolvimento foi norteado por um pensamento técnico-econômico, sendo que os processos de urbanização, industrialização e modernização da agricultura foram idealizados como hegemônicos. Porém, ao privilegiar o crescimento econômico, este modelo foi responsável pela degradação ambiental, crescimento desigual da riqueza gerada pelo avanço tecnológico entre os agricultores e entre regiões, mudanças no trabalho da família, pelo êxodo rural, e consequente inchaço dos centros urbanos e pela marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial.

Diante desses fatos é que se começa a lançar “outros olhares” sobre o espaço rural, numa tentativa de vê-lo como portador de soluções para a crise socioambiental (MULLER, 2007), ou seja, a partir das múltiplas funções que o espaço rural pode oferecer, pretende-se reduzir a desigualdade social, principalmente aquela encontrada no campo, e reduzir os danos ambientais da sociedade produtivista. São esses olhares que estão associados à noção de multifuncionalidade rural.

A noção de multifuncionalidade surge pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, a União Europeia assume o conceito como o foco da reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Entretanto, é na França que a discussão sobre a multifuncionalidade provoca um embate maior, onde

foi incorporada no debate acadêmico em forma de políticas públicas, numa tentativa de reconhecer as atribuições desempenhadas pela agricultura de forma gratuita ao conjunto da sociedade. Esta tentativa foi feita através de contratos firmados entre Estado e agricultores. Segundo Candiotto:

A partir do debate acadêmico e de um governo com inclinação esquerdista, a França incorpora formalmente, de 1999 até 2002, a noção de multifuncionalidade em sua política agrícola, através da LOA – Lei de Orientação Agrícola, votada e promulgada em 1999 (CANDIOTTO, 2009, p. 5).

Na França, a modernização da agricultura garantiu a segurança alimentar interna e posição favorável no mercado internacional, porém, seus efeitos negativos nos aspectos econômico, social e ambiental fez com que o país pensasse em alternativas que pudessem solucionar tais problemas (WANDERLEY, 2003).

De acordo com Soares (2000; 2001), pode-se afirmar que a noção de multifuncionalidade aborda quatro funções chave da agricultura:

- Contribuição à segurança alimentar: relacionada ao fato de que a contribuição para a segurança alimentar exercida por uma família de agricultores ou por assentamentos de reforma agrária é bem maior do que uma propriedade patronal, pois a primeira possui uma produção policultura, enquanto que a segunda tem seu foco na monocultura;
- Função ambiental: realizando o policultivo tradicional, os impactos ambientais são muito diferentes do que o da monocultura, que apresenta um alto grau de dependência de insumos químicos; A conservação dos recursos naturais e da paisagem também seria outra contribuição em relação aos aspectos ambientais;
- Função Econômica e Função Social: sabe-se das diferenças entre os diversos modelos de uso da terra e, principalmente do acesso à terra, que gera cada mais desigualdade social. Nesse sentido, a noção de multifuncionalidade seria uma tentativa de solucionar estas diferenças, através da manutenção de um tecido cultural e social, geração de oportunidades de emprego e renda local, contribuições essas que poderiam ocorrer através do turismo rural e lazer, por exemplo.

Todos esses aspectos relacionados à multifuncionalidade rural contribuiriam, assim, para fazer com que o espaço rural se torne portador de soluções.

Sobre a definição da noção de multifuncionalidade, os ministros da agricultura da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) designaram em 1998:

Além de sua função primária de oferecer alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais, tais como a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais (PERONDI, 2004, p.9).

Diante disso, observa-se que a multifuncionalidade é um novo modelo de desenvolvimento que pretende a diversificação econômica dos espaços rurais. De acordo com Segrelles Serrano,

Con este nuevo enfoque se pretende combinar la función productora de alimentos con otras actividades que garanticen el mantenimiento del tejido social, la conservación del medio natural y la mejora de las condiciones de vida y trabajo de la población rural (SEGRELLES SERRANO, 2007, p. 91).

Para Segrelles Serrano, isso significaria que o espaço rural passaria a ter duas funções: produção de bens e bens públicos ou serviços imateriais, ligados ao bem estar das pessoas e o respeito ambiental. Entretanto, os aspectos característicos da multifuncionalidade não são novos, pois fazem parte de uma realidade histórica e social. Ou seja, historicamente a agricultura tem múltiplas funções, como a segurança alimentar e a manutenção do tecido econômico e social rural,

[...] o grande diferencial em relação ao passado – onde a agricultura já tinha elementos de multifuncionalidade – é a institucionalização da perspectiva da multifuncionalidade pelo Estado, através de uma política pública com compensações financeiras aos agricultores, com o objetivo de garantir uma relativa conservação ambiental e sociocultural (CANDIOTTO, 2009, p. 6).

De acordo com Candiotto, embora os elementos da multifuncionalidade não sejam novos, a institucionalização pelo Estado é de extrema importância para o reconhecimento das múltiplas funções que a agricultura camponesa

exerce para a sociedade, e que através de políticas públicas adequadas, pode fortalecer a agricultura camponesa (CANDIOTTO, 2009).

Para Carneiro e Maluf (2003), esta abordagem da multifuncionalidade se diferencia das anteriores na medida em que:

Valoriza as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.19).

Pode-se afirmar que a multifuncionalidade tem um desafio a superar, que se trata de:

[...] unificar as diferentes demandas e preocupações em relação ao mundo rural e às unidades familiares que o compõem, numa espécie de nova síntese em substituição ao paradigma que esteve na base da “modernização da agricultura” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.20).

Nesse sentido, a noção de multifuncionalidade passaria a favorecer uma noção mais abrangente que não apenas o “agrícola”, mas enfatizando as unidades familiares e o rural.

É importante ressaltar que a noção de multifuncionalidade foi pensada num enfoque para a formulação de políticas públicas, portanto, existem contribuições com distintas origens e preocupações que devem ser analisadas individualmente. Segrelles Serrano (2007) atenta que:

Hay que tener en cuenta que detrás de cada modelo de agricultura existe un modelo teórico, o paradigma, que lo fundamenta. Este paradigma no es único ni estable y ha experimentado desde comienzos de la década de los años cincuenta una evolución clara desde los enfoques netamente productivos, centrados en la modernización y rentabilidad de la agricultura, hasta los esquemas actuales que abogan por una consideración integral, global, sostenible y multifuncional del medio rural (SEGRELLES SERRANO, 2007, p. 90).

Dessa forma, deve-se atentar às diferentes abordagens, pois além dos diferentes modelos teóricos, “a noção de multifuncionalidade da agricultura é passível de diversas acepções por terem surgido como um objetivo de política pública” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 18). Nesse sentido, será apresentado o

contexto histórico em que a noção de multifuncionalidade foi elaborada e também de alguns questionamentos críticos.

1.1 Contexto histórico do surgimento da noção de multifuncionalidade rural

Conforme mencionado anteriormente, a noção de multifuncionalidade rural se tornou o foco das discussões na União Europeia em 1992, onde foi incorporado nas reformas da Política Agrícola Comum (PAC), que se constitui um marco da regulação geral da agricultura na Europa, com um orçamento de mais de 40 milhões de euros ao ano, seus objetivos eram, inicialmente, a autosuficiência do continente e o aumento da produção (SOLER MONTIEL, 2005, p. 1). A multifuncionalidade é o produto das rápidas transformações que o setor agrícola europeu registrou desde a Segunda Guerra Mundial. Segundo Bonnal et al (2003), a noção de multifuncionalidade:

Está profundamente imbricada en la construcción de la Política Agrícola Común y expresa a la vez los éxitos y excesos de la misma: es un movimiento de modernización considerable marcado por el aumento de la productividad, que permitió pasar de una situación de escasez a una situación de exportación neta, pero cuyas consecuencias son también excedentes costosos y externalidades negativas (contaminación, problemas de seguridad alimentaria, abandono rural, etc.) (BONNAL ET AL, 2003, p. 3).

Observa-se que na segunda metade do século XX, a Europa passou da escassez de produtos agrícolas para a autossuficiência e, posteriormente, a consolidação de possibilidades crescentes de exportação, mas que gerou consequências negativas. Na efetivação das necessárias transformações da agricultura:

La Comunidad Económica Europea permitió y fomentó estas profundas modificaciones a partir de 1957 (Tratado de Roma) gracias (i) al establecimiento de una política estructural y de reglas de solidaridad financiera entre los países de la Comunidad y (ii) a la creación de organizaciones comunes de mercado (OCM) que ofrecieron a los agricultores un ambiente protegido frente a los mercados internacionales (BONNAL ET AL, 2003, p. 3).

Tais transformações foram possíveis, pois houve uma reestruturação das explorações agrícolas, que consistiu na introdução massiva da mecanização no campo, de créditos agrícolas com taxas favoráveis e utilização de insumos químicos. Além disso, também foram possíveis devido:

Al fortalecimiento de las estructuras cooperativas, a la organización del sector de la transformación y de la distribución, así como a través de la formación de los agricultores y de los técnicos y del apoyo a la creación y al desarrollo de organizaciones profesionales agrícolas (BONNAL *et al*, 2003, p. 3).

Observa-se que houve uma atuação em conjunto por parte dos governos e também dos próprios agricultores, que já organizados e carregando uma longa tradição de colaborar com as instituições públicas tornaram essas mudanças possíveis (WANDERLEY, 2003), ressaltando que essas transformações não foram homogêneas, cada país teve um resultado específico.

Para Bonnal e colaboradores (2003), essas mudanças permitiram que a maioria dos países se reestruturasse, através da autossuficiência da produção de alimentos, ao longo das décadas de 60 e 70, “pero también, y sobre todo, en el mejoramiento considerable de la productividad del trabajo y de la tierra, lo que desencadenó una verdadera revolución agrícola” (BONNAL *et al*, 2003, p. 3), revolução essa que provocou uma reorganização nos aspectos social, econômico, territorial e político.

Contudo, a política baseada nas indicações da Organização Mundial do Comércio (OMC) obteve êxito até a década de 1970, período em que começaram a aparecer indicativos do esgotamento do modelo produtivo adotado.

A finales de los años 1980s y en el transcurso de los 1990s, la acumulación de los excedentes agrícolas, el costo financiero exorbitante de la gestión de las OCM y el rechazo internacional creciente de los efectos negativos que el proteccionismo europeo generaba en los sectores agrícolas del resto del mundo, demostraron que la política de apoyo estaba condenada y debía ser profundamente reformada (BONNAL *et al*, 2003, p. 4).

Em 1992, a reforma da PAC marcou a ruptura com o modelo produtivista instaurado na União Europeia. Nos anos de 2000 e 2003 foram feitas mais

reformas na política agrícola, entretanto, esta última foi a que mais contribuiu para o benefício do desenvolvimento rural e do meio ambiente.

É por isso que se pode afirmar que o surgimento da multifuncionalidade está relacionado diretamente com o contexto mencionado acima por qual passou a União Europeia, com a PAC e também com as críticas que se constituíram a cada reforma realizada na política agrícola.

A multifuncionalidade surge a partir do momento em que o modelo de desenvolvimento agrícola europeu é questionado, desde os modelos técnicos adquiridos, do modo de intervenção no território, do papel da intervenção pública até as decisões sobre os alimentos que deveriam ser produzidos.

1.2 Multifuncionalidade rural: da teoria exemplar à prática contestável da União Europeia

Após a observação do surgimento, do contexto histórico em que foi elaborada a noção de multifuncionalidade e o seu significado, é necessário destacar alguns questionamentos feitos por autores em relação à prática dessa noção tão bem elaborada em seus princípios e objetivos.

Segrelles Serrano (2007), afirma que a noção de multifuncionalidade, na teoria, poderia solucionar muitos problemas existentes no espaço rural e que, conseqüentemente, afetaria os países em vários aspectos, desde o social e político até econômico. Entretanto, para o autor:

Esta multifuncionalidad rural defendida por la UE no deja de ser un lujo que se conceden los países prósperos y autosatisfechos, así como una estrategia que en realidad sirve como subterfugio para seguir protegiendo y subvencionando a la agricultura comunitaria, circunstancia que perjudica a los países subdesarrollados cuya economía depende del libre comercio para sus materias primas y productos agroalimentarios y de la ausencia de una competencia desleal en los mercados internacionales (SEGRELLES SERRANO, 2007, p.91).

Isso mostra que, na prática, a noção de multifuncionalidade defendida pela União Europeia apenas quer garantir uma autossuficiência e presença nos mercados internacionais, entretanto, não deixa de levar em conta o alto grau de protecionismo que prejudica os países subdesenvolvidos, que tem a produção agrícola como base da economia. Percebe-se que a nova PAC apresenta uma

dupla intencionalidade: de um lado a agricultura competitiva, que visa os mercados internacionais e, de outro, uma agricultura que vai de acordo com os objetivos da multifuncionalidade, que respeita os recursos naturais e é explorada por famílias que contribuem na articulação territorial e na manutenção das populações rurais.

Esta dualidad productiva implica de hecho una contradicción interna insalvable que beneficia de forma clara al primero de los modelos mencionados. Es más, como ya se há mencionado, el apoyo a la agricultura sostenible, la defensa de la biodiversidad y el paisaje, el fomento de las funciones sociales, no productivas, de la agricultura y la multifuncionalidad rural parece hasta el momento actual algo más formal que real (SEGRELLES SERRANO, 2007, p.97).

Nota-se que, apesar das intenções de melhorar o espaço rural, de definir novos planos e objetivos, a noção de multifuncionalidade rural ainda permanece no campo das ideias, ou melhor, nos diversos documentos, pois o que realmente acontece é um enfoque para a agricultura competitiva, que possui métodos bastante contrários com os que se pretende com a multifuncionalidade.

Nesse mesmo sentido, Massot Martí (2000) aponta a questão de a multifuncionalidade ser mais uma justificação em favor das novas rodadas da Organização Mundial do Comércio (OMC) do que uma noção que, de fato, estaria interessada em promover o espaço rural:

De este modo la defensa de la multifuncionalidad se ha convertido en el fundamento ideológico de una (nueva) política supranacional a favor de los campos europeos, aún por definir, y, por extensión, en el eje principal de su defensa dentro de la OMC [...] (MASSOT MARTÍ, 2000, p. 10).

Com esta afirmação, acredita-se que, apesar das “boas intenções” dos governantes, com o intuito de promover o espaço rural, a articulação territorial e, principalmente, o desenvolvimento e permanência das famílias rurais, essas políticas/reformas, apenas camuflam a verdadeira intenção de continuar seguindo o modelo produtivista. Concorda-se com Soler Montiel (2005) que:

La nueva PAC configura una política agraria que continúa siendo fuertemente productivista y crecientemente orientada a los mercados globales, además de mantener un elevado grado de proteccionismo, ahora bajo la nueva retórica de la sostenibilidad y la multifuncionalidad agraria. El resultado es una creciente polarización productiva y territorial, que implica la marginación de una parte creciente del medio rural como resultado de la creciente presión competitiva (SOLER MONTIEL, 2005, p. 7).

Assim, pode-se afirmar que a multifuncionalidade segue em segundo plano na União Europeia, a prioridade continua sendo favorecer as exportações de maiores dimensões, que são colocadas ao serviço das grandes empresas agroalimentares, enquanto isso, os pequenos e médios produtores são marginalizados.

Como exemplo, destaca-se o caso da Província de Alicante, na Espanha. Em pesquisa realizada por Nunes e Segrelles Serrano, os autores mostraram algumas consequências da implantação dos programas da PAC nesta região. Os autores afirmaram que na Província de Alicante os primeiros investimentos realizados através dos programas da PAC, para os pequenos e médios produtores foram muito positivos em relação à produtividade e competição dos produtos nos mercados locais, nacionais e internacionais, mas, posteriormente, houve uma inversão da ideia inicial de multifuncionalidade, principalmente em relação à segurança alimentar dos países europeus, pois foi identificado que os programas da PAC não têm privilegiado as políticas agrícolas, mas se centraliza na obtenção de infraestruturas hoteleiras e conservação dos aspectos naturais, ou seja, o enfoque é para o turismo rural, e isso tem afetado diretamente os pequenos produtores, como pode ser observado em Nunes; Segrelles Serrano (2007):

No ano de 2007, conforme os dados do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE), havia 564.779 hectares de áreas que predominava a produção agrícola vinculadas às propriedades agrícolas familiares, e apenas 3.100 hectares de áreas com carácter empresarial, ou seja, a maior parte das propriedades rurais ainda estava vinculada a algum tipo de produção agrícola ou de criação. Todavia, nos últimos anos, devido a falta de rentabilidade, tem ocorrido uma concentração de terra, principalmente entre as propriedades com mais de 10 hectares, aumentando de 10.824 em 1999, para 11.931 propriedades em 2007 (NUNES; SEGRELLES SERRANO, p. 36, 2009).

A redução das áreas que predominavam a produção agrícola implica na redução de vários cultivos agrícolas, como pode ser observado na Figura 2:

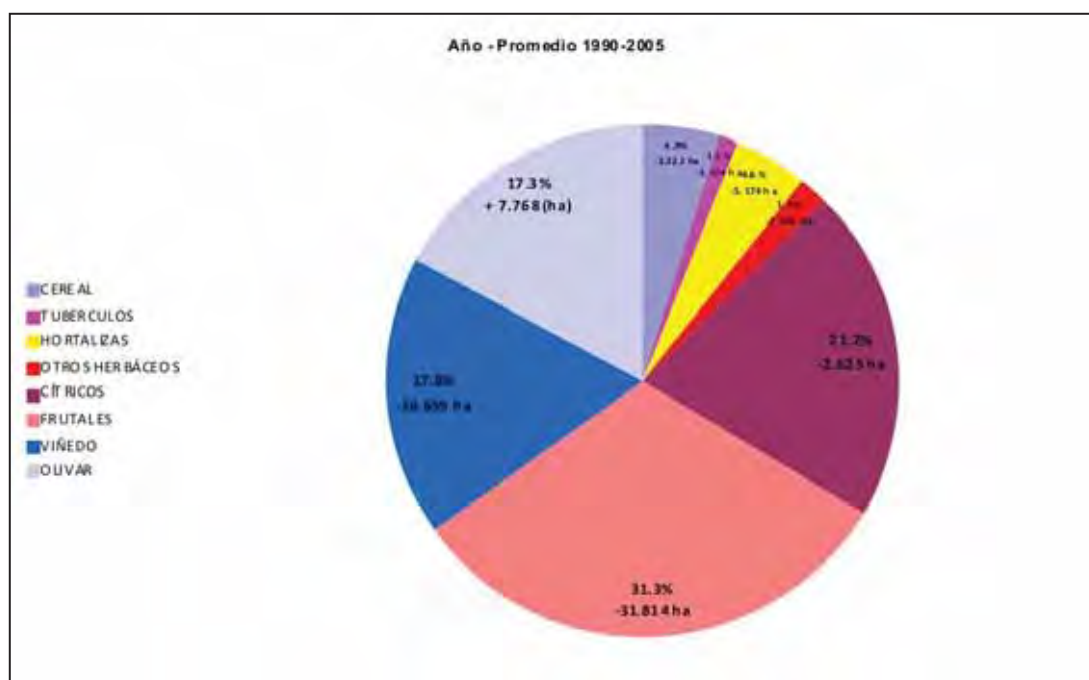


Figura 2 - Redução da produtividade agrícola: Comparação entre as superfícies agrícola por cultivo entre os anos de 1990-2005, na Província de Alicante – Espanha.

Segundo os autores, esses cultivos são feitos, na maior parte, por pequenos e médios produtores, dessa forma, fica evidente a relação entre redução da área plantada e redução dos cultivos agrícolas. Os autores concluem que essas políticas agrícolas implantadas na União Europeia com o enfoque multifuncional tiveram como consequência para a Espanha:

- Aumento da concentração fundiária;
- Empobrecimento dos pequenos e médios agricultores;
- Aumento da concorrência com produtos externos;
- Incentivos à especulação imobiliária, tendo o turismo como vetor principal, aumento da degradação dos ambientes e de seus recursos, em especial as águas superficiais e de subsuperfície, em uma região com predomínio de clima semi-árido e que 50% da captação para manutenção dos sistemas produtivos (agrícolas e industriais) e das populações é de aquíferos (NUNES; SEGRELLES SERRANO, p. 46, 2009).

Outro exemplo, em relação à prática da multifuncionalidade, é a França, que, conforme destacado anteriormente, foi onde as políticas públicas, pensadas a partir da noção da multifuncionalidade, ganharam mais destaque. Por isso, é interessante observar, de forma sucinta, a situação que vive o país atualmente.

A agricultura francesa sempre esteve em posição de destaque nos gêneros agroalimentícios. No início do século XXI, o país possuía uma grande capacidade produtiva, se constituindo no primeiro produtor agrícola da União Europeia. Porém, atualmente, a França enfrenta problemas relacionados à gestão dos seus excedentes agrícolas. De acordo com Hespanhol (2007):

A importância da França em termos de produção agropecuária é paradoxalmente a que faz, na atualidade, a fragilidade da situação dos seus agricultores, em que a autonomia de decisão quanto à quantidade de produzir é cada vez mais reduzida [...] (HESPANHOL, 2007, p. 159).

Pode-se afirmar que, apesar da França ser o país que mais se beneficia com os recursos orçamentários da União Europeia destinados à Política Agrícola Comum – PAC, a manutenção da vida e produção no campo continuam não sendo prioridade mesmo com as reformas da PAC. Em relação à perda de autonomia dos agricultores:

Cabe-se destacar que essa perda de autonomia do agricultor francês ocorreu em virtude do processo de modernização da agricultura, que foi acompanhado de uma transformação profunda na relação dos agricultores com a terra. Nesse contexto, vários autores têm chamado a atenção para a questão da identidade dos produtores diante das últimas ações empreendidas pela União Europeia no âmbito da Política Agrícola Comum - PAC, em que os mesmos passaram a receber uma ajuda financeira direta para não desempenharem mais a atividade agropecuária, ou seja, para deixarem de produzir (HESPANHOL, 2007, p. 159).

Nota-se que ainda existe um conflito, na França, entre a agricultura produtivista e a agricultura camponesa, no qual o enfoque multifuncional fica em segundo plano, continuando a fortalecer a agricultura empresarial, passando a ter novos objetivos, como a produção de energia e de moléculas de base para a indústria, o apoio e incentivo ao turismo rural e cada vez menos o objetivo está ligada à produção de gêneros alimentares.

Nesse processo, a especificidade do mundo agrícola, relacionada à imagem de um produtor da terra, da sua capacidade de produção de alimentos para a sociedade, de contato com a natureza, etc. perdeu em parte o seu significado (HESPANHOL, 2007, p. 160).

Além desses conflitos, os pequenos produtores enfrentam um embate maior, com o Governo, pois a França é a maior defensora da manutenção dos subsídios agrícolas por intermédio da PAC.

As discussões realizadas até esse momento mostram que a noção da multifuncionalidade rural, seus objetivos e pressupostos são extremamente interessantes e importantes para o desenvolvimento do espaço rural, entretanto, fica uma enorme dúvida sobre a sua prática. Percebe-se que na União Europeia o conceito continua no plano das ideias, cabe agora verificar como esse pensamento chegou ao Brasil e discutir sua aplicabilidade no país.

1.3 Os contornos da multifuncionalidade rural no Brasil

O obstáculo inicial para as famílias rurais é marcado pela dificuldade do acesso a propriedade da terra, ou pelo seu preço elevado ou mesmo pela concentração fundiária nas mãos de grandes proprietários. Outro obstáculo está na formulação das políticas agrícolas, em que se favorece os grandes produtores e faz com que a agricultura camponesa não consiga demonstrar todas as suas potencialidades.

Além desses problemas apontados, ocorreu outra mudança significativa na vida das famílias camponesas: o processo de penetração capitalista no campo. Conhecida como a Revolução Verde, a partir do final da década de 1970 o campo passa por um processo de modernização, com inserção pesada da mecanização, utilização de insumos químicos e forte integração agroindustrial, que priorizaram o mercado internacional. Com isso, muitos agricultores ficaram à mercê dessa situação, a qual se ditava normas sobre o quanto, o que e como produzir (MULLER, 2007).

Com a modernização agrícola, o agricultor, que vivia exclusivamente da agricultura, entra em crise e na tentativa de superar as dificuldades se ajusta lançando mão de estratégias não agrícolas, o que ficou conhecida como a prática da pluriatividade, ou seja, uma associação de atividades agrícolas com

atividades não agrícolas, “trata-se de um fenômeno que foi recriado por parte da população rural para enfrentar a crise provocada pela modernização da agricultura (CARNEIRO, 2005, p. 4)”. Esse fenômeno da pluriatividade, embora não tenha atingido o país de forma homogênea, se intensificou partir da década de 1990 no espaço rural brasileiro, pois,

[...] além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades paraagrícolas que agregam valor aos produtos in natura e processados. Este contexto do rural contemporâneo vem diversificando as ocupações e a renda da população rural, e levando a implicações sócio-econômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural (CANDIOTTO, 2009, p. 3).

Percebe-se que o conceito de pluriatividade apresenta várias semelhanças com a noção de multifuncionalidade já mencionada neste capítulo, entretanto, é necessário apontar a principal diferença entre eles. Segundo Carneiro; Maluf (2003), a noção de multifuncionalidade é bem mais abrangente do que a pluriatividade, a saber:

A noção de multifuncionalidade é, aqui, tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar que permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social. Isso implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, como também incorporar à análise a provisão de bens públicos por parte desses agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural. Parece possível, portanto, ampliar o foco de análise indo mais longe do que o permitido pelo **conceito de pluriatividade que se limita ao âmbito dos bens privados, enquanto que a multifuncionalidade engloba a geração de bens públicos** (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 21, grifo nosso).

Diante disso, pode-se destacar a importância da multifuncionalidade no sentido de não se fazer apenas uma análise em que se privilegia os processos econômicos, mas também ter uma visão da importância dos bens públicos que a agricultura camponesa produz.

As discussões sobre a multifuncionalidade no Brasil ainda são recentes e o que foi construído até o momento teve como referência estudos realizados na França. Dentre os estudos feitos no Brasil, destacam-se as pesquisas realizadas pelo projeto intitulado “Estratégias de desenvolvimento rural,

multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”, cujo objetivo foi o de explorar as possibilidades oferecidas pela noção da multifuncionalidade da agricultura, face às peculiaridades da realidade rural brasileira (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Nesta pesquisa, verificou-se “se e como a noção de multifuncionalidade da agricultura contribui para a compreensão de processos sociais, econômicos e culturais em curso no meio rural brasileiro” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 17). Para a discussão sobre a viabilidade da utilização da noção de multifuncionalidade rural nos assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema também é necessário conhecer a existência ou ausência dessa noção da formulação de políticas públicas brasileiras voltadas para a agricultura.

1.4 A noção de multifuncionalidade rural na elaboração de políticas públicas brasileiras

Em pesquisa realizada por Cazella; Bonnal; Maluf (2009), os autores analisaram os programas públicos nacionais, com foco nas implantações ocorridas desde o início do Governo Lula, em 2003, voltados para a promoção da agricultura e do agroextrativismo em bases familiares, com o objetivo de “verificar em que medida as diretrizes gerais e a implementação desses programas adotam a perspectiva territorial e se contemplam elementos do enfoque da multifuncionalidade da agricultura (MFA)” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 71).

Para atingir os objetivos da pesquisa os autores trabalharam com a análise documental e a realização de entrevistas com os respectivos gestores nacionais. *A priori* foi feita uma análise das diretrizes gerais, programas e ações constantes no Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) do Governo Federal. *A posteriori*, tendo o conhecimento geral dos programas, foram analisadas as políticas com enfoque para a agricultura familiar:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);

- Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR)

Além desses programas, os autores destacaram que, para o caso brasileiro, é fundamental considerar o papel das políticas não-agrícolas, visto que o Brasil apresenta elevada desigualdade social, sendo que o maior percentual de famílias pobres está no espaço rural. Por isso, foram incluídas na análise:

- Políticas de âmbito social: Programa Bolsa-Família e Previdência Social Rural;
- Políticas de âmbito da segurança alimentar e nutricional: Programa Fome Zero;
- Políticas de âmbito ambiental: Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia (PROAMBIENTE) e Programa Agenda 21.

Nestas análises, foram evidenciadas utilizações em relação ao uso da noção da multifuncionalidade, conforme podemos observar a seguir:

O Plano Nacional de Reforma Agrária fala em “valorizar a multifuncionalidade do espaço rural”, ou ainda que “a agricultura familiar promove uma ocupação mais equilibrada do território nacional e por meio de sua multifuncionalidade e da pluriatividade integra diferentes contribuições ao território e diferentes atividades econômicas”. O Proambiente sustenta que “o espaço rural adquire um novo papel perante a sociedade, pois seus atores sociais deixam de ser apenas fornecedores de produtos primários, sendo valorizado o caráter multifuncional da produção econômica associada com a inclusão social e conservação do meio ambiente”. (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 92).

Nota-se, a partir da citação acima, referências em relação aos aspectos multifuncionais da agricultura e, ainda nessas observações, vale ressaltar a importância que o enfoque agroecológico vem adquirindo pelos atores e gestores de programas públicos, um modelo visto como propagação da agricultura multifuncional, que integra várias dimensões, minimizando a importância do aspecto econômico em relação aos aspectos social e ambiental.

Apesar da menção feita nos documentos sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura, os autores consideram que:

[...] as múltiplas funções da agricultura familiar são pouco reconhecidas, embora elas estejam presentes em graus variados nas dinâmicas territoriais e nos projetos coletivos analisados. Além do reconhecimento desigual, os estudos deixaram evidente ser necessário contextualizar as funções a serem valorizadas em cada caso. Igualmente importante é ressaltar que a multifuncionalidade da agricultura familiar não representa um enfoque-chave na formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural. A dimensão produtiva da atividade agrícola representa, em última instância, o foco predominante e a principal justificativa para a implementação dessas políticas (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 297).

Diante disso, pode-se afirmar que, embora exista a noção de multifuncionalidade da agricultura registrados em documentos referentes aos projetos e programas do Governo Federal, a verdade é que o que ocorre no Brasil já ocorrera na União Europeia, ou seja, a utilização da noção de multifuncionalidade ocorre apenas na teoria, porém, a prática ainda fica a desejar.

Neste ponto de discussões é relevante uma exposição dos questionamentos sobre a viabilidade de aplicação da noção de multifuncionalidade rural no Brasil, a partir de impasses e possibilidades que serão apresentados a seguir.

1.5 Questionamentos acerca da Multifuncionalidade Rural no Brasil

Neste subtópico serão abordados questionamentos feitos por pesquisadores sobre a noção da multifuncionalidade rural e sua aplicação no Brasil. Para esta exposição de ideias serão apresentadas as posições do pesquisador espanhol Segrelles Serrano e de pesquisadores brasileiros, em especial, Carneiro e Maluf.

O autor espanhol, em algumas publicações, questiona a viabilidade da aplicação da noção de multifuncionalidade rural nos países da América Latina, pois se trata de um conceito ligado muito mais com a realidade europeia do que com a realidade latino-americana, já os pesquisadores brasileiros defendem a utilização da multifuncionalidade para o espaço rural brasileiro.

É importante destacar, em primeiro lugar, que Segrelles Serrano (2012) afirma que mesmo contemplando enfoques e intencionalidades similares, não é multifuncionalidade o nome que a América Latina utiliza, mas sim o de Nova Ruralidade. Para ele ambos são conceitos que, apesar de pertencer a contextos diferentes, “incorporan principios y enfoque en la definición de políticas públicas para la intervención rural que permiten homologarlas” (SEGRELLES SERRANO, 2012, p. 35). O autor ainda afirma que a vontade de tentar solucionar os problemas relacionados ao espaço rural de ambos conceitos se assemelham na medida em que se pensa em aspectos ambientais e sociais:

En principio, las dos exponen el afán de responder, desde lo rural y su complejidad, a los procesos de liberalización de la economía y el mercado mundial globalizado. Tal aproximación a la complejidad rural se expresa puntualmente en formulaciones relacionadas con propósitos ecológicos-ambientales y de equidad social, así como en la ampliación de la oferta funcional y productiva del campo (SEGRELLES SERRANO, 2012, p. 35).

Pode-se afirmar que tanto a multifuncionalidade quanto a Nova Ruralidade, expressam o desejo de formular propósitos a fim de promover o espaço rural, pensando desde as condições de vida das famílias rurais até os modos de produção e preservação natural.

De acordo com Segrelles Serrano, os conceitos pertencem a contextos históricos diferentes. No caso da multifuncionalidade rural, como já mencionado neste capítulo, é produto das rápidas transformações que o setor agrícola europeu viveu desde a Segunda Guerra Mundial e está relacionado com a construção da PAC. Já na América Latina, a Nova Ruralidade

Es respuesta a los impuestos y abruptos procesos de apertura económica determinados por las instituciones financieras internacionales. Por medio de políticas defendidas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) se abrieron los mercados internos al capital extranjero, se promovió el respaldo a los grandes proyectos empresariales y se abandonó paulatinamente el apoyo estatal al desarrollo integral de la población rural, de suyo históricamente escaso (SEGRELLES SERRANO, 2012, p. 36).

Para o autor, existe uma dualidade nessa questão, pois para diferentes situações se efetivaram opções semelhantes de retratação para com a

agricultura, entretanto, enquanto na União Europeia permanece o protecionismo, na América Latina se busca o desmantelamento progressivo de subsídios para a produção e exportação agrícola, com exceção do Brasil, onde os subsídios para a produção e exportação continuam, entretanto, com muito mais prioridades para o agronegócio, que são produtos essencialmente voltados para a exportação.

Embora nos últimos anos os países latino-americanos tenham eleito governos progressistas, estes ainda continuam seguindo a lógica neoliberal e assim, não se importam com a segurança alimentar, com o progressivo desaparecimento dos camponeses, com a pobreza rural, mas priorizam e apoiam significativamente os grandes complexos agroindustriais direcionados para a produção de *commodities* (SEGRELLES SERRANO, 2007).

Em linhas gerais, Segrelles Serrano acredita que somente seria viável aplicar a noção de multifuncionalidade rural nos países da América Latina se houver uma transformação profunda das estruturas agrárias para que se permita a sobrevivência digna das explorações familiares. Para o autor, “América Latina [...] no puede imitar sin más un modelo agrario importado (como ya sucedió em su día con los presupuestos de la revolución verde” (SEGRELLES SERRANO, 2007, p. 4), os países latino-americanos têm suas próprias condições e necessidades e deveriam priorizar uma integração política profunda a fim de proteger os camponeses.

Resulta imposible, por lo tanto, hablar de multifuncionalidad sin solucionar el problema de la concentración de la tierra en pocas manos, la marginalización del pequeño agricultor, el poder casi absoluto de la agroindustria, el uso predominante de la tierra hacia cultivos no alimentarios, el predominio de los modelos agroexportadores, la ausencia de una política agraria común y de los recursos económicos necesarios para ello en los procesos de integración regional, las deficiencias del autoabastecimiento alimentario, entre otros factores (SEGRELLES SERRANO, 2007, p. 92).

Segundo o autor, se esses problemas não forem solucionados, a multifuncionalidade será apenas um mito nos países da América Latina. Sob outro ponto de vista, pesquisadores brasileiros acreditam no potencial da noção de multifuncionalidade rural para o espaço rural brasileiro.

Embora alguns autores brasileiros concordem com Segrelles Serrano no sentido de que a multifuncionalidade, sendo um conceito importado da Europa,

se traduz no Brasil como algo artificial e incapaz de explicar a realidade brasileira, outros autores a defendem com a justificativa de que poderá auxiliar na conscientização da sociedade brasileira sobre as muitas dimensões imateriais da atividade agrícola:

Ao contrário da França, onde a valorização das funções não diretamente mercantis da agricultura encontra eco numa certa visão da sociedade nacional a respeito da agricultura e do meio rural, no Brasil, a legitimação da concepção da multifuncionalidade da agricultura poderá, antes de tudo, ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade (WANDERLEY, 2003, p. 14).

Os autores Carneiro; Maluf (2003) também concordam com a utilização da multifuncionalidade para a realidade brasileira, pois auxiliaria uma compreensão mais ampla dos processos sociais que envolvem a agricultura e que muitas vezes não são analisadas devido à prioridade da dimensão econômica:

A noção de multifuncionalidade pode ser útil à realidade brasileira na medida em que for considerada como um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, **ainda que se concorde que, no Brasil, a promoção da multifuncionalidade tenha de ser combinada com o estímulo à produção de alimentos** (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 21, grifo nosso).

A citação foi destacada para enfatizar a preocupação dos autores na produção de alimentos no Brasil, que deve sempre estar no centro das discussões sobre a agricultura, ou seja, por mais que o campo possa oferecer múltiplas funções é necessário que a produção de alimentos continue sendo o foco no Brasil, país que sempre se destacou neste aspecto. E, sobre as dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, estão as diferentes formas de produção e de fontes de renda não analisadas pelos quadros analíticos hegemônicos, por exemplo, as atividades não agrícolas remuneradas.

Em artigo realizado por Maluf (2003), sobre os resultados da pesquisa realizada sobre a contribuição da noção da multifuncionalidade da agricultura frente as peculiaridades da realidade brasileira, percebe-se a preocupação do

autor diante de um conceito elaborado aos moldes europeus “não se pode transportar mecanicamente um conceito para a realidade brasileira” (MALUF, 2003, p. 135). O autor explica que um dos motivos centrais em torno desta questão é a própria produção agroalimentar, pois:

Observa-se na Europa uma espécie de “retorno” do produtivismo na direção de privilegiar a sustentabilidade ambiental e a qualidade dos alimentos produzidos, com base no que alguns denominam de “modelo agrícola europeu”. No Brasil, apesar dos sucessivos recordes da produção agrícola e do elevado grau de complexidade do sistema agroalimentar do sistema nacional, não se pode afirmar que esteja equacionada a questão da produção alimentar (MALUF, 2003, p. 136).

Para Maluf, o enfoque da multifuncionalidade valoriza a produção de alimentos, além de outros bens, que pode auxiliar no combate à pobreza rural, além disso, “permite uma abordagem articuladora entre a agricultura e o desenvolvimento local, ao estabelecer uma ponte entre a atividade agrícola e o território e também ao realçar seu papel na manutenção do emprego nas zonas rurais” (MALUF, 2003, p. 150).

Diante dessa exposição acerca da viabilidade da aplicação da noção de multifuncionalidade rural é de se afirmar que mais dúvidas surgem em torno desta questão, por um lado, a opinião de que um conceito importado da Europa não solucionará os problemas do Brasil sem antes resolver o impasse da concentração fundiária e da marginalização do camponês. De outro lado, a opinião daqueles que afirmam existir a multifuncionalidade em diferentes regiões brasileiras (conforme se constatou em pesquisa) e acreditam ser uma solução para os vários problemas no/do campo brasileiro, principalmente no sentido da conscientização da sociedade para com os bens primários.

Para o posicionamento diante da possível aplicação da multifuncionalidade rural no Brasil ou a não aplicação, será abordado no próximo capítulo o estudo realizado nos assentamentos rurais da Região do Pontal do Paranapanema, apresentando a história de ocupação da região até a criação dos assentamentos rurais, o histórico da expansão da cana-de-açúcar na região e a entrada da cana nos assentamentos rurais na forma de parcerias. No sentido oposto, serão apresentados casos de assentamento que resistiram à entrada da cana-de-açúcar. A partir dessas descrições, busca-se responder às dúvidas colocadas neste capítulo: É possível a aplicação da

multifuncionalidade rural no Brasil em assentamentos rurais? Existe multifuncionalidade nos assentamentos do Pontal do Paranapanema?

CAPÍTULO II – ASPECTOS HISTÓRICOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: A OCUPAÇÃO, OS CONFLITOS DA LUTA PELA TERRA E AS QUESTÕES ATUAIS.

2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

A Região do Pontal do Paranapanema está localizada no extremo Sudoeste do Estado de São Paulo, no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema, fazendo fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul, a Oeste e com o Estado do Paraná, ao Sul. A região abrange trinta e dois municípios¹, conforme a Figura 3:

¹ Neste trabalho, dentre as diversas classificações das denominações de Pontal, adotamos a definição da UNIPONTAL – Associação dos Municípios do Pontal do Paranapanema, uma das classificações mais amplas.

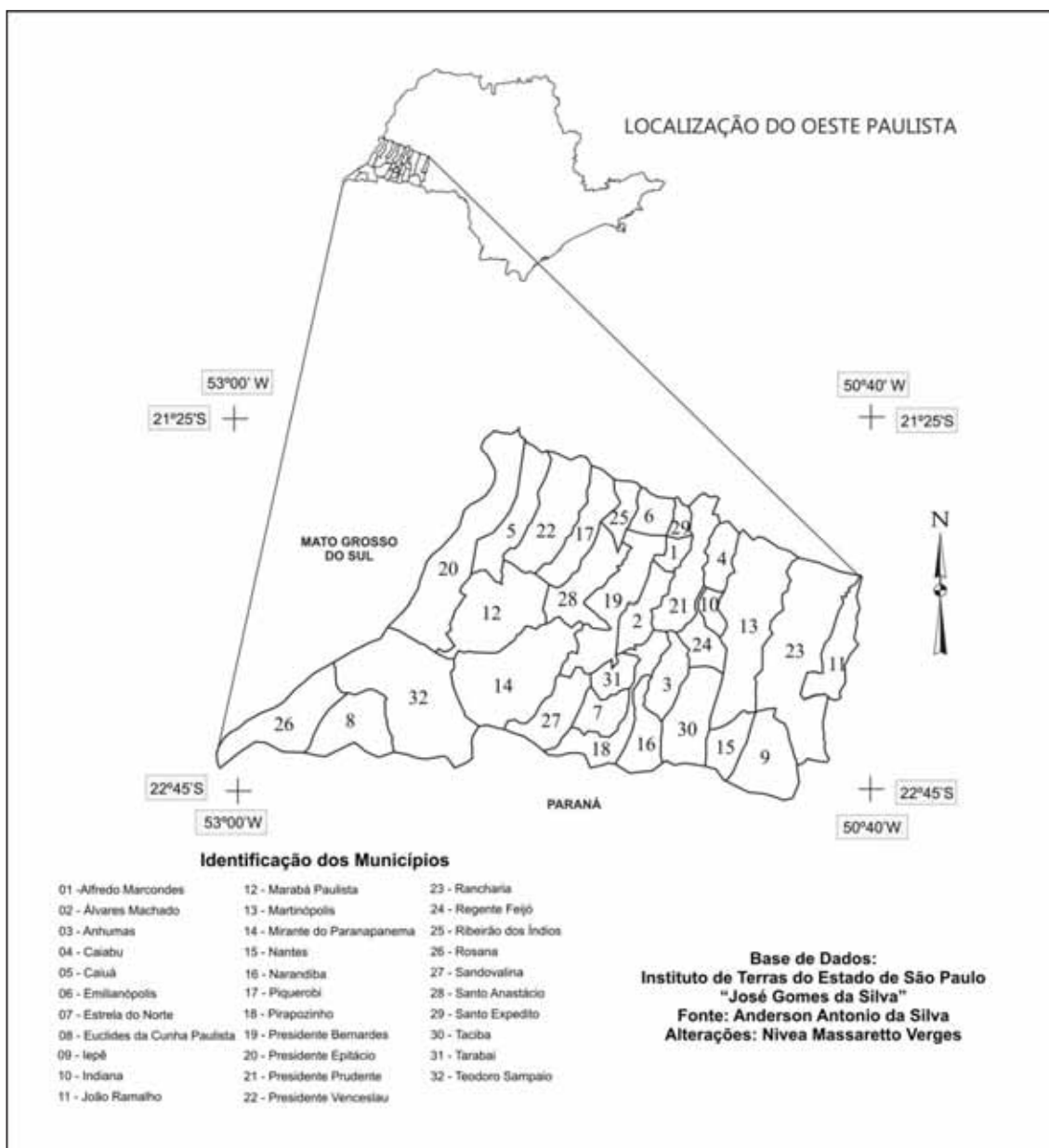


Figura 3 - Localização dos Municípios da Região do Pontal do Paranapanema – SP

O Pontal é conhecido no Estado de São Paulo devido aos vários conflitos fundiários, os quais se inserem as ocupações de terras, as reintegrações de posse, a implantação de assentamentos rurais, latifúndios, terras devolutas entre outras questões existentes na região.

A ocupação desta região ocorreu através da grilagem de terras² e pela destruição de duas grandes reservas florestais: a Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal.

² Entenda-se por grilagem de terra o processo de falsificação de documentos das propriedades fundiárias. O termo nasceu do dito popular e foi utilizado por pesquisadores e escritores da

A área hoje denominada Pontal do Paranapanema é parte integrante de antigas posses de terras que se iniciaram em maio do ano de 1856, quando Antônio José de Gouveia extraiu o registro paroquial de uma imensa gleba de terras à qual denominou “Fazenda Pirapó–Santo-Anastácio”. Nesta mesma época, o grileiro José Teodoro de Sousa obteve registro paroquial de outra gleba de terra, a qual denominou “Fazenda Boa Esperança do Água Pehy” (LEITE, 1998).

Esses grileiros apresentavam descrições das glebas, para a obtenção do Registro Paroquial, bastante duvidosas, o que demonstravam o desconhecimento do território, conforme pode ser observado abaixo:

[...] principiando em uma serra na margem direita do Paranapanema **10 léguas mais ou menos** para cima da barra desse rio no rio Paraná e por este acima compreendendo todas as vertentes dos rios Pirapó e Santo Anastácio, dividindo com vertentes do Rio do Peixe, Laranja Doce, Anhumas e com terrenos do dr. Costa Machado, até onde teve princípio [...]" (LEITE, 1998, p. 38, grifo nosso).

Esta descrição, principalmente no fragmento destacado, mostra o quão duvidoso se apresentavam as descrições do território onde se encontravam as glebas que se pretendiam o Registro Paroquial. Segundo Leite, esses registros foram possíveis, pois em 1850, a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, permitia o registro caso as terras já fossem ocupadas antes do referido ano de implantação da lei e, no caso desses dois grileiros citados, ambos declararam que tinham morada antes da publicação da referida lei e, portanto, conseguiram o registro.

Esses dois grandes grileiros, Antônio José de Gouveia e José Teodoro de Sousa foram os responsáveis pelo início de um dos mais volumosos processos de conflito de terras no Estado de São Paulo. Sem ao menos legitimarem suas posses deram início à venda, parcelamento e troca de suas terras, em dimensões aproximadas.

época. Segundo a explicação do escritor Monteiro Lobato, grilagem é a técnica de se envelhecer papéis usando grilos: os papéis são colocados em gavetas com centenas de grilos, estas são trancadas e assim que os insetos morrem, apodrecem liberando resinas que mancham os papéis, dando-lhes assim o aspecto de velho (FERNANDES, 1996).

Contudo, na década de 1930, o Governo do Estado de São Paulo declarou ser nulo o processo divisório da Fazenda Pirapó-Santo-Anastácio, alegando que os títulos originais da posse foram falsificados criminosamente e, portanto, todos os títulos referentes ao imóvel desde 1856 eram falsos ou nulos e sem valor jurídico. Dessa forma, essas terras passaram a ser, de fato, domínio do Estado, conhecidas como: terras devolutas.

No ano de 1932, a Secretaria de Agricultura do Estado, divulgou nota oficial comunicando ser perigosa a aquisição de terras na região. Esse aviso ainda foi repetido em 1939, alertando que a compra de terras era arriscada por se tratar de terras devolutas (LEITE, 1998, p. 47). Mas esses alertas não soaram como se pretendia:

Seria de se supor que os negócios de terras na Alta Sorocabana estivessem totalmente paralisados. Ledo engano! Parece que o que se decidia dentro dos fóruns das comarcas não chegava aos ouvidos do povo. Os grandes “proprietários” apelavam até a exaustão a instâncias superiores, visando a recuperar suas terras, que continuavam também com capangas assalariados. Nas frentes mais avançadas do sertão a mata continuava sendo derrubada [...] (LEITE, 1998, p. 48).

Apesar das decisões judiciais, os negócios continuaram no Pontal, mesmo se tratando de terras devolutas. “Os compradores que se deslocavam para o Oeste Paulista queriam comprar terras e os grileiros queriam vender” (SILVA *et al*, 2006, p. 63).

Outra decisão feita pelo governo do Estado, na década de 1940, mas que não foi cumprida, foi a criação das reservas florestais Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal, que perfaziam um total de 297.000 hectares. Porém, com a chegada de muitos migrantes atraídos pelos grileiros, o decreto se tornou sem efeito.

Nesta breve exposição do processo de ocupação da Região do Pontal do Paranapanema fica evidente a complexidade do processo de grilagem iniciado no século XIX, com presença determinante do poder político coronelista e de um poder público corrompido. Segundo Leite (1998):

O que deve ser observado é a incompetência e até a complacência dos governos em relação à destruição do meio ambiente natural, caracterizados pelo não fornecimento dos meios materiais e humanos aos seus próprios órgãos, militares ou civis, para protegê-lo. É a ambição desmedida dos indivíduos pela posse de terra, fonte de seu poder político e

econômico. É a estranha manipulação dos Poderes por meio de leis que quase sempre protegem os poderosos, escudados em títulos de posse obtidos com base no *uti-possidetis setecentista* ou em escrituras envelhecidas na fumaça do fogão de lenha (LEITE, 1998, p. 16).

Importante destacar também neste processo a expansão da cafeicultura no Oeste Paulista, que também contribuiu para a ocupação do Pontal, principalmente após a construção da Estrada de Ferro Alta Sorocabana para o transporte da produção cafeeira até o porto de Santos, “é no contexto da marcha do café nos espigões do extremo do Estado de São Paulo que surge os municípios no Pontal” (SILVA et al, 2006, p. 67).

Além dessas lutas de resistência dos grileiros/posseiros, no início da década de 1980, emerge também um novo sujeito na luta pela terra:

O trabalhador expropriado, excluído, marginalizado, que faz parte da reserva de mão-de-obra à disposição do capital, que no movimento de luta foi se denominando de trabalhador sem terra (FERNANDES, 1996, p. 96).

Na década de 1990 iniciou-se um processo de negociações com grileiros e proprietários do Pontal para arrecadar terras (devolutas) que seriam utilizadas na implantação dos assentamentos rurais. Essa medida foi tomada devido às pressões feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) “José Gomes da Silva”. Para Fernandes,

É fundamental destacar como a Lei foi elaborada para beneficiar a elite e como a conjuntura política e econômica atual favoreceu os grileiros e proprietários. Depois de explorar as terras por dezenas de anos, de destruírem duas reservas florestais, receberam o valor equivalente ao preço de mercado pelas terras que são do estado (FERNANDES, 1998, p. 12).

Interessante pensar nessa situação bastante estranha pela qual passou o Estado: pagar por terras que são suas. De acordo com Feliciano,

Hoje há um entendimento de que terras devolutas são terras públicas. Essa afirmação tem um peso político gigantesco, pois se assim o são, o Estado teria que reaver aquilo que lhe pertence (FELICIANO, 2007, p. 4).

E essa situação complexa segue até os dias atuais, o governo ainda tenta provar que as terras são suas, porém fica cada vez mais difícil de retomá-las.

Diante desse processo de ocupação bastante conturbado, que provocou a substituição das matas nativas pelas atividades agrícolas monocultoras (café, algodão, dentre outros) e, posteriormente por pastagens extensivas, infelizmente perduram os conflitos na luta pela terra, e, como se não bastasse os conflitos que envolvem os grandes latifundiários e os movimentos sociais de luta pela terra, atualmente identificamos mais um sujeito nessa luta: os representantes do agronegócio, na qual empresários do setor apresentam projetos de expansão da monocultura da cana-de-açúcar, com discurso de que trarão muitos benefícios à região.

A Tabela 2 apresenta os dados da evolução da cana-de-açúcar nos 32 municípios que abrangem a Região do Pontal do Paranapanema, nos últimos nove anos.

Tabela 2 - Evolução da área plantada, em hectares e porcentagem, da cana-de-açúcar nos Municípios da Região do Pontal do Paranapanema – 2003 a 2012.

	ÁREA PLANTADA (EM HECTARES)									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
ALFREDO MARCONDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁLVARES MACHADO	0	0	0	0	68	67	66	61	61	0
ANHUMAS	150	149	149	149	1036	3304	6427	7482	7642	7570
CAIABU	5310	5631	5734	6513	6631	7111	7714	7772	7456	7259
CAIUÁ	58	510	2676	3173	4250	5396	5853	5771	5719	5446
EMILIANÓPOLIS	1298	2259	2579	3017	3151	4255	4346	4369	4356	4330
ESTRELA DO NORTE	0	21	27	27	113	2178	4490	4513	5463	6314
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	1219	1217	1197	1188	1210	1162	1533	2524	2455	3344
IEPÊ	6468	7711	7854	7857	9229	10373	11949	11717	11733	11705
INDIANA	0	0	0	0	0	54	77	77	77	77
JOÃO RAMALHO	2385	3350	3882	7004	11699	12598	14520	15703	15776	16528
MARABÁ PAULISTA	961	2748	2846	4999	7284	12067	14399	14357	15281	18050
MARTINÓPOLIS	6925	8097	9205	12633	18111	22181	27535	27774	30150	31926
MIRANTE DO PARANAPANEMA	0	0	98	842	1990	2204	6350	11070	13265	14660
NANTES	4838	5060	5173	5009	1930	4055	5691	5807	5827	5689
NARANDIBA	591	744	1173	1660	4883	7271	10525	12097	13449	13782
PIQUEROBI	187	187	544	864	1603	2377	2997	2642	2715	2670
PIRAPOZINHO	2445	2548	2956	3483	9989	15176	19546	20219	20237	20714
PRESIDENTE BERNARDES	582	584	586	1136	2387	2215	3996	3897	3668	3634
PRESIDENTE EPITÁCIO	0	0	10	10	507	735	1391	1382	2313	7388
PRESIDENTE PRUDENTE	7731	7849	8041	8117	8203	8269	8473	8353	8032	8096
PRESIDENTE VENCESLAU	24	2628	3292	3721	5526	6702	8635	9054	9707	9880
RANCHARIA	8974	9332	9711	9980	12605	21330	25466	29707	30904	33618
REGENTE FEIJÓ	255	362	764	776	937	1187	1413	1565	1427	1250
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	0	72	2229	2746	2809	3133	4131	4248	4242	4179
ROSANA	17	17	0	0	574	558	2350	2872	2873	5693
SANDOVALINA	0	0	0	0	2281	10785	15080	15662	15747	17167
SANTO ANASTÁCIO	1311	1461	1514	2270	4056	3912	4671	4642	4373	4510
SANTO EXPEDITO	369	687	676	1160	1386	1729	1715	1715	1698	1553
TACIBA	5055	5083	3198	4154	6932	12120	15693	16707	18670	18305
TARABAI	0	0	0	950	993	999	2047	2810	3299	4090
TEODORO SAMPAIO	13942	13548	16277	17454	19654	23504	27741	27422	30481	30813
TOTAL	71095	68307	76114	93438	132373	185503	239079	256569	268615	289427

Fonte: Canasat, 2013. Organizado pela autora.

Através da Tabela 2, pode-se afirmar que houve uma expansão da área plantada de cana-de-açúcar na Região do Pontal do Paranapanema. Observando o valor total, em todo o período mostrado, exceto 2003 a 2004, houve aumento da área plantada da cana-de-açúcar, sendo que o maior registro ocorreu entre os anos de 2008/2009, no qual a área plantada teve um aumento de 53.576 hectares. Nota-se também que nos últimos três anos mostrados no quadro, o aumento da área planta foi muito menor em relação aos anos anteriores.

Em destaque, ainda na Tabela 2, observam-se os dados referentes aos municípios onde se localizam os assentamentos rurais selecionadas nesta pesquisa. No município de Mirante do Paranapanema, onde se localiza o Assentamento Antonio Conselheiro II, pode ser identificado o crescimento da

área plantada apenas a partir do ano de 2005, sendo o maior crescimento da área plantada entre os anos de 2009 e 2010, de 4.720 hectares. Já o município de Teodoro Sampaio, onde se localiza o assentamento Santa Teresinha da Alcídia, é o terceiro município com maior área plantada de cana-de-açúcar do Pontal, com área registrada em 2012 de 30.813 hectares. Diferente do município anteriormente descrito, Teodoro Sampaio se destaca na produção, de forma bastante expressiva, diante do período analisado, desde 2003, sendo o maior crescimento da área plantada entre os anos de 2008 e 2009, de 4.237 hectares, justamente no ano em que foram realizadas as parcerias com os assentamentos rurais.

Apesar do crescimento da área plantada da cana-de-açúcar no período de 2003 a 2012, quando se observa o percentual de crescimento para o mesmo período, verifica-se que de 2003 a 2004 o crescimento foi negativo e, apesar de identificar um crescimento positivo nos outros anos, houve redução do percentual de crescimento em determinados anos, ou seja, o que reduziu não foi a área plantada, ao contrário, neste período, a área plantada esteve em crescimento. A redução observada foi no percentual de crescimento, conforme pode ser observado na Figura 4, a seguir:

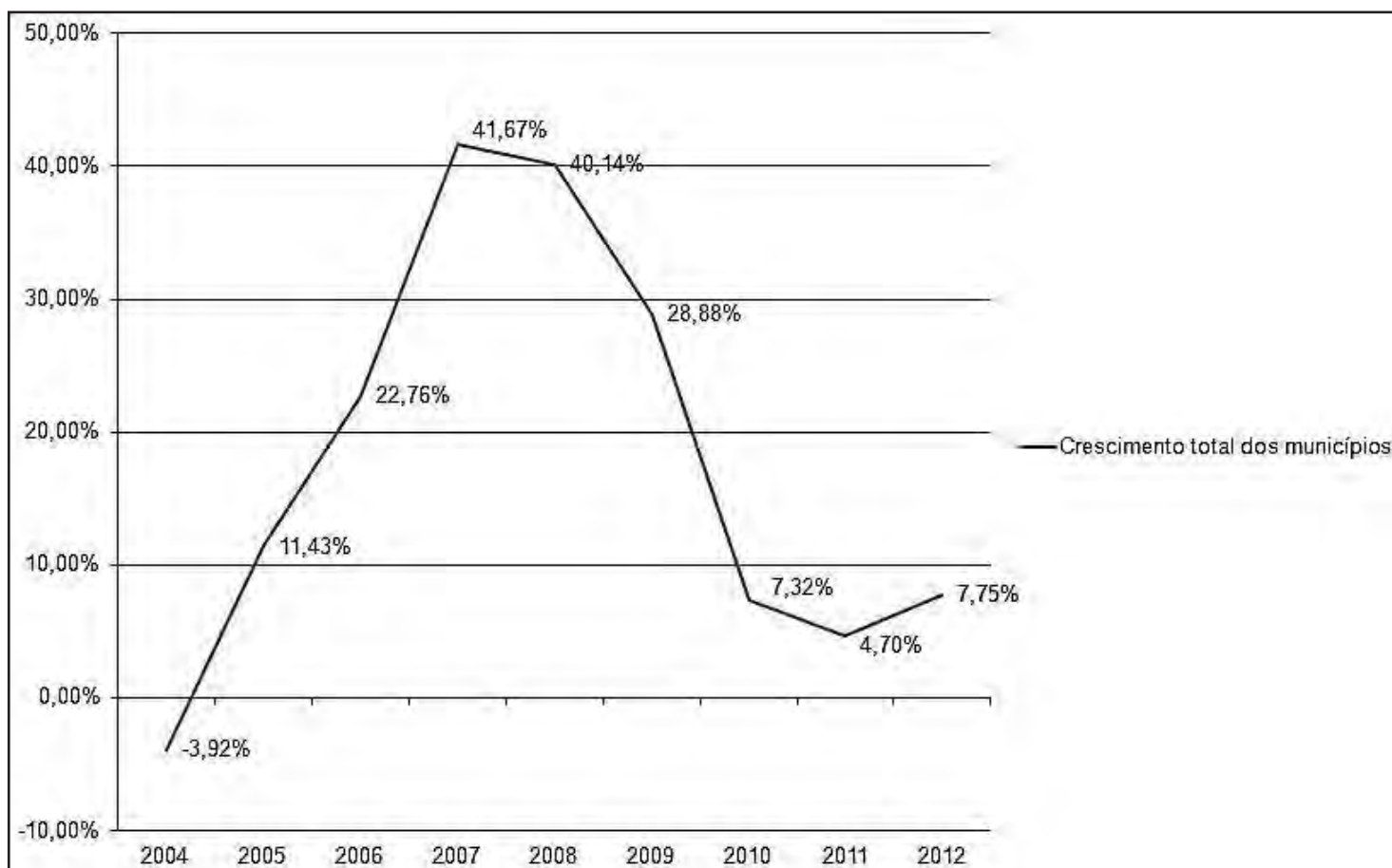


Figura 4 - Percentual do crescimento da área plantada de cana de açúcar nos municípios do Pontal do Paranapanema, no período de 2003 a 2012.

Fonte: Canasat, 2013, organizado pela autora.

Através da Figura 4, observa-se que de 2004 até o ano de 2007 houve aumento no percentual da área plantada. A partir de 2007 até 2011, o crescimento continua positivo, ou seja, continua a ocorrer a expansão da área plantada, porém o percentual de crescimento é menor ao período mencionado anteriormente. E, a partir de 2011, o percentual de crescimento volta a aumentar. **Importante destacar que de 2003 a 2004 houve um crescimento negativo, isso ocorreu devido à redução da área plantada entre esses dois anos. Mais uma vez é importante destacar que, exceto no período de 2003 a 2004, todos os outros analisados na Figura 4 mostram a variação do percentual, que, apesar de ter oscilações, a área plantada da cana-de-açúcar aumentou de ano para ano, ou seja, não registrou redução.**

Pode-se identificar também que os maiores percentuais de crescimento ocorreram entre os anos de 2006 e 2007, de 41,67% e 2007 e 2008, de 40,14%. Esse dado é muito relevante para trabalho, já que os anos em que o

crescimento foi maior são aqueles em que houve a parceria entre a usina e os assentados, o que ratifica a pressão exercida pelas usinas para o plantio da cana-de-açúcar.

Nota-se que nos últimos três anos, 2012, 2011 e 2010, houve um crescimento muito inferior da área plantada se comparado aos demais anos apresentados na tabela, com percentuais de 7,75%, 4,70% e 7,32%, respectivamente.

Observando os valores dos municípios onde estão localizados os assentamentos selecionados neste trabalho³, pode-se apontar que em Mirante do Paranapanema o maior crescimento ocorreu entre os anos de 2005 e 2006, de 759,18%. Analisando todo o período, 2003/2012, o município teve um crescimento de 100%.

No município de Teodoro Sampaio o maior crescimento ocorreu entre os anos de 2004 e 2005, de 20,14%. Analisando todo o período, 2003/2012, o município teve um crescimento de 121,01%. Ambos os municípios registraram uma diminuição nos últimos anos, acompanhando os dados descritos acima sobre o Pontal do Paranapanema.

Os municípios que possuem maiores valores de área plantada, em ordem decrescente, Rancharia, Martinópolis e Teodoro Sampaio. Mais uma vez, fica claro a pressão que os assentamentos do município de Teodoro Sampaio enfrentam com as usinas, já que é o 3º município com maior área plantada de cana-de-açúcar da Região do Pontal do Paranapanema.

Nas Figuras 5 e 6, a seguir, pode-se visualizar melhor esta evolução da área plantada de cana-de-açúcar na região e no município de Teodoro Sampaio:

³ Os valores por município podem ser conferidos no APÊNDICE B, ao final do trabalho.

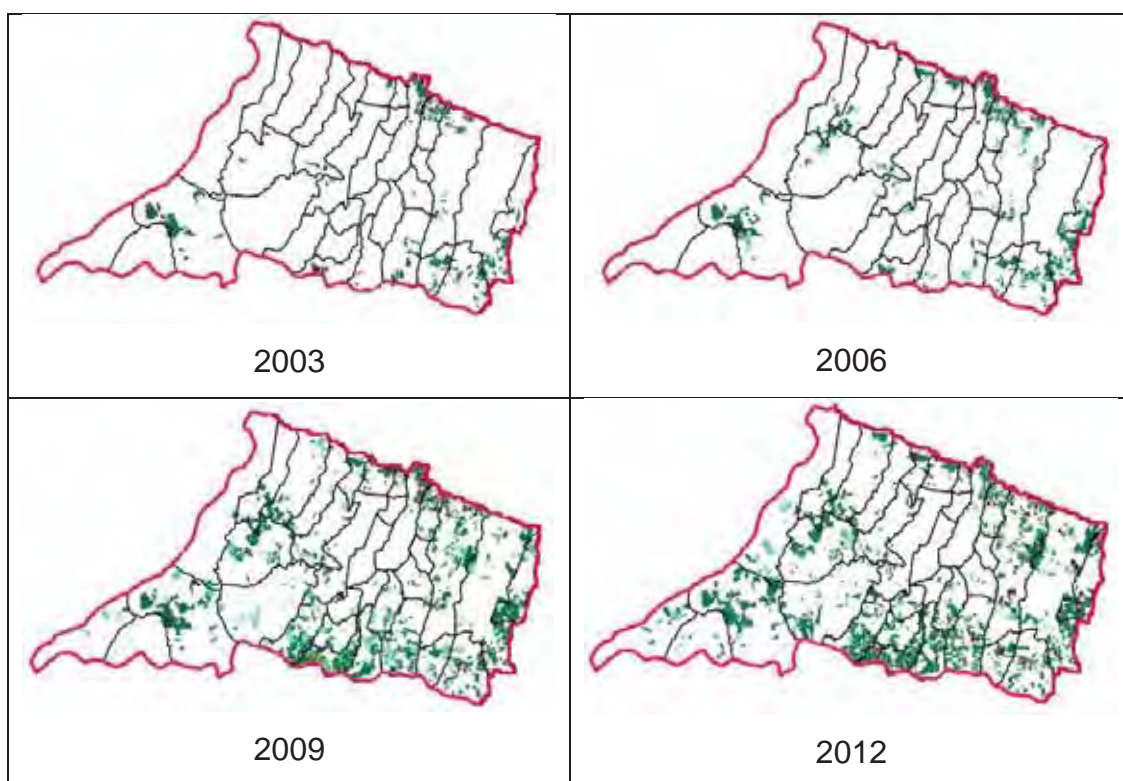


Figura 5 - Evolução da área plantada de cana-de-açúcar na Região do Pontal do Paranapanema – SP.

Fonte: Canasat, 2013, organizado pela autora.

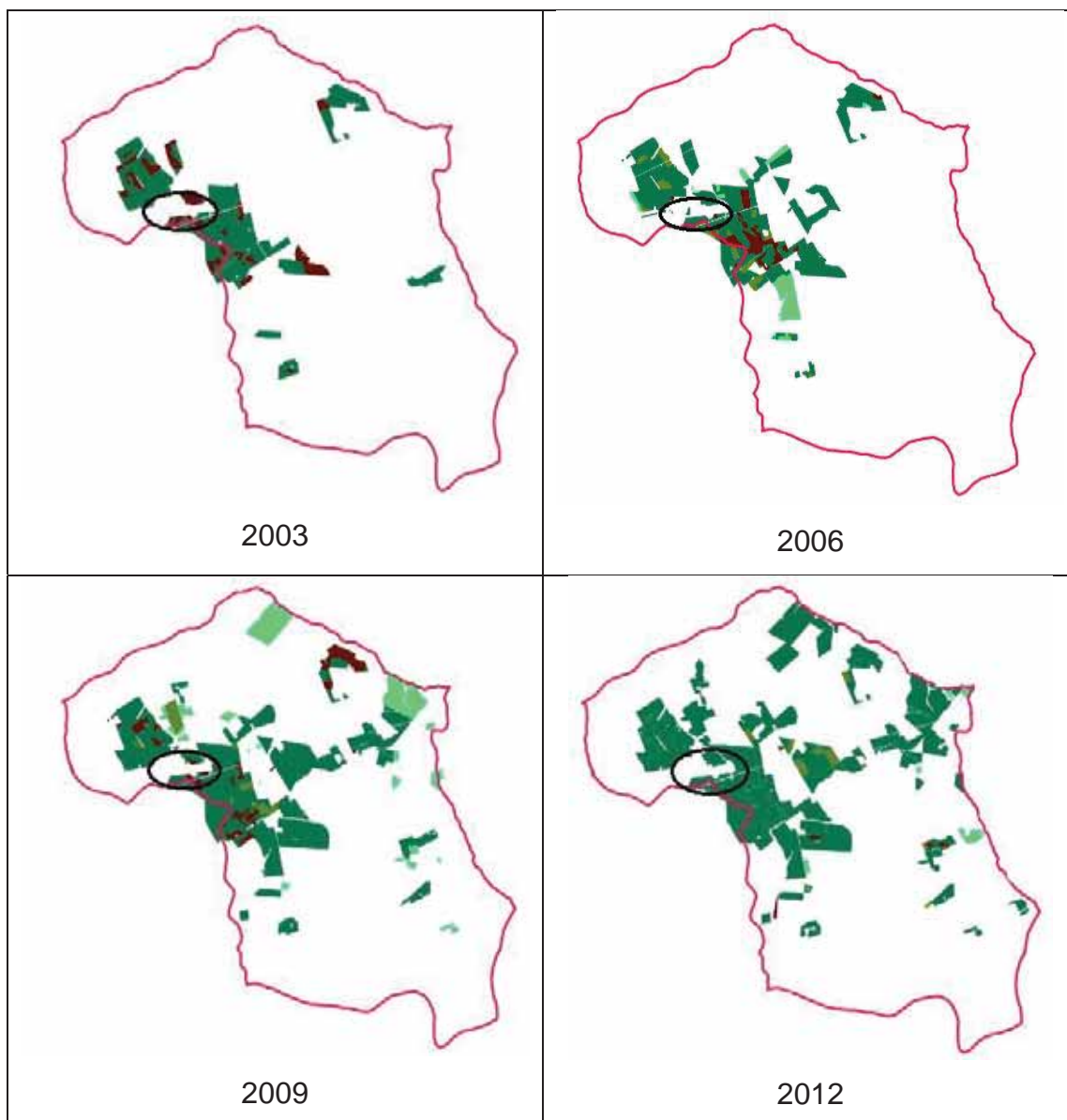


Figura 6 -Evolução da área plantada de cana-de-açúcar no município de Teodoro Sampaio – SP, com destaque para a área onde se situa o Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Fonte: Canasat, 2013, organizado pela autora.

Nota-se que há um crescimento significativo do plantio da cana-de-açúcar ao redor do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia, mais uma vez, demonstrando a pressão que os assentados enfrentam. Na Figura 7, a seguir, pode-se visualizar essa pressão, através da estrada que liga ao assentamento rural.



Figura 7 - Estrada que leva ao Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, com a localização da usina e o plantio de cana-de-açúcar. Foto: Autora, 2010.

A área plantada de cana-de-açúcar em Mirante do Paranapanema é inferior à encontrada no município de Teodoro Sampaio, entretanto, nota-se o crescimento do plantio durante o período analisado de 2003/2012 e também o crescimento próximo dos assentamentos rurais, o que demonstra a existência de pressões vindas por parte do agronegócio sobre o camponês, conforme pode ser verificado na Figura 8, a seguir:

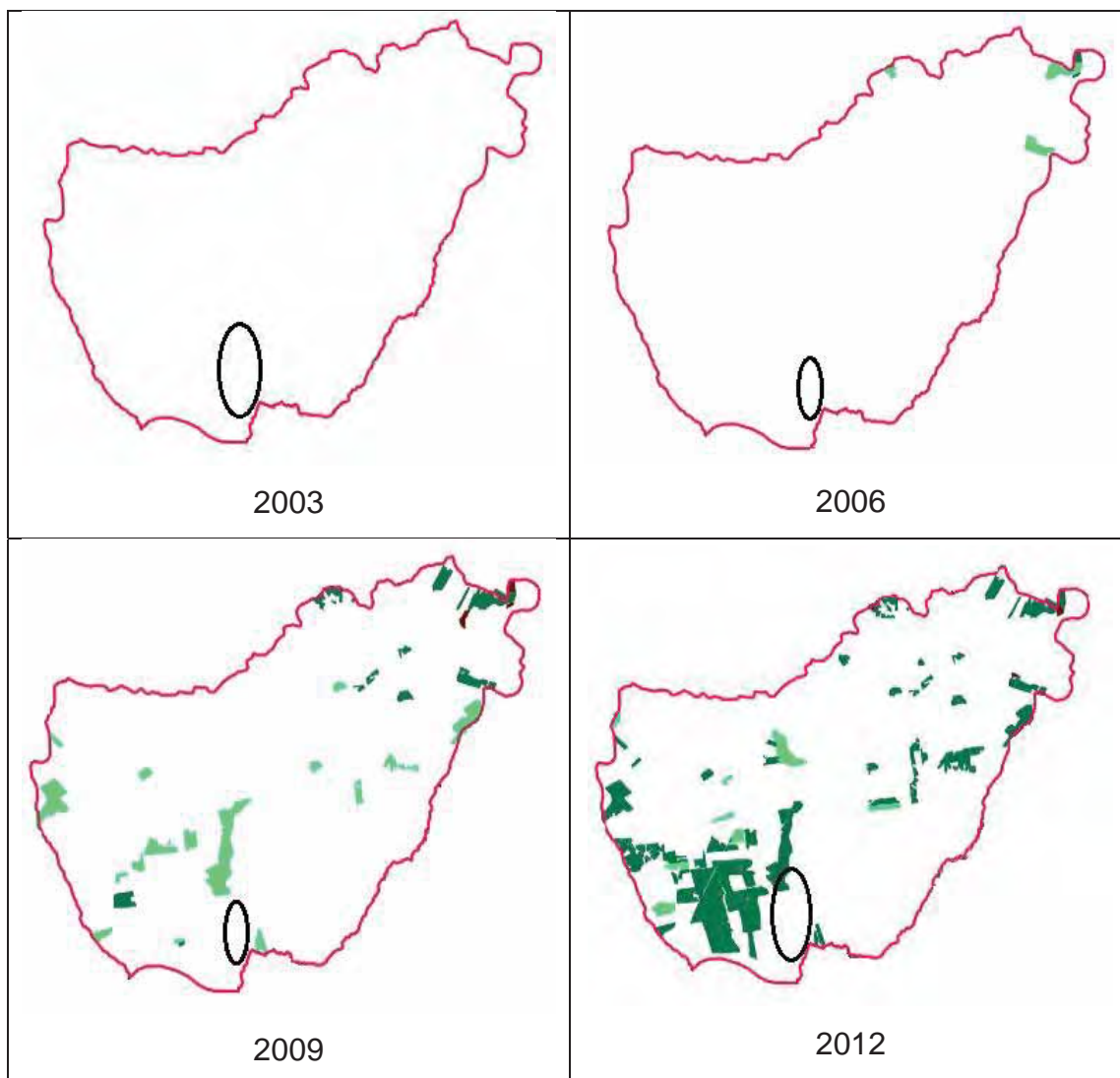


Figura 8 - Evolução da área plantada de cana-de-açúcar no município de Mirante do Paranapanema – SP, com destaque para a área onde se situa o Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Fonte: Canasat, 2013, organizado pela autora.

A Tabela 3 mostra a relação entre as áreas plantadas do Estado de São Paulo e do Pontal do Paranapanema:

Tabela 3 - Relação da área plantada de cana-de-açúcar, em hectares, e do percentual das áreas do Estado de São Paulo e dos Municípios do Pontal do Paranapanema – 2003 a 2012.

	ÁREA PLANTADA (EM HECTARES)									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TOTAL: MUNICÍPIOS DO PONTAL	71095	81855	92391	110892	152027	209007	266820	283991	299096	320240
TOTAL: ESTADO DE SÃO PAULO	3002676	3165387	3364704	3661155	4249922	4873940	5242488	5303342	5400823	5533186
RELAÇÃO DA ÁREA PLANTADA ENTRE O PONTAL E O ESTADO DE SP (EM %)	2,4	2,6	2,7	3,0	3,6	4,3	5,1	5,4	5,5	5,8

Fonte: Canasat, 2013, organizado pela autora.

Observa-se que a evolução do plantio da cana-de-açúcar no Pontal segue a mesma lógica de evolução do Estado de São Paulo. No ano de 2012, a área plantada na região significou cerca de 6% da área do estado. Outro apontamento é de que a área dos 32 municípios que compõem o Pontal do Paranapanema é de 1.839207,4 desse total, 320.240 hectares foram destinados ao plantio da cana-de-açúcar, que corresponde a 17,4% da área dos municípios do Pontal. Parte do percentual dessas áreas de plantio de cana-de-açúcar no Pontal está dentro de assentamentos rurais, que será abordado a seguir.

2.1 O processo de expansão do agronegócio da cana-de-açúcar na Região do Pontal do Paranapanema

O acelerado processo de expansão da produção de cana-de-açúcar possui um histórico de intervencionismo estatal brasileiro. Dentre os programas e leis firmadas pelo Estado brasileiro, está a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na década de 1930, a qual teve início a fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional.

Durante o Governo Vargas, em 1940, foi instituído o “Estatuto da Lavoura Canavieira” por intermédio do Decreto-Lei nº 3855 em 1941, que tinha como objetivo regulamentar as relações entre fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, além de estabelecer salário mínimo ao trabalhador rural canavieiro.

Na década de 1960, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – era uma política específica de financiamento para a agricultura brasileira. Na década de 1970 foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional do Alcool – Proálcool – cujo objetivo principal foi o de aumentar a produção de álcool combustível em virtude das crises petrolíferas em escala mundial, que repercutiam diretamente no país. Destacamos este programa, pois durante sua vigência o Estado de São Paulo foi o maior beneficiado e passou a ter posição destacada frente aos demais estados na produção canavieira.

Como o Extremo Oeste Paulista, onde se localiza a Região do Pontal do Paranapanema, recebeu incentivos para o desenvolvimento da agroindústria canavieira somente na última etapa do Proálcool, esta região tornou-se uma

das principais áreas a serem tomadas pela monocultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, sendo considerada pelos empresários como “a última fronteira dos canaviais” (MASSARETTO, 2010).

Vários são os benefícios físicos e logísticos que os municípios podem oferecer às usinas que se instalam, tais como: isenção de alguns impostos, como: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS); Construção e melhoria de estradas (pavimentadas e não pavimentadas), para facilitar o escoamento da produção e mão-de-obra barata. Em trabalho realizado por Barreto (2008), o avanço da cana-de-açúcar nos municípios do Pontal está relacionado, além dos benefícios citados, com:

- Região de conflitos envolvendo movimentos sociais de luta pela terra e grileiros/latifundiários;
- Alianças envolvendo o poder público em escala estadual e empresários rurais/latifundiários em torno da regularização das terras devolutas;
- Disputas intermunicipais e intercapitais, envolvendo os poderes públicos locais e o capital sucroalcooleiro.

Pode-se afirmar que existem muitas vantagens, diretas e indiretas, associadas à implantação das usinas de açúcar e álcool na Região do Pontal do Paranapanema. Em busca de obter cada vez mais espaço a fim de aumentar a área plantada e, conseqüentemente, a produção da cana-de-açúcar, os empresários fizeram a tentativa de realizar “parcerias” para o plantio da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais e, pelo menos nos assentamentos rurais estaduais, conseguiram a permissão.

2.2 As parcerias entre usinas e os assentamentos rurais para o plantio da cana-de-açúcar

No Brasil, a origem dos assentamentos rurais está mais relacionada com o interesse de amenizar os conflitos da luta pela terra do que promover o

desenvolvimento do campo. De acordo com Ferreira Júnior e Hespanhol (2006):

Em meados da década de 1980, período de transição para um governo democrático, elaborou-se o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com a proposta inicial de assentar 1.400.000 famílias entre os anos de 1985 e 1989. Como nesse Plano seriam utilizados mecanismos que incomodariam diretamente a classe patronal/proprietária – como a desapropriação de terras por interesse social - formou-se uma grande resistência por parte dos chamados “ruralistas”, forçando o recuo por parte do governo, o que gerou insatisfação entre os trabalhadores rurais e disputas fundiárias (FERREIRA JÚNIOR; HESPANHOL, 2006, p. 2).

No ano de 1990, com a atuação do MST, houve a primeira ocupação de terras na Região do Pontal do Paranapanema (RAMALHO; FERNANDES, 2001). As ocupações e a pressão exercida pelo movimento aumentaram no decorrer dos anos o que fez com que o governo priorizasse a adoção de medidas para a implantação dos assentamentos.

Em meio às dificuldades enfrentadas pelos assentados e com o avanço da agroindústria canavieira, o plantio da cana-de-açúcar se tornou uma alternativa financeira para melhorarem suas rendas e, conseqüentemente, as condições de vida. Assim, tem-se que:

A falta de uma política agrícola adequada e/ou de um projeto alternativo, que garanta a viabilização da produção e, conseqüentemente a permanência dos assentados na terra em condições dignas, os torna fragilizados e, portanto, vulneráveis às pressões e estratégias do capital, que atua com o aval do Estado (BARRETO *et al*, 2008, p. 8).

No ano de 1993 ocorreu a primeira tentativa de produzir cana-de-açúcar em lotes de assentamentos rurais da Região do Pontal do Paranapanema. Segundo Gonçalves (2009), esta iniciativa partiu da Destilaria Alcídia, que apresentou ao Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), hoje Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) um projeto para o plantio de cana em lotes do Assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio – SP, quando 11 dos 121 lotes entraram na “parceria”.

O ITESP foi criado através da Lei Estadual nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, com personalidade jurídica de direito público e vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. No Artigo 2º fica especificado seu objetivo

de planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado. Para atingir esses objetivos, o Artigo 3º determina que a Fundação tenha que:

I - promover a regularização fundiária em terras devolutas ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente;

II - implantar assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar;

III - prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados;

IV - identificar e solucionar conflitos fundiários;

V - promover a capacitação de beneficiários e de técnicos, nas áreas agrária e fundiária;

VI - promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como seu desenvolvimento sócio-econômico; e

VII - participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros Estados e municípios.

Dois anos após o início do contrato a Destilaria Alcídia elaborou uma avaliação da “parceria”, onde dizia que os resultados obtidos estavam dentro do previsto no projeto elaborado em 1993.

No final do ano de 1995, o Departamento de Assuntos Fundiário solicitou ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, um parecer “sobre a viabilidade da introdução da cana-de-açúcar nos assentamentos, tendo como base o projeto piloto, envolvendo a Destilaria Alcídia e o Assentamento Água Sumida” (GONÇALVES, p. 8, 2009). Um grupo de geógrafos realizou pesquisa de campo junto aos assentados e a empresa para elaborar o parecer técnico-científico.

No parecer relataram a contradição representada pelo cultivo da cana-de-açúcar em assentamentos rurais, pois este tipo de produção exige grande investimento tecnológico, que estaria sendo implantado em assentamentos rurais que não possuem infraestrutura e tecnologia adequada para o desenvolvimento desta cultura. O parecer mostra os aspectos econômicos da parceria divididos entre o interesse dos assentados e o interesse da Destilaria

Alcídia. Destacaremos a seguir os apontamentos do parecer, iniciando pelo interesse da usina, que foi elaborado partindo de quatro principais questões:

1. Rentabilidade por hectare:

Para os autores o plantio da cana-de-açúcar não gerava uma alta rentabilidade para os assentados.

2. Utilização de terras públicas:

Esta questão estaria relacionada com o fato de que, por se tratar de terras públicas, no caso o Assentamento Rural Água Sumida, a Destilaria Alcídia, não pagaria renda pelo uso da terra, o que tornaria o custo da produção menor, já que os gastos seriam apenas do plantio (preparo do solo, cuidados durante o plantio e colheita) e viabilizaria assim a exploração de pequenas áreas.

3. Logística favorável:

Segundo os autores, o assentamento se encontra no “raio economicamente viável” da Destilaria Alcídia. Isso reduziria ainda mais o custo de produção, da força de trabalho, da renda e do transporte.

4. Financiamento:

O financiamento foi feito pelo Banco do Estado de São Paulo ao produtor assentado, que se caracteriza como um “financiamento especial”, no qual os empréstimos são subsidiados a juros de 16% a.a., de acordo com a Legislação do Crédito Rural, que determina o percentual de aproximadamente 10% dos recursos obrigatórios do banco para a pequena agricultura. Entretanto, os autores destacam que,

Por tratar-se de um financiamento especial, este possui características peculiares, que concedido pelo Banespa aos pequenos agricultores do PA Água Sumida, os procedimentos acontecem nos seguintes termos: o financiamento para a formação da cana-de-açúcar é concedido em nome do produtor. Porém, é repassado diretamente para a Destilaria, que gerencia a sua utilização durante todas as fases do processo produtivo (ANTONIO; FERNANDES; SILVEIRA, p. 3, 1995).

Isso significa que, em muitos casos, o assentado acaba assinando diversos documentos, sem saber ao certo o que significa e nunca tem acesso ao dinheiro, tornando-se totalmente dependentes da usina.

Em relação aos apontamentos do interesse dos assentados pelas parcerias, tem-se:

- A parceria confere aos assentados certa tranquilidade, pois recebem um adiantamento em forma de salário, mensalmente;
- A cana seria um recurso emergencial para que gerasse renda a fim de destiná-la à compra de gado leiteiro e melhoria das condições de vida;
- Melhoria na assistência médica e técnica, pois a oferecida pelo Estado é de péssima qualidade;
- A cana-de-açúcar é um bom negócio, pois a venda da produção é garantida desde o momento inicial do processo produtivo;
- Não exige uma jornada de trabalho extensa como as outras culturas;
- A “parceria” entre a Destilaria e os assentados, embora seja reconhecidamente uma relação de dependência, é aceita com facilidade pelos produtores que confiam cegamente na administração da Destilaria Alcídia S/A.

Por último, o parecer conclui que a parceria entre a Destilaria e os assentados para o plantio da cana-de-açúcar é algo inviável:

As relações propostas aos produtores assentados são, aparentemente, de igualdade. Porém, essas relações possuem como aspectos principais a dependência e a descaracterização total da produção familiar [...] Diante disto, ao mesmo tempo que a cana-de-açúcar oferece uma saída única para a viabilidade econômica aos produtores assentados, também os condena a dependência, a não participação, a perda da autonomia, a alienação e a sujeição aos critérios impostos pela Destilaria. (ANTONIO; FERNANDES; SILVEIRA, 1995, p. 4).

Apesar do esforço dos autores demonstrarem a inviabilidade do plantio da cana-de-açúcar, a Destilaria Alcídia voltou a firmá-los no ano de 2002, ano em que o ITESP – lançou em 24 de outubro, a Portaria nº 075, que permitia a locação de serviços dos assentados às agroindústrias, com a justificativa de que isso traria recursos para o processo de capitalização das famílias assentadas e com a finalidade de **“propiciar autonomia e uma maior**

participação por parte dos assentados na economia dos municípios, assim como, de aumentar a área plantada com gêneros essenciais à alimentação” (Portaria ITESP nº 075/2002, grifo nosso).

O texto acima foi destacado, pois se observa um equívoco. A parceria para o plantio da cana-de-açúcar visa produzir para a usina, aos moldes estipulados por ela em contrato, dessa forma, que tipo de autonomia o instituto pensou em gerar, sendo que o parecer técnico-científico já destacara a perda da autonomia? E em que momento a cana-de-açúcar seria produzida a fins de gêneros alimentícios? Pois se sabe que sua produção é, na maior parte voltada à exportação de açúcar e álcool. Enfim, se trata de reflexões bastante pertinentes que devem ser feitas.

Serão apresentados alguns artigos da Portaria do ITESP para que nos ajudem a refletir melhor sobre essas parcerias permitidas pelo instituto. Importante destacar que essas parcerias não foram permitidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com a Superintendência do instituto, o plantio de cana-de-açúcar não constitui irregularidade, desde que ela não seja a única cultura, mas o consequente arrendamento de lotes é uma prática proibida por legislação federal⁴.

Portaria ITESP nº 075 de 24 de outubro de 2002

O Art. 1º Portaria ITESP nº075/2002

Estabelecer normas para o plantio de culturas destinadas à venda para agroindústrias, nos Projetos de Assentamentos implantados nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985.

O Art. 2º Portaria ITESP nº075/2002

As culturas para fins de processamento industrial poderão ser implantadas nos lotes com área de até 15 ha, ocupando até 50 % da área total e, nos lotes com área superior a 15 ha, ocupando até 30% da área total.

§1º A exploração deverá ser feita diretamente pelos beneficiários dos Projetos de Assentamento de forma individual, associada ou coletiva, ficando vedada qualquer outra modalidade de exploração que não permita a

⁴ Apesar do esforço do INCRA para não viabilizar essas parcerias, o instituto acabou cedendo aos interesses e pressões dos assentados e permitiu em novembro de 2012 o plantio da cana, sendo que em cada lote, não será possível plantar mais do que 40% do total da área, que tem de 15 a 17 hectares.

participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção.

§2º Os beneficiários deverão obedecer aos projetos técnico-agronômicos, elaborados ou aprovados pela Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, que conterão, obrigatoriamente, as fases de execução e os recursos financeiros, humanos e materiais, a serem empregados.

§3º Os beneficiários não poderão alocar máquinas e equipamentos de terceiros, exceto se previstos nos projetos técnico-agronômicos. Se previstos nos projetos técnicos deverão apresentar a Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, cópias de contratos de arrendamento ou locação.

§4º Os beneficiários deverão observar, ainda, as normas vigentes relativas aos planos públicos de valorização e aproveitamento de recursos fundiários, ao apoio à produção agrícola, a defesa da agropecuária e a proteção do meio ambiente, bem como as demais diretrizes traçadas pela Fundação ITESP.

§5º As áreas dos lotes comprometidas com projetos agropecuários financiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural ou com Programas oficiais de fomento, não poderão ter implantadas culturas para fins de processamento industrial.

No ano de 2004 o ITESP faz uma revisão nas medidas antes estabelecidas pela Portaria nº 075/2002 e as relançou na Portaria nº 077 tais revisões. Faremos exposição de partes bastante interessantes desta portaria, a começar por:

[...] considerando a necessidade de estabelecer a forma de exploração dos lotes agrícolas dos Projetos de Assentamento, com culturas destinadas à venda para agroindústrias, de modo a **evitar a monocultura** e seus efeitos perniciosos ao meio ambiente e à economia;

Considerando que a plantação desordenada de culturas para fins industriais poderá gerar **indesejável relação de dependência** dos produtores para com os empresários (Portaria ITESP nº 077/2004, grifo nosso).

Os trechos destacados permitem fazer duas observações importantes. A primeira é a de que muitos assentamentos acabaram apenas plantando a cana-de-açúcar, ou seja, não se evitou a monocultura nos assentamentos, ao contrário, incentivou essa prática (MASSARETTO, 2010). Em estudos realizados por Silva e colaboradores (2006), foi constatado que os lotes dos assentamentos que produzem cana para a destilaria são os que menos

diversificam sua produção, o que se torna uma contradição, pois o projeto que se espera dos assentamentos rurais é de diversificação da produção agropecuária de modo a garantir a segurança alimentar das famílias assentadas e, o avanço da cana-de-açúcar para dentro dos assentamentos, rompe com este princípio.

Outra observação é em relação à dependência dos assentados para com os empresários. É estranho notar que o próprio instituto teme essa condição, mas mesmo assim a torna legitimada através da portaria. A partir do momento em que existe uma parceria com diretrizes a serem cumpridas, principalmente as que são elaboradas pelos próprios empresários, com certeza vai haver uma relação dependente. Abaixo podemos observar mais um aspecto contraditório desta portaria:

Considerando, finalmente, a convergência de interesses dos diversos segmentos na formação de parcerias negociais, visando a alocar recursos e **dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiadas** dos Projetos de Assentamento Estaduais, **objetivando sua autonomia**, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria-prima para as agroindústrias, além de fomento à organização dos trabalhadores rurais assentados em cooperativas e à implantação de unidades artesanais para o processamento dos produtos agrícolas (Portaria ITESP nº 077/2004, grifo nosso).

Esta consideração é mais uma contradição, pois ao observar a realidade vemos que as famílias ficam dependentes e perdem sua autonomia. O processo de capitalização também não ocorre, pois em estudos feitos por Freitas; Sparovek (2006), através de entrevistas realizadas em cinco assentamentos, quatro deles no Município de Teodoro Sampaio – SP e um no Município de Araraquara – SP, foram constatados que, num universo de 53 entrevistas no primeiro município e 23 no outro, 69,74% dos entrevistados afirmaram que o cultivo da cana não resultou em melhoria da renda familiar.

Em estudos realizados anteriormente (MASSARETTO, 2010) também foi detectada a não obtenção de renda para os assentados. Muitos deles até se endividaram. Pode-se afirmar que a parceria das famílias assentadas com as usinas, não leva, necessariamente, ao aumento de sua renda agrícola ou bem estar. É mais uma maneira de fortalecer o agronegócio, deixando de favorecer a agricultura camponesa.

De acordo com Massaretto (2010), os contratos de “parceria” entre assentados e a Destilaria Alcídia, firmados em 2002, deveriam terminar em 2009, entretanto, a partir de 2008 a destilaria já não utilizava a produção dos assentamentos. Segundo os assentados o contrato de “parceria” proposto pela usina seria de duas safras – 2002 a 2009, período em que ficariam arrendados até 30% do lote, o que equivaleria a 6 hectares. Contudo, a usina não realizou nem a última colheita, deixando a cana-de-açúcar nos lotes e passando a responsabilidade disto para cada um dos assentados (Figura 9). Estes, sem maquinário, acabaram soltando o gado nessas áreas para, aos poucos, acabar com a cana em seus lotes.



Figura 9 - Situação dos lotes com o fim das parcerias e descumprimento de contrato por parte da usina em relação à colheita da cana no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia. Foto: Autora, 2010.

É importante ressaltar que toda a negociação entre os assentados e a Destilaria Alcídia ocorreu sob a supervisão do ITESP, que cuidou de estruturar o contrato de adesão dos assentados à cultura de cana-de-açúcar nos lotes, baseados no sistema de Integração Agroindustrial. Para ficar mais claro, será apresentado um modelo da “Estrutura do contrato para plantação de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais”, que fora apresentado em trabalho de Ferreira Júnior e Hespanhol (2006).

1) Declaração de Aptidão: Elaborada pelo ITESP com a finalidade de declarar que determinado morador do lote atende todos os pré-requisitos estabelecidos para o seu enquadramento como beneficiário do Crédito Investimento – PRONAF classe D (conforme estabelecido no Manual de

Crédito Rural). De acordo a Portaria MDA nº 46, de 26/08/05, Capítulo I – Da finalidade:

Art. 1º A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o instrumento que identifica os beneficiários do Pronaf, conforme o estabelecido no Manual de Crédito Rural (MCR), do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2, como habilitados a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa.

§ 1º A DAP constitui instrumento obrigatório à formalização de operações de crédito ao amparo do Pronaf, independente dos demais documentos necessários e exigidos pela instituição financeira em obediência à legislação pertinente.

§ 2º a DAP apresenta as seguintes características:

I - **Validade: 6 (seis) anos** a contar da **data de sua emissão**, sendo que os proponentes a financiamentos dos Grupos "A" e "A/C" devem apresentar ao agente financeiro uma nova DAP, a ser fornecida pelo INCRA quando beneficiários pelo PRNA e pela UTE/UTR quando beneficiários do PNCF, para cada operação que será solicitada em cada um dos grupos "A" e "A/C"

II - **Origem: vinculada ao município** de localização do estabelecimento utilizado para residência fixa pelo agricultor e sua família;

III - **Gratuidade:** as instituições autorizadas a emitirem DAP não podem cobrar quaisquer custas pela sua emissão ou condicionar seu fornecimento a qualquer exigência de reciprocidade, vínculo ou filiação, sob pena de descredenciamento e demais sanções legais.

2) Carta Convênio de Integração Rural: Carta destinada ao Banco do Brasil com a finalidade de apresentar o produtor integrado (assentado) ao banco para a solicitação do PRONAF.

3) Projeto técnico elaborado pelo ITESP e pela Destilaria Alcídia, que consta:

A) Dados do proponente: os dados pessoais do assentado, relação de máquinas e equipamentos existentes no lote, a composição do rebanho, a renda mensal e anual do assentado.

B) Dados do imóvel: tipo de imóvel, endereço, área e classificação (minifúndio/latifúndio), Inscrição Estadual.

C) Dados do proprietário do Imóvel: dados pessoais do assentado e área cedida para o cultivo de cana-de-açúcar.

D) Proposta de Integração: dados do empreendimento – produto, previsão de safra, preço de mercado, vencimento, período agrícola de tomada de crédito, assistência técnica.

E) Dados da proposta: Produto, área financiada, produtividade média, faturamento bruto anual, cronograma de utilização do crédito, cronograma de retorno, demonstrativo financeiro da atividade pecuária.

F) Garantias: penhor da lavoura, penhor dos equipamentos agrários, penhor dos veículos, penhor dos animais, hipoteca, aval.

G) Orçamento: relativo a implantação de canavial em área nova, custo para formação de 1,00 ha de cana-de-açúcar.

H) Circular nº 16/02 – 31/03/2003 – CONSECANA: preço médio do Kg do ATR para efeito de ajuste parcial referente à safra do ano de vigência do contrato.

I) Viabilidade do Empreendimento: Balanço financeiro e planilha de custo de tratamentos culturais.

J) Capacidade de pagamento do produtor rural.

K) Croqui mapa de acesso à área e do assentamento dividido em lotes numerados.

4) Recomendações e Justificativa técnica: documento elaborado pelo ITESP e pela Destilaria Alcídia com a assinatura do proponente.

5) Termo de Adesão Integradora /Integrado: formalização do contrato junto ao Banco do Brasil (Convênio BB CONVIR Integração Rural)

6) Termo de Adesão: sistema “Balcão de Agronegócios”.

7) Contrato de compra e venda de cana-de-açúcar: baseado na portaria ITESP-75 de 24/10/2002 que estabelece normas para o plantio de culturas destinadas a venda para agroindústria nos Assentamentos de reforma agrária.

8) Contrato de venda de mudas de cana-de-açúcar e serviços agrícolas.

Atualmente, a Destilaria Alcídia pertence ao Grupo Odebrecht, uma corporação brasileira transnacional do setor de construção, que realizou a

compra no ano de 2007, passando a se chamar ETH⁵ – Unidade Alcídia (FERNANDES et al, 2011). Essa compra se tornou um problema a mais na vida dos assentados que realizaram a parceria, pois, segundo seus relatos, quando foi feita a tentativa de diálogo com a usina para tratar de assuntos referentes às “parcerias”, a direção da ETH afirmou que não tinha nenhuma responsabilidade sobre a parceria.

Diante disso, percebemos que em meio às dificuldades enfrentadas pelo assentado, este viu a proposta das parcerias como uma solução para sua permanência e desenvolvimento de seu lote. Retomando a questão colocada por Leite (1998) no início deste capítulo, Fernandes afirma que,

A questão agrária não é só a distribuição da terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas (FERNANDES, 2001, p. 24).

A falta de efetivação de políticas públicas aos assentados pode estar relacionada com o fato dos governantes apoiarem, quase que exclusivamente, o agronegócio, pois este expressa seu caráter produtivista e destaca o aumento da produção, como podemos perceber na propaganda encontrada na página eletrônica do Ministério da Agricultura:

O Brasil não é apenas o maior produtor de cana. É também o **primeiro do mundo na produção de açúcar e etanol** e conquista, cada vez mais, o mercado externo com o uso do biocombustível como alternativa energética. **Responsável por mais da metade do açúcar comercializado no mundo**, o País deve alcançar taxa média de aumento da produção de 3,25%, até 2018/19, e colher 47,34 milhões de toneladas do produto, o que corresponde a um acréscimo de 14,6 milhões de toneladas em relação ao período 2007/2008. **Para as exportações, o volume previsto para 2019 é de 32,6 milhões de toneladas.** (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2013, online, grifo nosso).

Entretanto, Fernandes (2008) afirma que:

⁵ ETH é a abreviação da palavra etanol em língua inglesa.

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece (FERNANDES, 2008, p. 210).

Dar relevância somente ao caráter produtivista, com o aumento da produção que o agronegócio está promovendo é um equívoco, pois se sabe que a produção do agronegócio está voltada à exportação, sendo que a agricultura camponesa é extremamente importante na produção de alimentos no Brasil (FERNANDES, 2009). Dessa forma, esse aumento de produção não se refere a uma variedade de alimentos, mas de alguns como a própria cana-de-açúcar.

Na região do Pontal do Paranapanema as parcerias foram realizadas somente em relação à cana-de-açúcar, em sete assentamentos, conforme pode ser observado na Tabela 4:

Tabela 4 - Relação dos assentamentos rurais que realizaram a “parceria” com a Destilaria Alcídia, na região do Pontal do Paranapanema.

Município	Projeto de Assentamento Estadual (PE)	Ano de Criação do Assentamento	Área do Assentamento (em hectares)	Número Total de Lotes	Lotes com parcerias	%
Rosana / Euclides da Cunha	Gleba XV de novembro	1999	13.310	570	39	6,84
Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata	1999	462	18	14	77,77
Teodoro Sampaio	Laudenor de Souza*	1997	1.545	60	7	11,67
Teodoro Sampaio	Santa Cruz da Alcídia	2001	712	26	7	26,92
Teodoro Sampaio	Santa Terezinha da Alcídia*	1998	1.345	26	24	92,31
Teodoro Sampaio	Santa Zélia	1999	2.730	103	34	33
Teodoro Sampaio	Vô Tonico*	1998	550	19	2	10,53
TOTAL			20.654	822	127	15,45

Fonte: ITESP; DATALUTA, 2010, organizado pela autora.

* Assentamentos já pesquisados por Massaretto (2010).

Observa-se que as parcerias no Pontal se concentraram no município de Teodoro Sampaio, onde se localizava a antiga Destilaria Alcídia, que realizou as parcerias e que hoje, através de compra do Grupo Odebrecht, se tornou

ETH – Unidade Alcídia. A unidade é rodeada pelos assentamentos e estes são alvos, constantemente, da pressão da usina para o plantio da cana-de-açúcar.

Entende-se que o principal objetivo do campesinato é a luta pelo acesso à terra e a luta contra o capital. É necessário encontrar formas de combater o capital, podendo, por exemplo, se utilizar de mecanismos do próprio capitalismo como a administração apurada, logística e organização, mas sem se tornar um capitalista. Com isso, os camponeses devem produzir e disponibilizar para o mercado suas mercadorias fundamentadas num modo de produção que não seja pautado na retirada da mais valia e renda da terra, mas que possua eficiência na perspectiva da produção e comercialização (MASSARETTO, 2010).

A opção pelas parcerias caminha no sentido oposto ao da multifuncionalidade, uma vez que não se realiza a diversificação de culturas, ficando em segundo plano a segurança alimentar e muito menos se preocupa com o aspecto paisagístico do campo.

No capítulo a seguir, serão apresentadas as características físicas da região onde estão inseridos os assentamentos selecionados para este trabalho, bem como resultados obtidos através de trabalhos de campo, com a aplicação de questionário socioeconômico e ambiental. Com isso, pretende-se, ao final, chegar a um posicionamento, diante da conjuntura atual que vivem os assentamentos, sobre a viabilidade da aplicação da noção de multifuncionalidade rural no Brasil.

CAPÍTULO III - ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS, AMBIENTAIS E O DILEMA ENTRE MONOCULTURA E DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS.

3 ASPECTOS AMBIENTAIS DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

O esforço de realizar esse estudo vai além do aspecto econômico e social dos assentamentos rurais. Também se pretende investigar as condições ambientais em que estão inseridos os assentamentos rurais, pois a produção agroalimentar é bastante dependente das condições naturais, o que necessita, muitas vezes, do investimento tecnológico para suprir esta dependência, entretanto, no caso dos assentamentos rurais, estes não possuem a tecnologia necessária. Por isso, será feita uma exposição dessas características físicas da região onde se situam os assentamentos rurais selecionados.

Os assentamentos rurais estão localizados na Bacia Sedimentar do Paraná (morfoestrutura) e no Planalto Ocidental Paulista (morfoescultura) (Figura 10), cujas formas de relevo predominantes são as colinas amplas e baixas com altimetria em torno de 300 a 600 metros, de topos suavemente ondulados com fraco desnível topográfico com as vertentes e baixas declividades (ROSS; MOROZ, 1997).

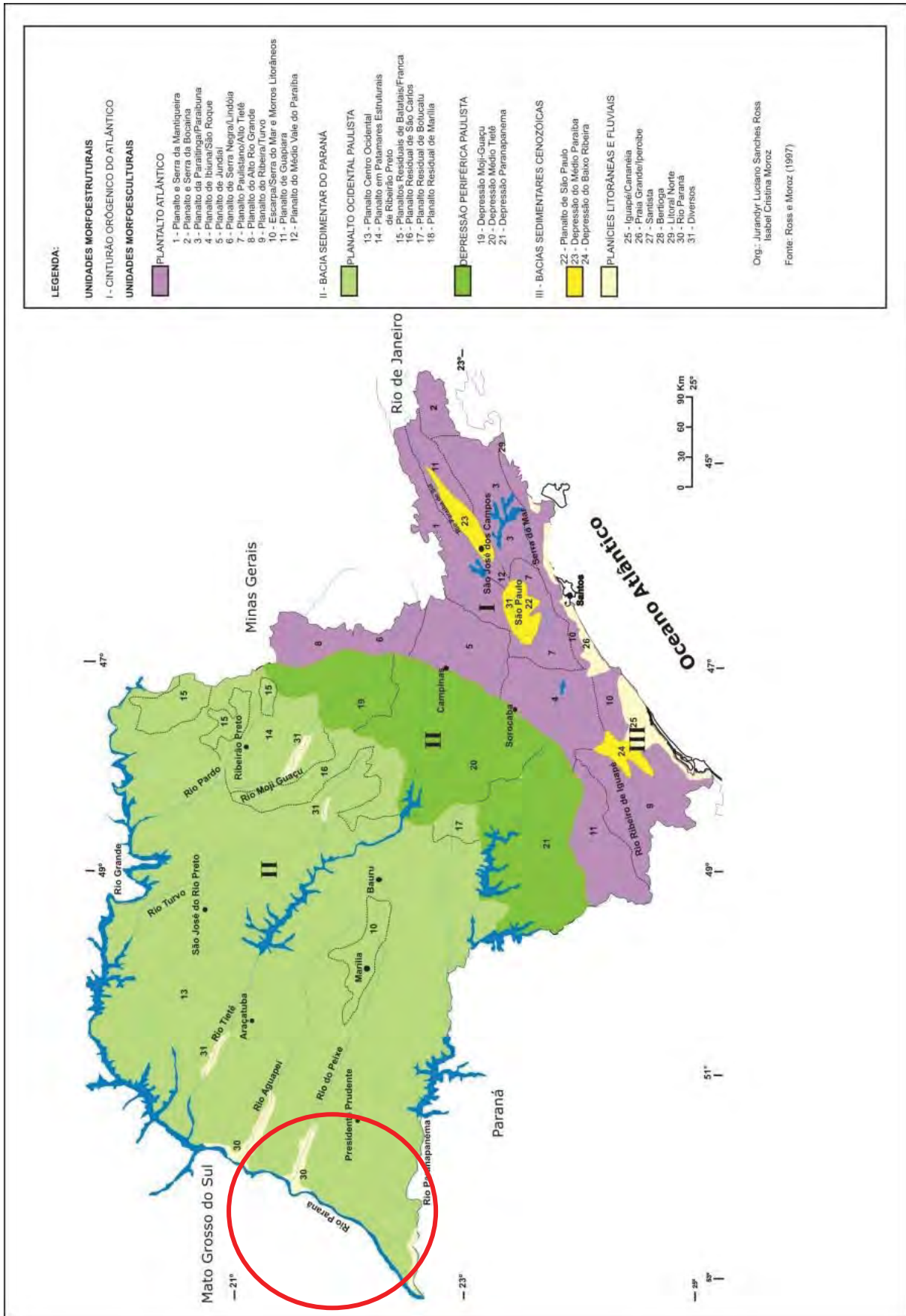


Figura 10 - Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo.
 Fonte: Ross; Moroz (1997).

Em algumas colinas os topos apresentam solos profundos do tipo Latossolos, as quais têm sido muito utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar. A monotonia destas formas de relevo é quebrada pelo aparecimento dos denominados “morros testemunhos”, no caso representado pelo “Morro do Diabo” e “Morro Santa Ida”, ambos situados no município de Teodoro Sampaio-SP.

Quanto aos aspectos geológicos, os assentamentos rurais estão situados sob a Formação Caiuá (Grupo Bauru) (Figura 11). Conforme especificado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) (1981), esta unidade é constituída por “... arenitos finos a médios, com grãos bem arredondados, com coloração arroxeadada típica, apresentando abundantes estratificações cruzadas de grande a médio porte. Localmente ocorrem cimento e nódulos carbonáticos” (IPT, 1981, p. 48).

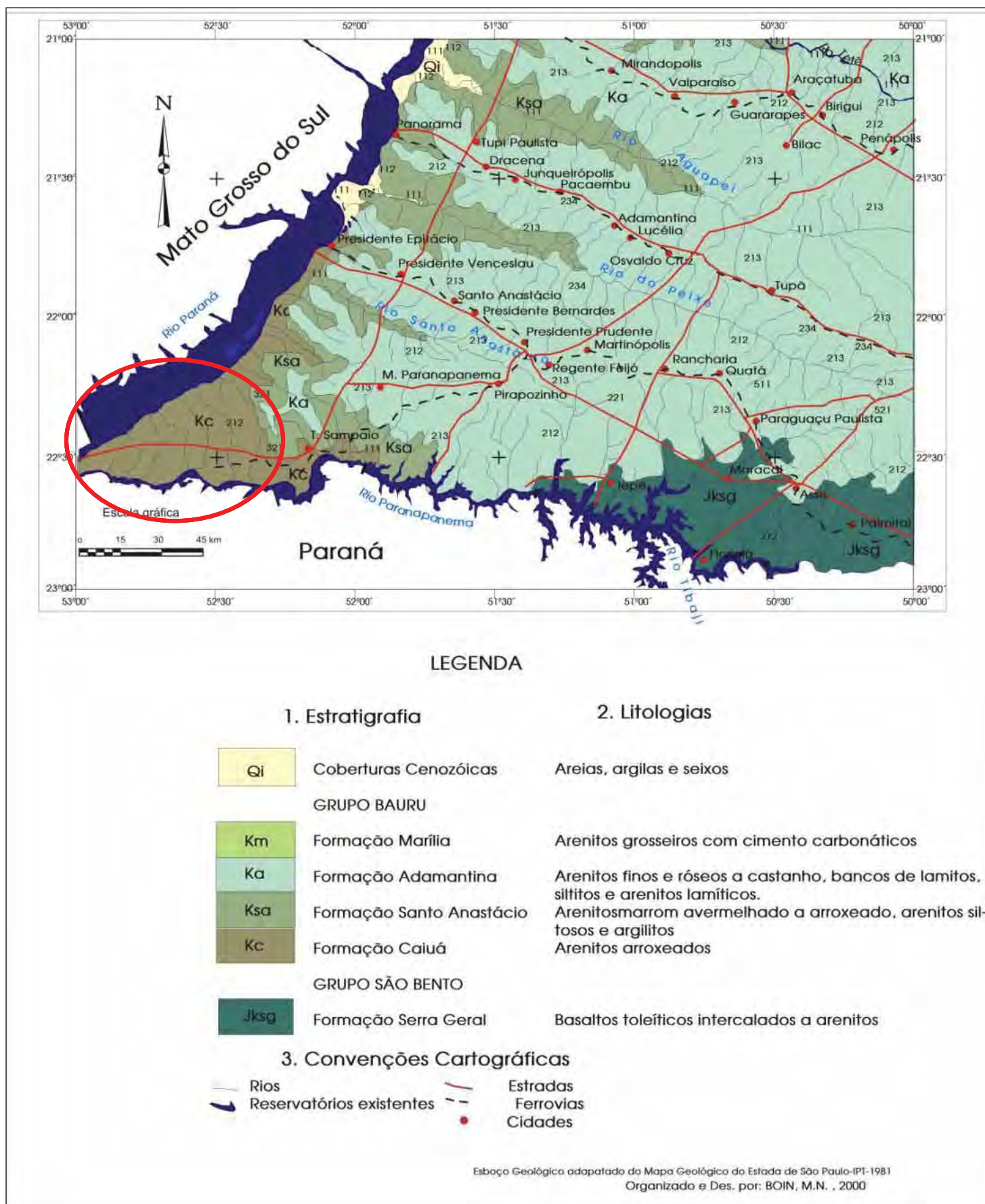


Figura 11 - Mapa Geológico do Oeste Paulista.
Fonte: IPT, 1981

Outra característica física muito importante nesta região está relacionada à Formação Caiuá que, de acordo com Leite:

Deu origem ao solo, conhecido na área como terra mista, de cor avermelhada, fortemente arenoso e, sobretudo, de fertilidade efêmera. Pouco compacto e extremamente friável, tão logo se lhe retira a vegetação, que age como manto protetor, desfaz-se, sendo facilmente carregado pelas enxurradas. Sua degradação torna-se patente, após menos de dez anos de uso agrícola (LEITE, 1998, p. 19).

Essa citação pode ser comprovada quando se observa os dados obtidos em trabalho realizado anteriormente, por Massaretto (2010), em que foi constatada a alta composição de areia e a baixa fertilidade nos solos dos assentamentos rurais.

Leite também afirma que a Formação Caiuá é de origem eólica, ou seja, é testemunho de antigo ambiente árido, “cujos ventos desérticos foram os principais agentes de transporte e acumulação de areia, há cerca de cem milhões de ano” (LEITE, 1998, p. 20).

Como já descrito anteriormente, durante o processo de ocupação e até os dias atuais, ocorre intenso desmatamento da área e isso, associado às condições naturais, acelera o processo de erosão. Calcula-se que a natureza leva de 120 a 400 anos para formar 1 cm de solo,

Como a ação do homem não se tem guiado pela conservação do patrimônio, quando se perde 20 cm de solo, perdeu-se na realidade, o resultado da ação de 2.400 a 8.000 anos de forças construtivas (LEITE, 1998, p. 20).

Em relação aos tipos de solo, na área de estudo encontram-se os Argissolos Vermelhos e os Latossolos Vermelhos, sendo que este último ocupa 50% da área do Estado de São Paulo (Figura 12). São, em geral, solos com boas propriedades físicas. Possui elevada friabilidade, o que permite que sejam facilmente preparados para o cultivo (OLIVEIRA, 1999).

Os assentamentos rurais estão localizados em uma região climática do tipo **Awa**, de acordo com a classificação climática de Köppen. O mês mais frio do ano (julho) tem temperatura média de 18,1°C e o mês mais quente (janeiro) com 25°C, sendo a temperatura média anual 22,3°C. Em termos de precipitação, o mês mais seco é agosto, com um total médio mensal de apenas 34,8 mm de precipitação, e o mês mais chuvoso é fevereiro, com um total médio mensal de 182,4 mm. O total médio anual de precipitação é de 1306,2 mm. Estes aspectos são o resultado da atuação, ao longo do ano, das massas tropicais e polares, além das perturbações frontais (Figura 13).



Figura 13 - Trajetos preferenciais das massas de ar que atingem o Oeste Paulista, inferidos da pluviosidade média de trinta anos (1967-1996).
Fonte: Boin (2000)

O clima da região caracteriza-se por uma época quente e chuvosa, que vai de outubro a março e uma época mais amena e seca, que vai de abril a

setembro. Apresenta regime térmico muito atenuado, com mínimas baixas, responsáveis por geadas que ocorrem na região.

O balanço hídrico da região (Figura 14) mostra que em julho a precipitação é insignificante, acarretando para o mês de agosto uma deficiência hídrica. Nos meses entre setembro e novembro, os valores de precipitação continuam baixos, apenas em dezembro é que ocorre aumento nos índices pluviométricos, sendo janeiro e fevereiro os meses que registram maiores índices pluviométricos.

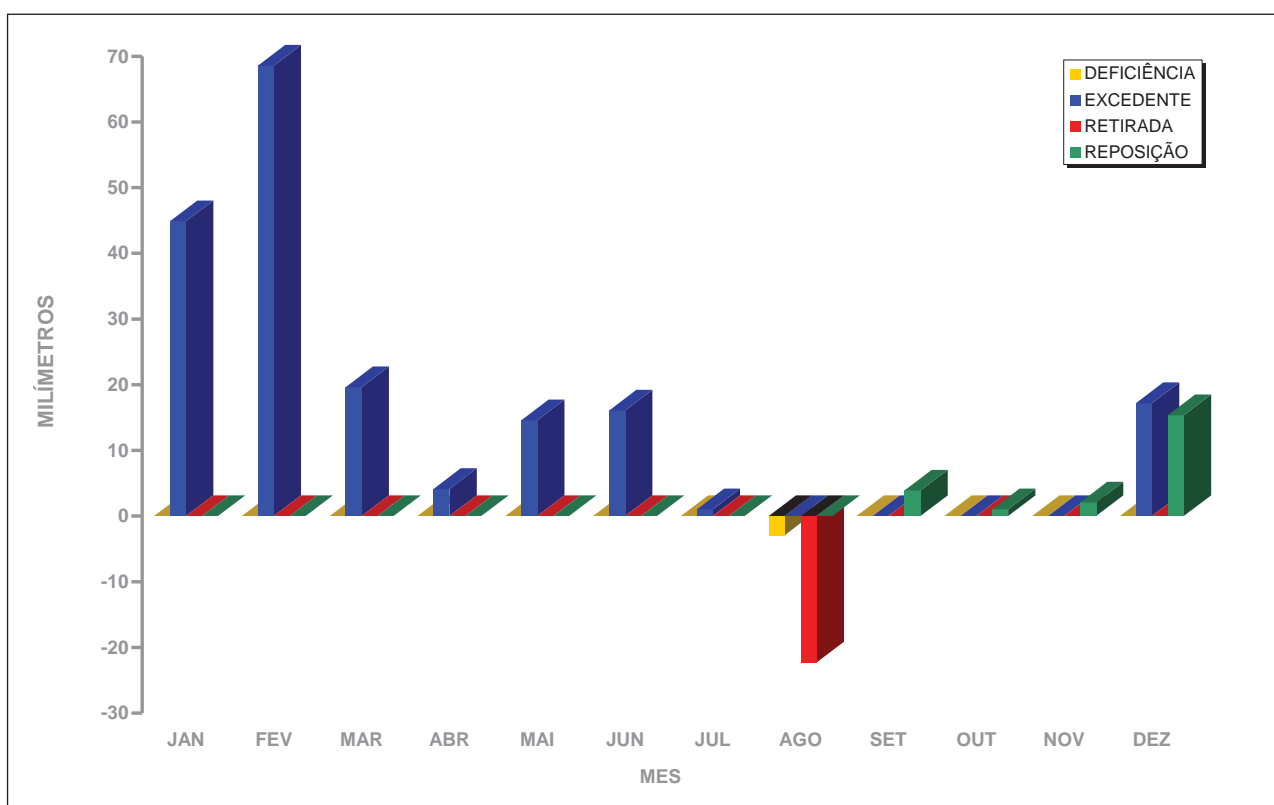


Figura 14 - Valores médios mensais de deficiência hídrica, excedente hídrico, retirada de água do solo e reposição de água no solo da quadrícula geográfica de 0,5o x 0,5o com centro na longitude 52,5o W e latitude 22,5o S (1950-1999).

Fonte: Tommaselli; Freire; Carvalho, 1999.

Importante destacar que esses valores referentes ao ano de 1999 permanecem muito semelhantes nos dias atuais.

Após a caracterização geral dos aspectos ambientais onde se encontram os assentamentos rurais, serão apresentados a seguir os resultados referentes à aplicação dos questionários nos dois assentamentos rurais, para

que, com um olhar mais aprofundado da realidade dos assentamentos, possamos identificar a presença ou não da multifuncionalidade rural.

3.1 Projeto de Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia e as “parcerias” firmadas com a usina de cana-de-açúcar

Este assentamento foi criado no ano de 1998, com área total de 1.345 hectares, e é formado por vinte e seis lotes, dos quais vinte e quatro firmaram o contrato com a usina para o plantio da cana-de-açúcar, o que representa 92,31% de lotes em parceria. Do total de lotes do assentamento, foram coletas informações, através de questionários, em dez lotes, conforme a Figura 15:

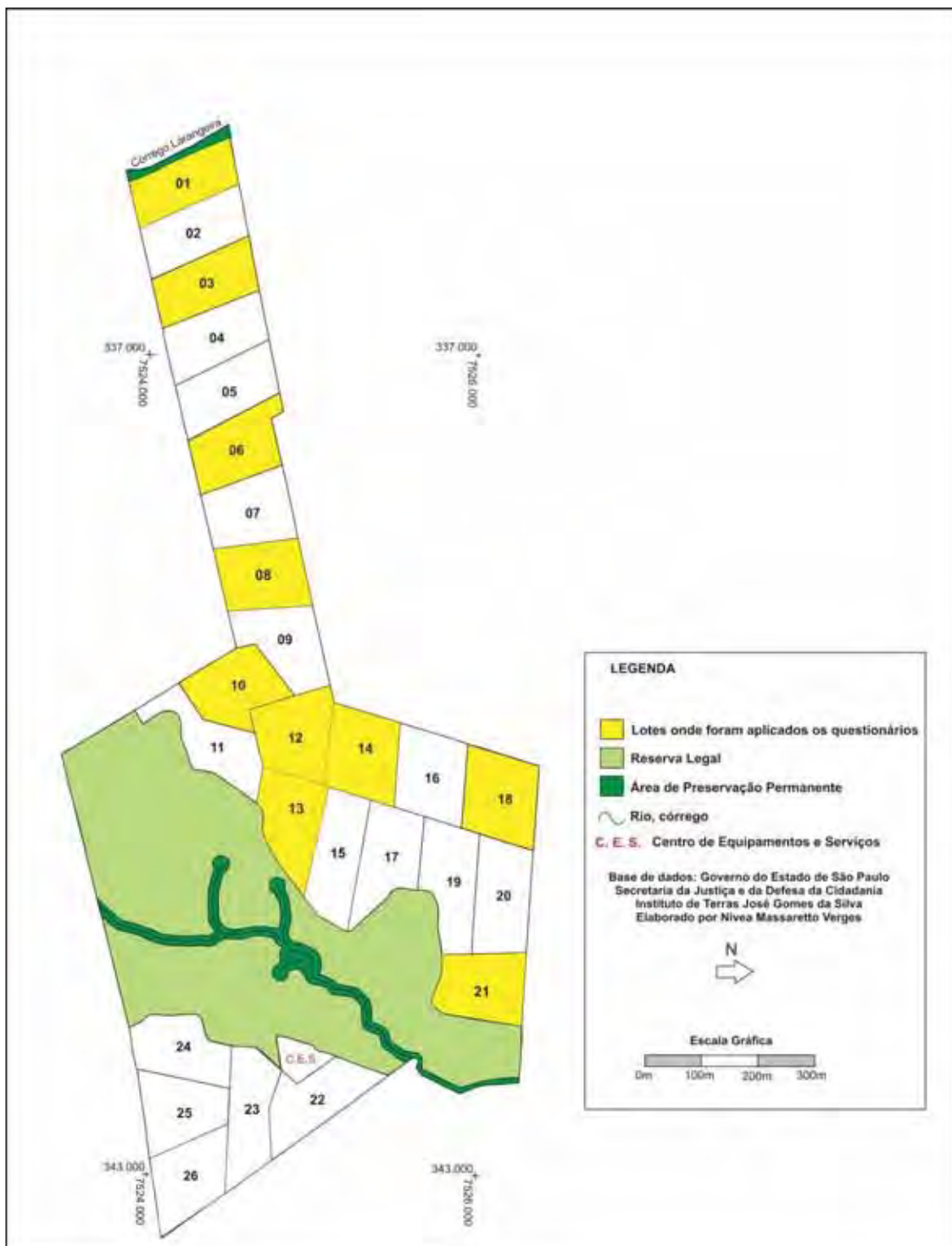


Figura 15 - Localização dos lotes do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, no município de Teodoro Sampaio – SP.

Em relação aos aspectos gerais, a maior parte das famílias que moram neste assentamento está há mais de doze anos, conforme Figura 16:



Figura 16 - Resultado do tempo de residência nos lotes das famílias do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Observa-se que das dez famílias entrevistadas, oito residem no assentamento entre doze e catorze anos. Um dado importante é que a maioria, oito famílias, esteve acampada junto a diferentes movimentos sociais na luta pela terra antes de conquistar o lote: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Agricultores sem Terra (MAST). O tempo de permanência nos acampamentos variou de três meses a dezesseis anos.

Das famílias assentadas, 70% residiam no campo antes de conquistar o lote, 20% das famílias residiam nas cidades antes de conquistarem o lote e 10% viveram parte no campo e parte na cidade.

Em relação ao número de pessoas que moram em cada lote, variou entre 1 e 5 pessoas, sendo a maior parte, cinco famílias, constituída por quatro membros, conforme Figura 17:



Figura 17 - Resultado do número de membros que residem nos lotes do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Na maioria dos casos, residem no lote o (a) titular, o (a) esposo (a) e filho (a). Observa-se também a presença de agregados (genros, noras, netos, netas, irmãos e amigos), tendo um maior registro para genros/noras e netos/netas.

Todas as construções são de casas de alvenaria (Figura 18), entretanto, para oito dessas dez famílias entrevistadas não havia tais construções quando conquistaram o lote. Nestes casos, muitos moraram por um bom tempo em barracos, passaram para casas de madeira e, por fim, de alvenaria.

Para duas famílias as construções já existiam. Nesta situação os entrevistados relataram que conquistaram o lote por herança ou concessão do ITESP, neste caso, o titular atual já possuía cadastro para aquisição de lote.



Figura 18 - Casa de alvenaria do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia
Foto: Autora, 2013.

A maior parte dos lotes apresenta acesso à água de boa qualidade durante o ano todo, possuem sanitários dentro de casa e apresentam instalação da rede elétrica. Entretanto, dois problemas foram registrados em relação à água: o primeiro é de que um lote apresenta contaminação da água relacionada ao plantio da cana-de-açúcar realizado pela Usina. O titular do lote confirmou ter recebido a presença de técnicos que analisaram a água e elaboraram um parecer afirmando não ter encontrado qualquer contaminação por parte do vinhoto da cana, contudo, a água apresenta uma coloração amarela e, quando está quente, nenhum membro da família consegue consumi-la, pois apresenta um gosto muito ruim e estranho.

O segundo problema é que a conta de energia elétrica, referente a captação da água desse assentamento está no nome do assentado que possui a caixa d'água em seu lote, o que gera muitos transtornos já que alguns assentados estão com várias contas em atraso. Neste caso, o assentado já solicitou que as demais famílias paguem o que devem e não atrasem os próximos pagamentos, mas muitos não o respeitam, causando até brigas entre eles. O assentado relatou que já pediu ao ITESP para que tomasse alguma providência, entretanto, nada foi feito e ele continua a levar o prejuízo por conta de outros assentados inadimplentes.

Sobre o destino final do lixo, a maior parte, cinco famílias, realiza, em partes, a queima e, em partes, enterra o lixo, conforme se observa no Figura 19:

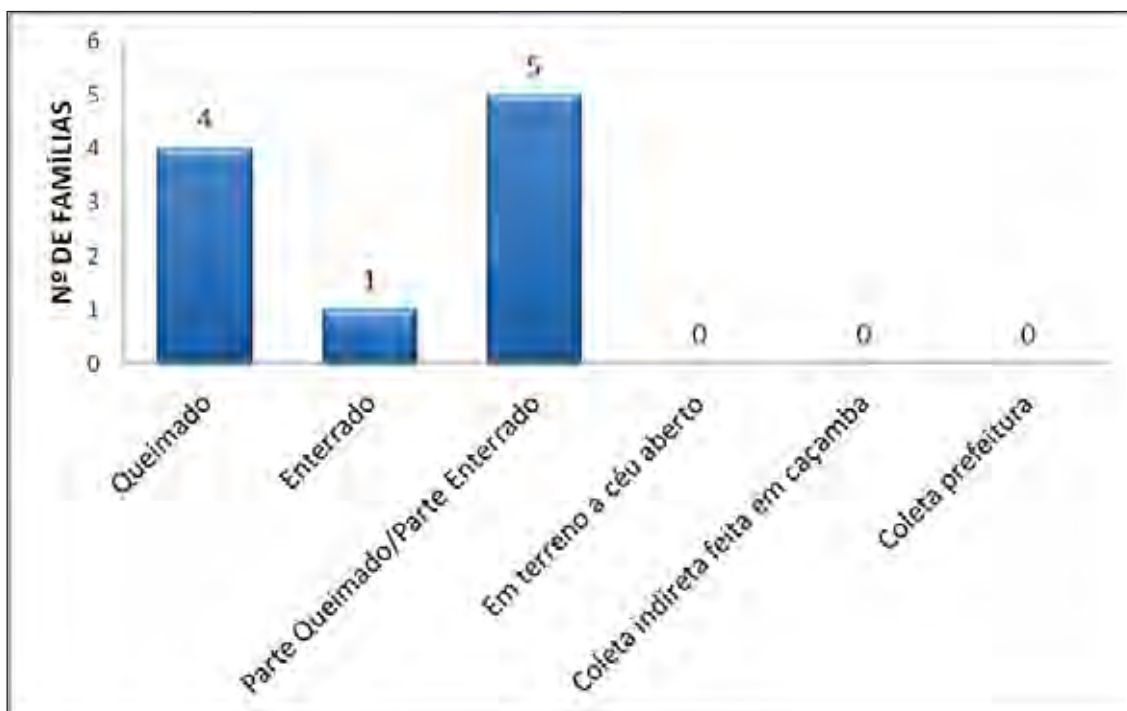


Figura 19 - Destino final do lixo no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Observa-se que os assentados optam por queimar ou enterrar, duas opções que não são as mais viáveis para o destino final do lixo, porém entende-se tal escolha, já que não existe uma preocupação, por parte das instituições públicas, no cuidado ambiental, em relação à coleta do lixo dos assentamentos rurais. Contudo, três famílias afirmaram reciclar, principalmente, as garrafas de plástico. Além disso, vendem sucatas para aumentar o rendimento mensal.

Em relação à existência de algum transporte que os levem até a vila ou cidade mais próxima, todas as famílias afirmaram positivamente, entretanto, trata-se de um transporte privado, que passa três vezes por semana (2ª, 4ª e 6ª), por um preço de R\$10,00 unitário, apenas a passagem de ida. O transporte leva os assentados de manhã e os traz à tarde. Todos concordaram que é um preço extremamente abusivo, além disso, muitos chegaram a ficar esperando a condução nos dias estipulados, porém esta não passou conforme o combinado.

Das dez famílias entrevistadas, cinco famílias possuem filhos do primeiro ao nono ano, que frequentam regularmente a escola e utilizam do transporte escolar. A escola se situa dentro do assentamento rural. Trata-se de uma Escola Estadual, que fora construída pelo antigo proprietário da Usina. Uma família possui filho do segundo grau e que frequentam regularmente a escola,

também situada dentro do assentamento e faz uso do transporte escolar. Uma família afirmou ter filho do segundo grau, entretanto, o filho trabalha e não tem aula a noite, por isso, precisou parar de estudar. Nenhuma família possui filho que frequenta curso superior. O transporte escolar é pago pela prefeitura do município e leva menos de uma hora para se chegar à escola.

Sobre o atendimento regular à saúde, todos afirmaram receber, através de um posto de saúde localizado em outro assentamento próximo, o PE Alcídia da Gata, com funcionamento de segunda-feira à sexta-feira. Entretanto, para atendimento de emergência, este é realizado no município de Teodoro Sampaio–SP e casos mais urgentes são encaminhados para o município de Presidente Prudente – SP, cerca de 200 km de distância.

A Figura 20 apresenta os dados obtidos quando questionado sobre a participação das famílias em reunião entre os assentados:

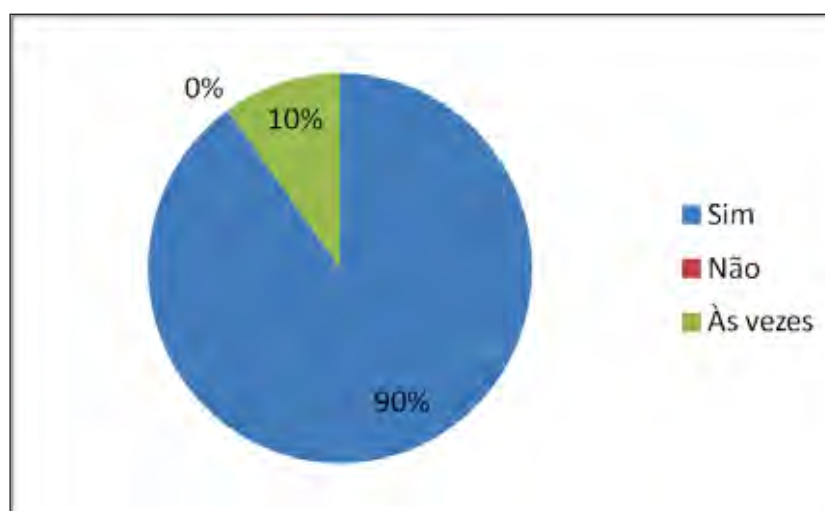


Figura 20 - Participação das famílias em reuniões entre assentados no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Observa-se que a maioria das famílias participa, contudo, o mais importante a ser destacado desses dados são os motivos aos quais levaram os assentados a essas respostas. As famílias afirmaram participar, principalmente, quando se refere a alguma reunião com o ITESP ou referente a algum cadastramento, motivos esses em que os assentados têm a obrigação de comparecer. Muitos relataram uma enorme insatisfação dessas reuniões, pois elas nunca são construtivas, a fim de propor algo que realmente os fizesse

melhorar suas condições de vida e de produção, ao contrário, nessas reuniões ocorre muitas brigas entre os próprios assentados.

Um dado muito importante e, ao mesmo tempo, preocupante, se refere à participação das famílias em cooperativas ou associações. Quando perguntado sobre esse tema, as respostas foram unânimes: nenhuma família participa.

Este dado é preocupante, pois o objetivo de uma cooperativa ou associação é justamente o fortalecimento e união dos camponeses em relação à produção, comercialização e até mesmo para acesso ao crédito. Alguns assentados demonstraram um grande interesse em criar uma cooperativa de famílias, já que boa parte dos assentados possui um grau de parentesco, mas afirmaram que falta muita união e compromisso por parte dos assentados, o que dificulta a criação de qualquer uma dessas organizações. Os assentados nem mesmo participam do projeto realizado pela Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, através do Programa de Aquisição de Alimentos⁶, realizados por alguns assentamentos vizinhos, muitos, inclusive, nem mesmo ouviram ou sabem do que se trata o projeto.

Na Figura 21, podem ser analisados os dados em relação à produção realizada nos lotes dos assentamentos:

⁶ A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está presente em todas as regiões brasileiras com o objetivo de acompanhar a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor. As operações realizadas pela Conab são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), é um programa no qual o governo compra a produção familiar a preços adequados, de forma descomplicada e sem intermediários, e que tem presença efetiva da Conab na sua execução, em parceria com outros órgãos governamentais. O PAA objetiva superar o maior desafio para os agricultores familiares, que é vender a produção a preços remuneradores e compatíveis com o mercado. **Fonte:** www.conab.gov.br.

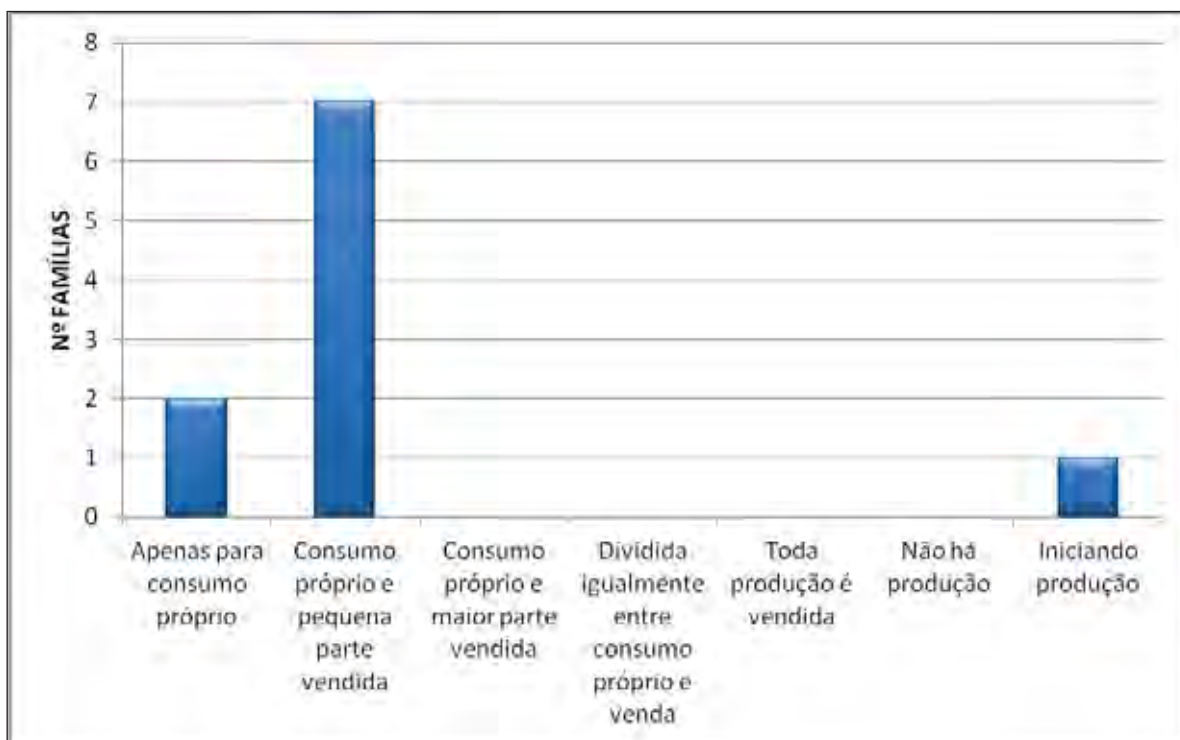


Figura 21 - Produção realizada nos lotes do assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Observa-se que a maior parte, sete famílias, tem sua produção para consumo próprio e pequena parte da produção é vendida, ressaltando que esta produção vendida se refere ao leite e também ao novilho, ou seja, não se refere a nenhum tipo de lavoura. Percebe-se também que três famílias possuem apenas produção de subsistência e a única família que está iniciando a produção se refere a um assentado que adquiriu o lote recentemente. Entretanto, o que chama a atenção é em relação à alimentação diária, que pode ser observado na Figura 22:

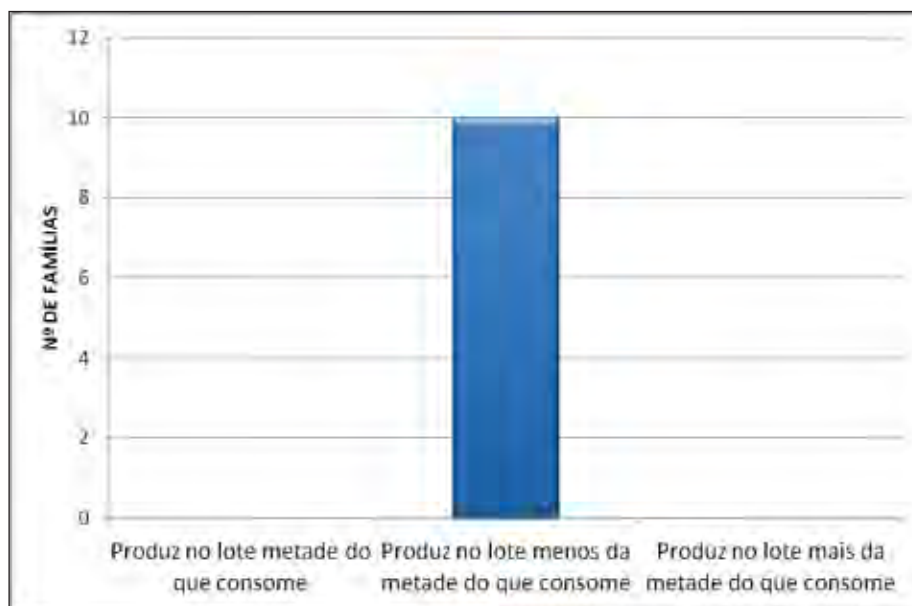


Figura 22 - Produção nos lotes do assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, em relação à alimentação diária.

Este é um dado preocupante, pois todas as famílias produzem no lote menos da metade do que consome, ou seja, não conseguem nem mesmo atender a própria subsistência, tendo que comprar muitos produtos em supermercados. Apesar disso, é importante ressaltar aqueles que, mesmo sendo insuficiente a produção em relação à alimentação diária, deixam de comprar alguns produtos, principalmente os hortifrutí em mercados, demonstrando uma independência, mesmo que mínima, para a sobrevivência, o já se torna um diferencial na vida desses camponeses.

Os lotes que possuem alguma produção de lavoura os produtos são: mandioca, milho, abóbora, feijão e eucalipto. Em relação à atividade pecuária, nove famílias possuem criação de gado, cinco para a produção de leite, um assentado que aluga seu pasto, um que cria apenas novilhos para venda e duas famílias que possuem gado apenas para consumo. Cinco famílias possuem criação de porcos e oito famílias possuem criação de aves. Em relação às hortas e frutas, os produtos com maior produção são: abacate, coco, acerola, mamão, manga, banana, cebolinha, salsinha e verduras em geral. Nenhuma família possui produtos processados. Ressaltando que, exceto no caso da produção de leite, todos outros produtos são para consumo próprio.

Sobre as formas de renda não ligadas à produção agrícola, a Figura 23 indica a origem dessas rendas:

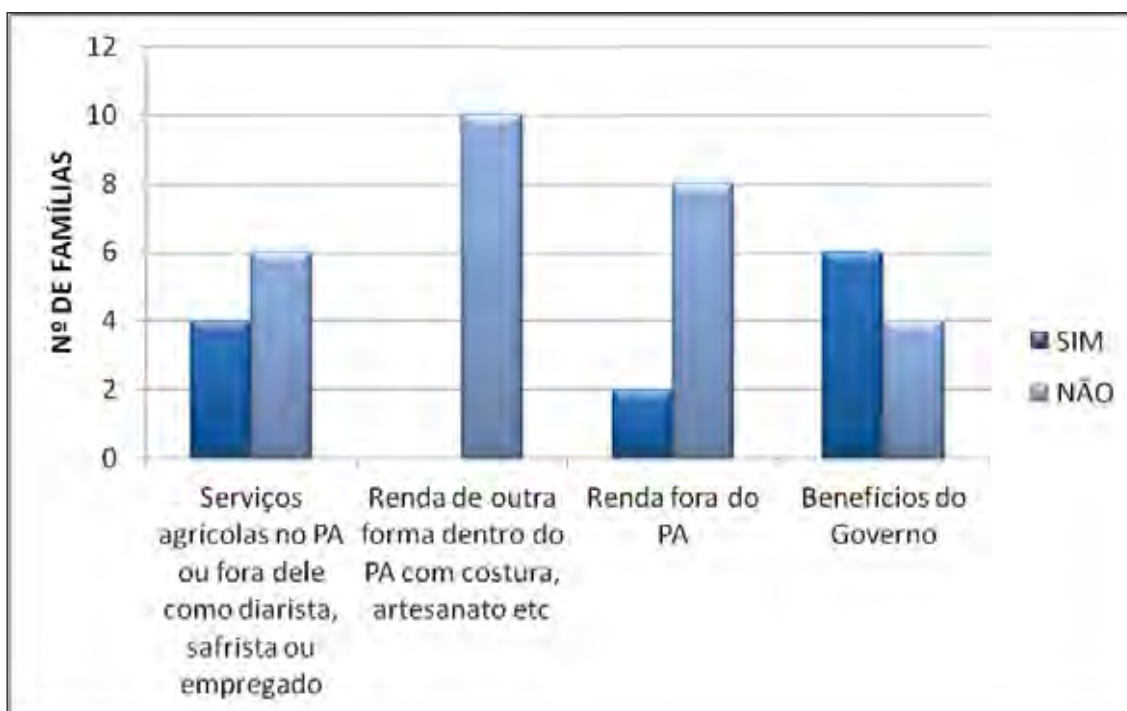


Figura 23 - Formas de renda não ligadas à produção agrícola no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Observa-se que quatro famílias possuem renda proveniente de serviços agrícolas no PA ou fora dele como diarista, safrista ou empregado. A renda de outra forma dentro do PA com costura e artesanato não ocorre. A renda proveniente de fora do PA foi pouco mais expressiva do que as anteriores, neste caso são pessoas que trabalham na prefeitura, como agente de saúde, venda de doces para trabalhadores da usina e o trabalho junto a usina ETH.

O dado mais expressivo de renda não provenientes de serviços agrícolas foram os benefícios recebidos do Governo. A tabela 5 apresenta a origem desses benefícios:

Tabela 5 - Origem dos benefícios recebidos pelas famílias do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.

Benefício	Nº de Famílias	Percentual
Aposentadoria	3	50%
Bolsa Escola*	2	33,33%
Bolsa Família	1	16,66%

Fonte: Organizado pela autora, 2013.

* O Bolsa Escola atualmente está inserido dentro do programa Bolsa Família, entretanto, a tabela está de acordo com o informado pelos assentados.

O benefício recebido com maior frequência é a aposentadoria, seguido por bolsa-escola e bolsa-família. Embora não seja uma renda suficiente para a sobrevivência, são importantes na constituição de renda dessas famílias.

Somando a renda total mensal dos assentados, incluindo os benefícios, a soma varia entre R\$500,00 e R\$2.000,00, conforme Figura 24. Os assentados com renda maior são aqueles que trabalham de empregados na Usina, cujos salários são em torno de R\$2.000,00. Este é um dado importante, pois explica uma situação encontrada de que muitos assentados estão deixando de produzir em seus lotes, onde a renda é bastante baixa, para trabalharem nas usinas, já que os salários são mais altos. No caso deste assentamento, a renda está relacionada também àquela gerada com o leite e dos benéficos do governo.

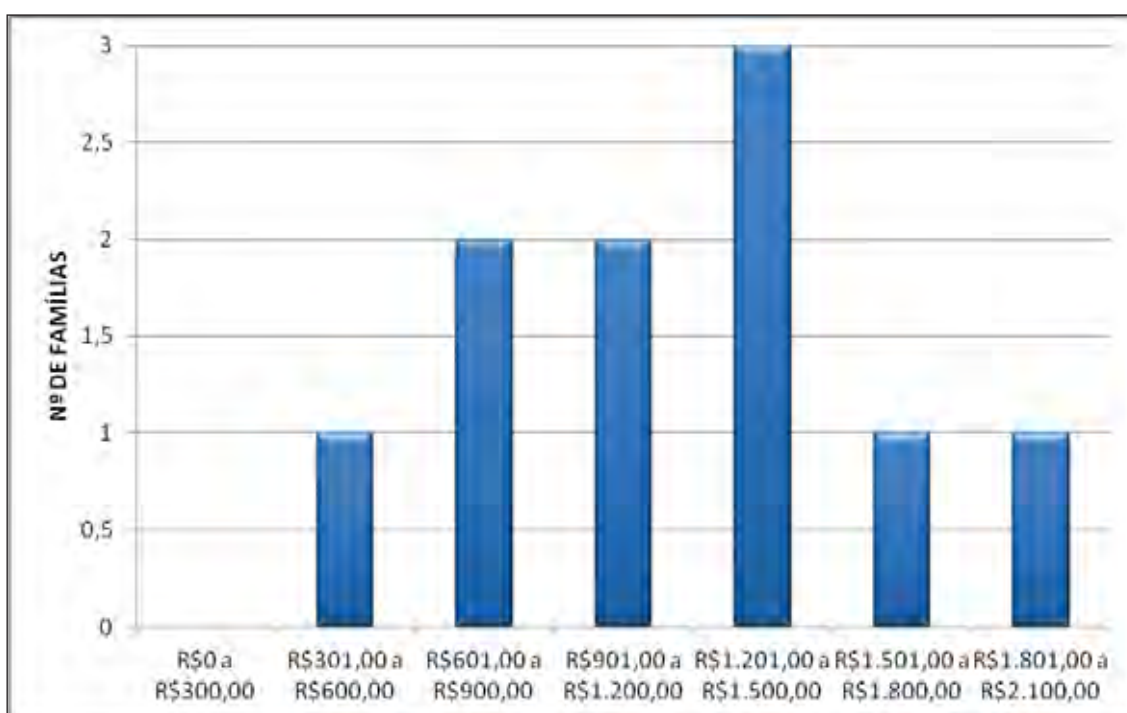


Figura 24 - Renda total mensal das famílias do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.

Ainda sobre a renda total, quando questionada se era suficiente ou insuficiente, as respostas variaram, conforme Figura 25:

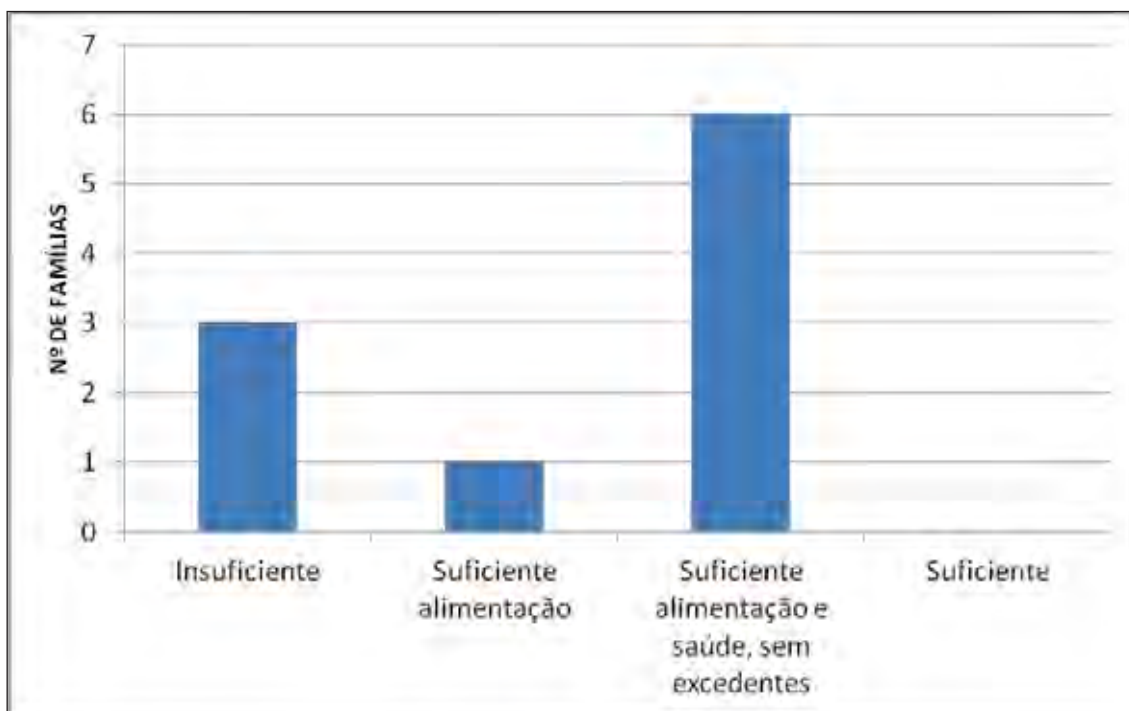


Figura 25 - Nível de eficiência em relação à renda mensal das famílias do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.

Nenhum assentado está satisfeito com a renda mensal, entretanto, a maior parte afirma ser suficiente para gastos com alimentação e saúde, sem gerar excedentes. Algumas famílias também afirmaram ser insuficientes.

Ainda em relação à renda, os questionários abrangeram as questões referentes ao acesso ao de crédito, contudo, as respostas não foram totalmente satisfatórias, já que os assentados não souberam afirmar, com certeza, a origem do crédito e para que foi adquirido.

Das dez famílias, seis famílias afirmaram não ter recebido crédito para a aquisição do material de construção (crédito habitação), nem mesmo uma parte. As demais oito famílias afirmaram ter recebido um crédito de R\$9.500,00 do Governo para a construção da casa, para a cerca ao redor do lote e para a compra de gado. Além disso, essas famílias também afirmaram ter recebido R\$6.000,00 da usina, pois quando conquistaram o lote, havia plantio de cana na área, dessa forma, a usina fez um acordo em pagar pela cana e com o dinheiro os assentados deveriam investir na construção de suas casas, sendo o dinheiro para a construção de dois quartos e mais a caixa d'água.

Ainda sobre o acesso ao crédito, seis famílias realizaram o contrato com a usina para a realização do plantio da cana-de-açúcar, conforme descrito anteriormente. Nestes casos, os assentados realizaram um empréstimo junto

ao Pronaf, no valor que variou entre R\$14.000,00 a R\$18.000,00. Esse empréstimo foi realizado em nome do assentado, mas quem administrou todo o recurso financeiro adquirido foi a usina, conforme já especificado no capítulo II, referente ao parecer técnico das parcerias. Todos relataram a insatisfação perante o prejuízo que tiveram, já que não obtiveram lucro e ainda tiveram que pagar todo o valor. Apenas um assentado teve lucro com a parceria, porém, isso foi possível, pois o assentado plantou mais cana por conta própria e vendeu à usina.

Percebe-se que faltam informações aos assentados, ou seja, muitos procuram e querem investir na produção de seus lotes, entretanto, mal são informados de todos os detalhes de programas ou projetos existentes e sobre o acesso ao crédito.

As entrevistas também abordaram as questões de comercialização e assistência técnica. Sobre a comercialização, de um modo geral, as famílias afirmaram não vender seus produtos diretamente na vila, distrito ou na cidade mais próxima. Existe a comercialização do leite, através de laticínio, que recolhe o leite todas as manhãs no assentamento e leva para o resfriador no município de Teodoro Sampaio. Para a comercialização de novilhos os assentados vendem para cidades próximas como Pirapózinho. No caso da comercialização da mandioca, esta é vendida para feccularia em Euclides da Cunha, cidade próxima do assentamento. O assentado que tem a comercialização da mandioca afirmou que antigamente vendia para uma cidade do Estado do Paraná, mas acabou deixando de realizar esta comercialização, pois recebia pouco, já que até o destino o gasto com transporte era muito grande. Um assentado relatou que muitos atravessadores procuram vender rações no assentamento, que se aproveitam da situação de pouca acessibilidade e locomoção dos assentados.

Foi unânime a reclamação dos assentados quanto à comercialização. Todos afirmaram não haver assistência para a comercialização, o que acaba se tornando um dos motivos que o assentado deixa de produzir.

A maioria dos assentados, oito famílias, afirmou não haver assistência técnica de Agrônomo ou outro técnico. Os assentados afirmaram que o ITESP apenas vai ao assentamento para avisar sobre a realização de reunião, mas não faz uma visita no lote enquanto assistência técnica. Outros ainda

afirmaram que os técnicos só “conversam” e não fazem nada para auxiliar os assentados. Um assentado afirmou que é necessário solicitar, por escrito e no escritório do ITESP, uma visita, neste caso, a visita ocorre, mas demora muito para acontecer, neste caso, um assentado afirmou ter feito a solicitação para análise do solo de seu lote. O técnico coletou 17 amostras de solos e cobrou R\$10,00 por amostra e, até o momento da aplicação do questionário, o assentado ainda não havia recebido os resultados.

Apenas dois entrevistados afirmaram ter assistência técnica regular por parte do ITESP, ambos classificando o atendimento como “bom”. Neste caso, foi relatado que técnico faz visita uma vez por semana e é responsável por cinco assentamentos. Esse dado é importante, pois se percebe que, muitas vezes, o técnico quer desenvolver sua função, mas fica impossível já que ele, sozinho, precisa atender cinco assentamentos, ou seja, se apenas neste assentamento possui 26 lotes e fica difícil uma visita regular, cinco assentamentos torna o trabalho praticamente impossível de assistência técnica.

Em relação aos aspectos ambientais, foi questionado sobre a existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal. Os dados podem ser conferidos na Figura 26:

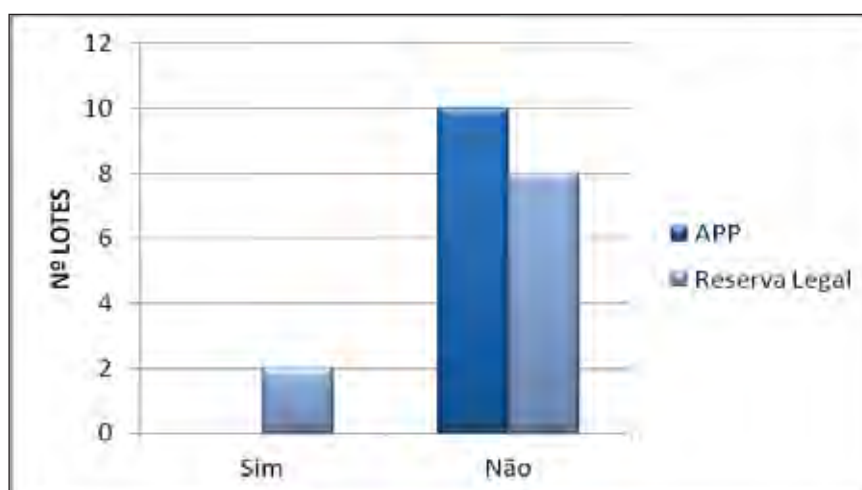


Figura 26 - Existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal nos lotes do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.

Observa-se que nenhum lote apresenta a APP e dois lotes possuem áreas de Reserva Legal, área que fica fechada (Figura 27), mas grandes fazendeiros não respeitam e colocam seus gados nestas áreas em que não se

pode utilizar. Alguns assentados ainda reclamaram que se a fiscalização ambiental verificar gados de assentados estes devem pagar multas, mas quando ocorre o mesmo com grandes fazendeiros, nada acontece em termos de punições.



Figura 27 - Áreas de Reserva Legal, ao fundo, em lote no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

Também foi questionado sobre a existência de áreas que apresentam erosões. Nove famílias entrevistadas afirmaram não ter problema com erosões, já que possuem curvas de nível em seus lotes. Entretanto, foi verificada a existência de curvas estouradas, que, a médio e longo prazo podem ter como consequência o início do processo de erosão (Figura 28). O único assentado que afirmou ter problemas de erosão se refere a uma área de fundo de vale.



Figura 28 - Área de fundo de vale, com curvas de nível estouradas e início de processos erosivos no Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia.

Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

Como tratamento para esses solos, a fim de aumentar a produtividade, metade das famílias assentadas não realizam nenhuma processo para a melhoria de seus solos, justificados pela falta de dinheiro para isso. Aqueles que fazem algum tratamento revezam entre a adubação verde, adubação com “NPK” (nitrogênio, fósforo e potássio) e jogam o calcário, que muitas vezes, adquirem através da usina, quando esta está aplicando na cana-de-açúcar, os assentados aproveitam para “pegar” uma quantidade e jogar em seus lotes.

E, por último, constatou-se que após a criação do assentamento nenhuma área foi desmatada, ao contrário, houve o plantio de árvores e outras espécies arbustivas, modificando totalmente a paisagem daquela área, como pode ser observado na Figura 29:



Figura 29 -Plantio de árvores realizado nos lotes pelas famílias do assentamento Santa Teresinha da Alcídia.

Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

ASPECTOS DA MULTIFUNCIONALIDADE RURAL	IMPASSES	POSSIBILIDADES
Contribuição à Segurança Alimentar	Falta de cooperativas e associações; Dificuldade na adesão de programas governamentais de incentivo à produção agrícola; Produção por lote inexpressiva, tanto para venda quanto para consumo; Pouca diversificação de produção; Parcerias com usina para plantio de cana-de-açúcar, favorecendo a monocultura e intensificando a dependência dos camponeses com o grande capital; Dificuldade na comercialização da produção.	Resistência de alguns camponeses para com o grande capital; Resistência de famílias com a policultura.
Função Ambiental	Destino final do lixo, queimando ou enterrando; Falta de assistência técnica, Problemas com erosão; Solos arenosos e de baixa fertilidade.	Coleta seletiva realizada por algumas famílias; Manutenção da paisagem, através do plantio de árvores; Preservação dos recursos naturais, principalmente para as áreas de APP e Reserva Legal; Adubação Verde.
Função Econômica e Social	Inexistência de transporte até a cidade mais próxima, dificultando a locomoção das famílias no cotidiano e em momentos emergenciais; Atendimentos emergenciais em cidades distantes e sem transporte, o que dificulta a permanência das famílias nos lotes no caso de tratamento de saúde, por exemplo; Falta de escola no período noturno e filhos sem estudar; Renda Mensal insuficiente; Parte da renda vinda fora do PA como empregado de usina, estabelecimentos comerciais e serviços; Dificuldade para obtenção de crédito agrícola; Falta de união e organização entre as famílias; Ineficiência das reuniões entre os assentados e aquelas promovidas pelo ITESP.	Presença de posto de saúde próximo; Escola de Ensino Fundamental e Médio no período diurno, em assentamento próximo.

Quadro 1 - Síntese da realidade do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia Em relação às questões da Multifuncionalidade Rural.

Fonte: Organizado pela autora, 2013.

3.2 Projeto de Assentamento Federal (PA) Antonio Conselheiro II e a resistência às parcerias com a usina

Num sentido contrário aos assentamentos que aderiram a proposta das parcerias, podemos encontrar vários assentados que foram contra a parceria e continuam resistindo à forte pressão do capital representado pela agroindústria canavieira. Em conversas informais, alguns até afirmaram “não ter o menor arrependimento por não firmar contrato com a usina, porque muitos amigos/vizinhos acabaram com um enorme prejuízo”.

Apresentaremos as características de um desses assentamentos e os dados que foram obtidos através de trabalho de campo. O assentamento selecionado para a pesquisa foi o Projeto de Assentamento Federal (PA) Antonio Conselheiro II, situado no Município de Mirante do Paranapanema – SP.

Este assentamento foi criado no ano de 1999, com área total de 1.078 hectares e é formado por sessenta e três lotes. Do total de lotes do assentamento, foram coletas informações, através de questionários, em vinte e um lotes, conforme a Figura 30:

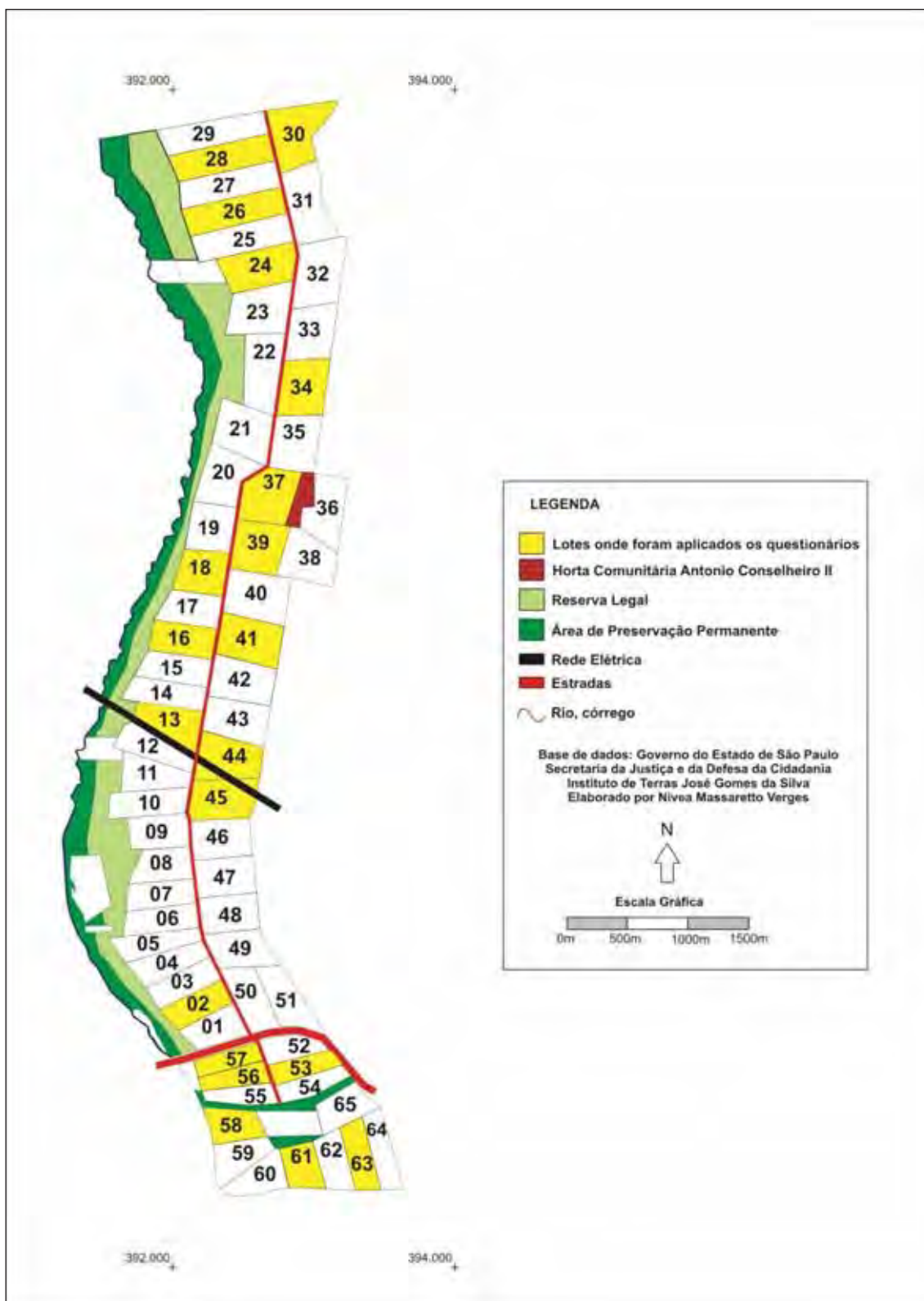


Figura 30 - Localização dos lotes do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II, no município de Mirante do Paranapanema – SP.

Em relação aos aspectos gerais, a maior parte das famílias que moram neste assentamento está há mais de doze anos, o mesmo indicador do

Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia, conforme Pode ser observado na Figura 31:

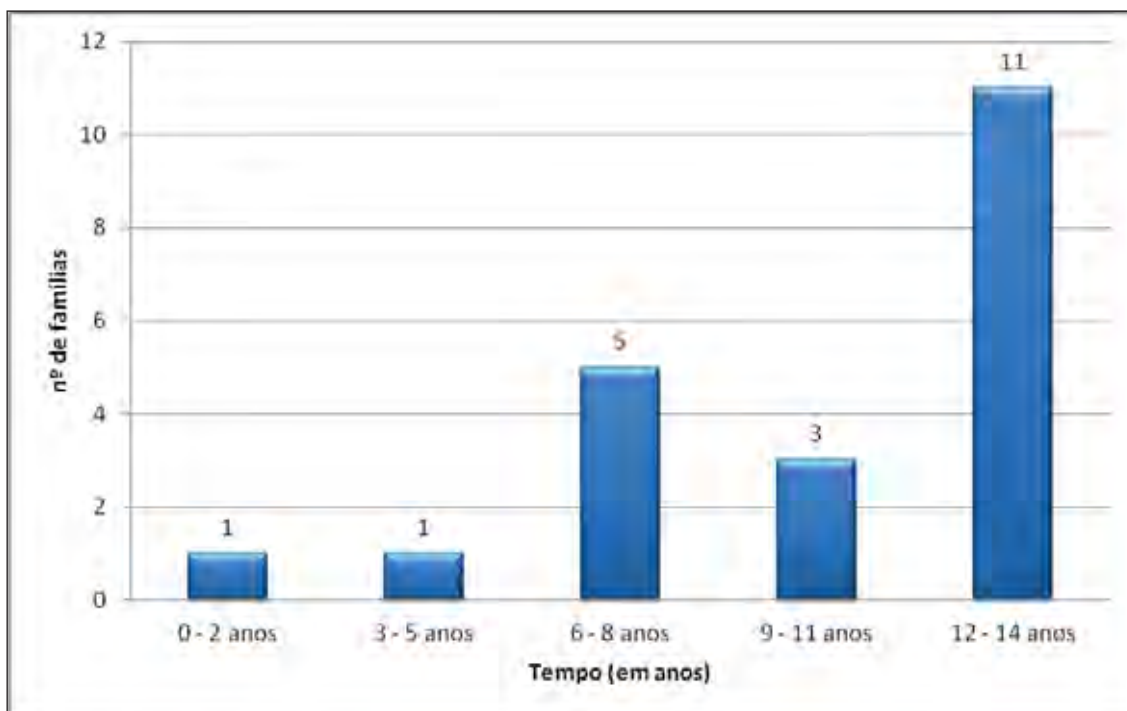


Figura 31 - Resultado do tempo de residência nos lotes das famílias do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Observa-se que das vinte e uma famílias entrevistadas, onze residem no assentamento entre doze e catorze anos. Um dado importante é que a maioria, dezesseis famílias, esteve acampada junto, apenas, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), antes de conquistar o lote, diferente da situação registrada no outro assentamento, que contou com o apoio do MAST. O tempo de permanência nos acampamentos variou de três meses a dez anos. Esse tempo, se comparado com o PE Santa Teresinha da Alcídia, neste último assentamento observou-se um tempo maior em acampamentos entre treze e dezesseis anos.

Das famílias assentadas, mais de 70% residiam no campo antes de conquistar o lote, valor semelhante ao registrado no PE Santa Teresinha da Alcídia. Cerca de 20% residiam nas cidades e cerca de 10% viveram parte no campo e parte na cidade.

Em relação ao número de pessoas que moram em cada lote, variou entre 1 e 8 pessoas, sendo a maior parte, oito famílias, constituída por três membros. Diferente do PE Santa Teresinha da Alcídia em que a maior parte

das famílias é constituída por quatro membros e este número não ultrapassa mais que cinco pessoas, conforme a Figura 32:



Figura 32 - Resultado do número de membros que residem nos lotes do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Em relação ao número de agregados, neste assentamento o maior registro foi para netos e netas.

Também neste assentamento, todas as construções são de casas de alvenaria (Figura 33), entretanto, para onze das vinte e uma famílias entrevistadas não havia tais construções quando conquistaram o lote. Repetindo a situação já descrita, na qual, muitas famílias moraram por um bom tempo em barracos, passaram para casas de madeira e, por fim, de alvenaria.

Para dez famílias as construções já existiam. Nesta situação os entrevistados relataram que conquistaram o lote por herança ou através de compra, esta última situação nos chamou a atenção, pois não é permitido venda dos lotes dos assentamentos rurais, contudo, a venda foi feita de forma ilegal. Os entrevistados não souberam explicitar detalhadamente sobre esse processo de venda e a atuação do ITESP nestes casos, apenas afirmaram que a situação já havia sido resolvida.



Figura 33 - Casa de alvenaria do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.
Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

Os lotes apresentam acesso à água de boa qualidade durante todo o ano, possuem sanitários dentro de casa e apresentam rede de energia elétrica.

Sobre o destino final do lixo, a maior parte, quinze famílias, realiza o processo de queima, conforme Figura 34:

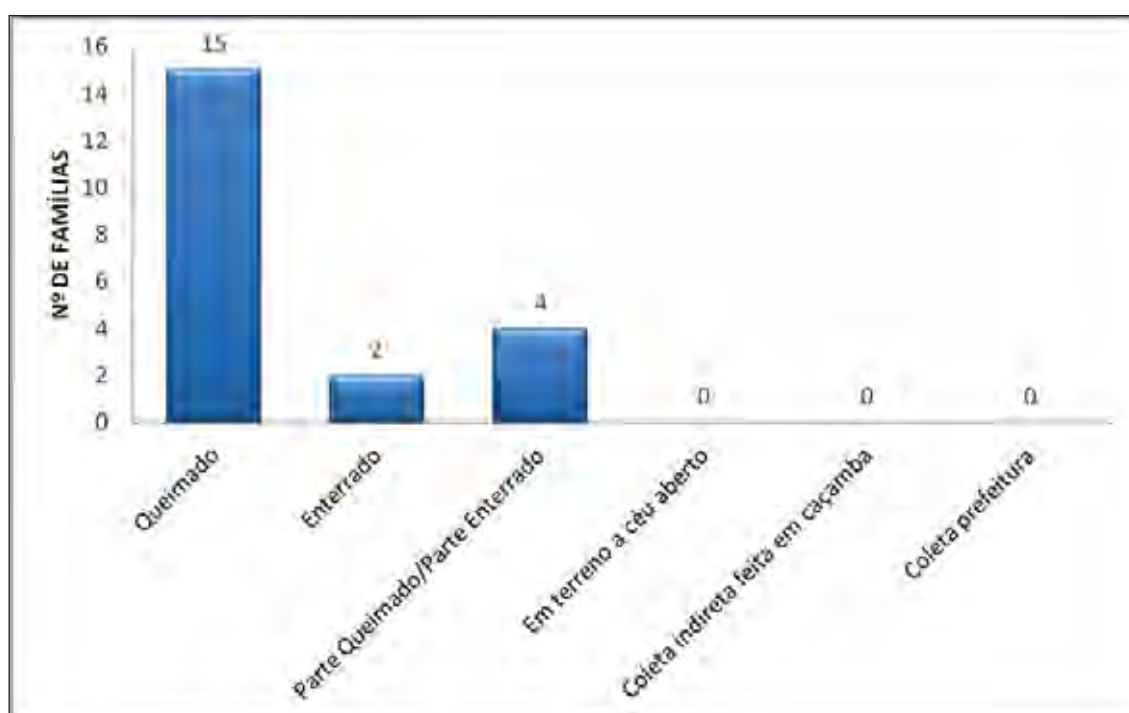


Figura 34 - Destino final do lixo no Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Da mesma forma que ocorre no PE Santa Teresinha, os assentados optam por escolhas não muito adequadas para o destino final do lixo, mas

estas escolham se tornam as melhores, já que não existe coleta da prefeitura ou algum outro tipo de coleta que contemple as áreas do assentamento rural.

Quando perguntado aos assentados sobre a existência de transporte que os levem até a vila ou cidade mais próxima, todos afirmaram negativamente. A única condução que passa dentro do assentamento é o ônibus escolar.

Das vinte e uma famílias entrevistadas, oito famílias possuem filhos do primeiro ao nono ano, que frequentam regularmente a escola e utilizam do transporte escolar. A escola se situa em outro assentamento rural, chamado Chê Guevara, bem próximo ao PA Antonio Conselheiro. Três famílias possuem filhos do segundo grau e que frequentam regularmente a escola, também situada no Assentamento Chê Guevara e fazem uso do transporte escolar. O transporte escolar é pago pela prefeitura do município e leva menos de uma hora para se chegar à escola. Apenas uma família possui filho que frequenta curso superior, contabilidade, situado no município de Rancharia – SP.

Em relação ao atendimento regular à saúde, todos afirmaram receber, através de um posto de saúde localizado dentro do PA, com funcionamento de segunda-feira à sexta-feira. Entretanto, para atendimento de emergência, este é realizado no município de Mirante do Paranapanema –SP e casos mais urgentes são encaminhados para o município de Presidente Prudente – SP, cerca de 70 km de distância.

A Figura 35 apresenta os dados obtidos quando questionado sobre a participação das famílias em reunião entre os assentados:

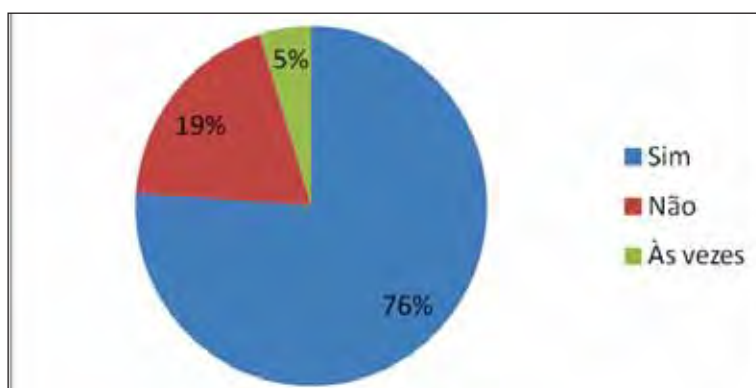


Figura 35 - Participação das famílias em reuniões entre assentados no Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Observa-se que a maioria das famílias participa, contudo, o mais importante a ser destacado desses dados são os motivos aos quais levaram os assentados à essas respostas. As famílias que afirmaram participar apenas algumas vezes disseram que somente participam quando se refere a alguma reunião com o ITESP ou referente a algum cadastramento, motivos esses em que os assentados têm a obrigação de comparecer. Já as famílias que afirmaram não participar relataram que desistiram de reunião, pois estão cansados de participar e nunca melhorar nada na vida deles. Casaram de ouvir propostas e mais propostas, de assinar acordos, porém, afirmaram que após essas reuniões, nada acontece em termos de melhoria.

Muitos relataram que desanimaram, pois propostas são feitas e assinadas, ficam cientes de que o recurso pelo governo foi liberado, entretanto, esses recursos nunca chegam para o assentado e, com isso, os assentados são vistos como preguiçosos ou adjetivos semelhantes, pois a sociedade vê que o recurso foi liberado, mas os assentados não estão produzindo, mas na verdade ninguém sabe em que lugar esse recurso vai parar, apenas sabem que não chega para os assentamentos.

Já a maioria que participa ainda acredita que essas reuniões poderão mudar a situação de vivência nos assentamentos rurais.

Das vinte e uma famílias entrevistadas, onze participam de cooperativas/associações, como a APRAC – Associação dos Produtores do Antonio Conselheiro; Horta Comunitária (Figura 36) e do projeto realizado pela Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, através do Programa de Aquisição de Alimentos.



Figura 36 - Horta Comunitária do Assentamento Antonio Conselheiro II.
Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

Na Figura 37, podem ser analisados os dados em relação à produção realizada nos lotes dos assentamentos:

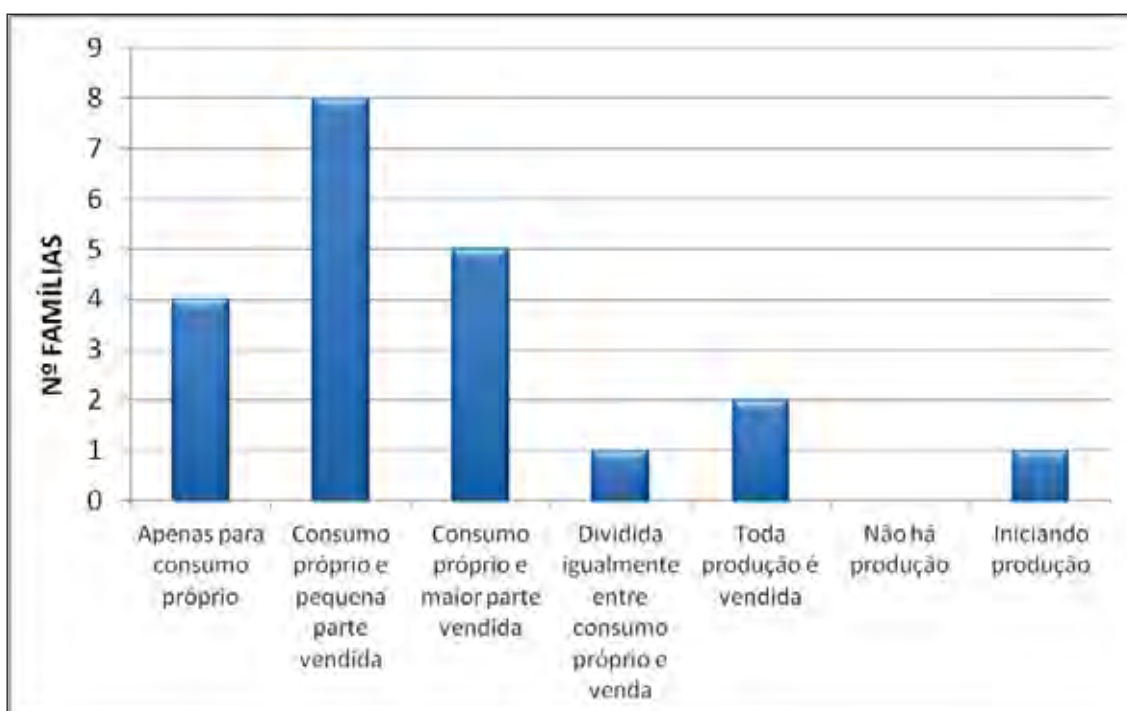


Figura 37 - Produção realizada nos lotes do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Observa-se que a maior parte das famílias tem sua produção para consumo próprio e pequena parte da produção é vendida. Percebe-se que, mesmo que a produção seja reduzida, nenhum lote está sem produção.

Entretanto, o que chama a atenção é em relação à alimentação diária, que pode ser observado na Figura 38:

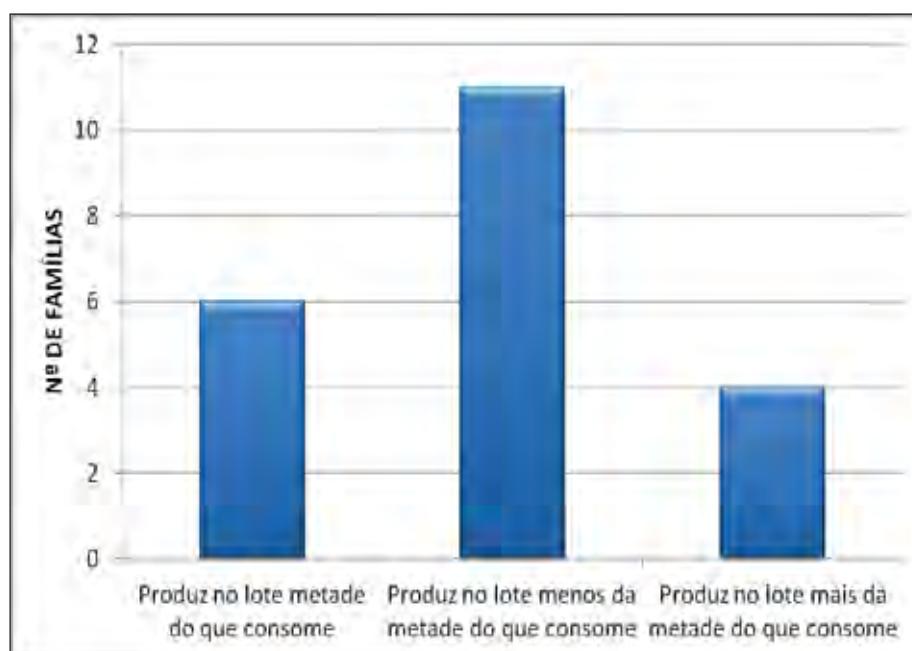


Figura 38 - Produção nos lotes do assentamento Federal Antonio Conselheiro II, em relação à alimentação diária.

Comparando esses dados com os do assentamento Santa Teresinha, observa-se que este assentamento apresenta dados melhores, visto que quatro famílias produzem no lote mais do que consome e seis famílias produzem no lote metade do que consome. Entretanto, a preocupação continua com a maior parte das famílias produzindo menos da metade do que consome, evidenciando, mais uma vez, o problema relacionado à produção dessas famílias.

Os lotes que possuem alguma produção de lavoura os produtos são: café, eucalipto, mandioca, algodão, milho, feijão, abóbora, quiabo, jiló, beterraba. Importante destacar que muitos assentados estão deixando de plantar café e substituindo-o por eucalipto, uma troca bastante desigual e o motivo é a dificuldade de comercialização e falta de investimentos agrícolas, que, de acordo com alguns assentados, muitos não querem mais trabalhar na colheita do café devido aos preços baixos pagos por hora.

Em relação à atividade pecuária, dezessete famílias possuem criação de gado, todos para a produção de leite, exceto um assentado que aluga seu pasto. Dez famílias possuem criação de porcos e quinze famílias possuem

criação de aves. Em relação às hortas e frutas, os produtos com maior produção são: pimenta, abacate, coco, jaca, acerola, mamão, limão, manga, banana, graviola, bacupari, jabuticaba, goiaba, cebolinha, salsinha, verduras em geral, quiabo e repolho. Nenhuma família possui produtos processados. Observa-se que a diversidade de produtos desse assentamento é superior ao assentamento Santa Teresinha, entretanto, essa diversidade não está presente em todos os lotes, apenas um lote do assentamento Antonio Conselheiro possui a maior parte destes produtos discriminados (Figura 39).



Figura 39 - Diversificação da produção em lote do assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

Na Figura 40 observa-se que poucas famílias possuem renda proveniente de serviços agrícolas no PA ou fora dele como diarista, safrista ou empregado.

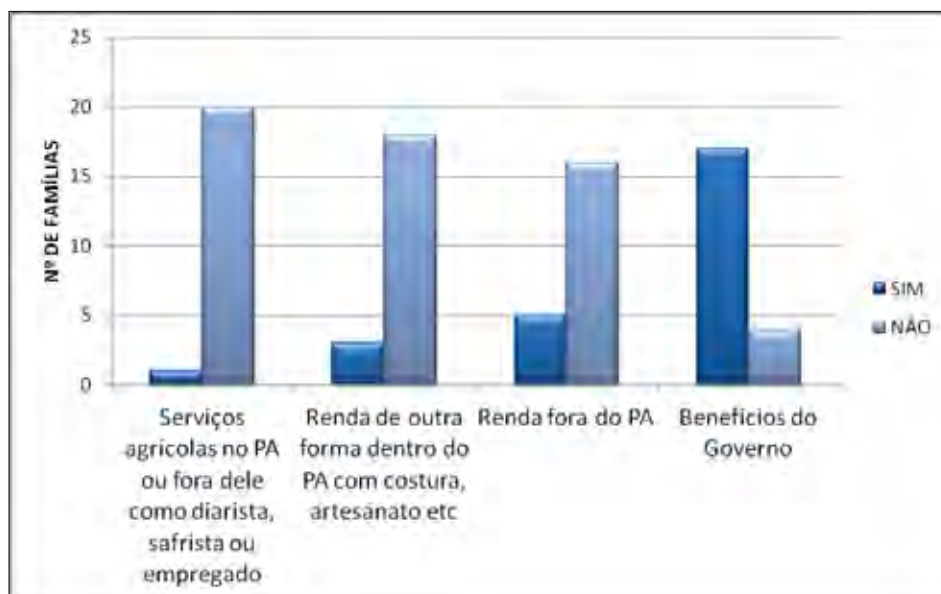


Figura 40 - Formas de renda não ligadas à produção agrícola no Assentamento Federal Antônio Conselheiro II.

Quando foi constatada renda não ligada à produção agrícola fora do PA, refere-se a pessoas que trabalham ajudando os próprios vizinhos assentados. A renda de outra forma dentro do PA com costura e artesanato também não foi muito evidenciada, apenas os serviços de artesanato (construção de cadeiras de madeira) e serviços de cabeleireiro. A renda proveniente de fora do PA foi pouco mais expressiva do que as anteriores, neste caso são pessoas que trabalham em creches, empresas, porteiro, agente de saúde e usina ETH.

Assim como no caso anterior apresentado, o dado mais expressivo de renda não provenientes de serviços agrícolas foram os benefícios recebidos do Governo. Entretanto, o que difere é a variedade na natureza desses benefícios, já que são sete benefícios diferentes, enquanto que no outro assentamento foram três tipos de benefícios. A tabela 6 apresenta a natureza desses benefícios:

Tabela 6 - Origem dos benefícios recebidos pelas famílias do Assentamento Antonio Conselheiro II.

Benefício	Nº de Famílias	Percentual
Ação Jovem	1	4,16%
Aposentadoria	8	33,33%
Auxílio Doença	2	8,33%
Bolsa Escola	1	4,16%
Bolsa Família	5	20,83%
Renda Cidadã	3	12,5%
Pensão	4	16,66%

Fonte: Organizado pela autora, 2013.

* O Bolsa Escola atualmente está inserido dentro do programa Bolsa Família, entretanto, a tabela está de acordo com o informado pelos assentados.

O benefício recebido com maior frequência é a aposentadoria, como no outro assentamento, seguido por bolsa-família e pensão. De acordo com os assentados que recebem esses benefícios, eles são importantes para a constituição de renda dessas famílias, entretanto, muitos casos em que residem apenas o (a) titular e esposo (a), já com idades avançadas e que vivem desses benefícios não conseguem suprir as necessidades básicas de alimentação e saúde.

Somando a renda total mensal dos assentados, incluindo os benefícios, a soma varia entre R\$300,00 e R\$1.500,00, conforme pode ser observado na Figura 41. Os assentados com renda maior possuem lavouras e comercializam seus produtos, o que faz gerar uma renda mais alta do que aqueles que vendem pouco ou nada do que produzem. A renda gerada do leite é muito importante para todas essas famílias.

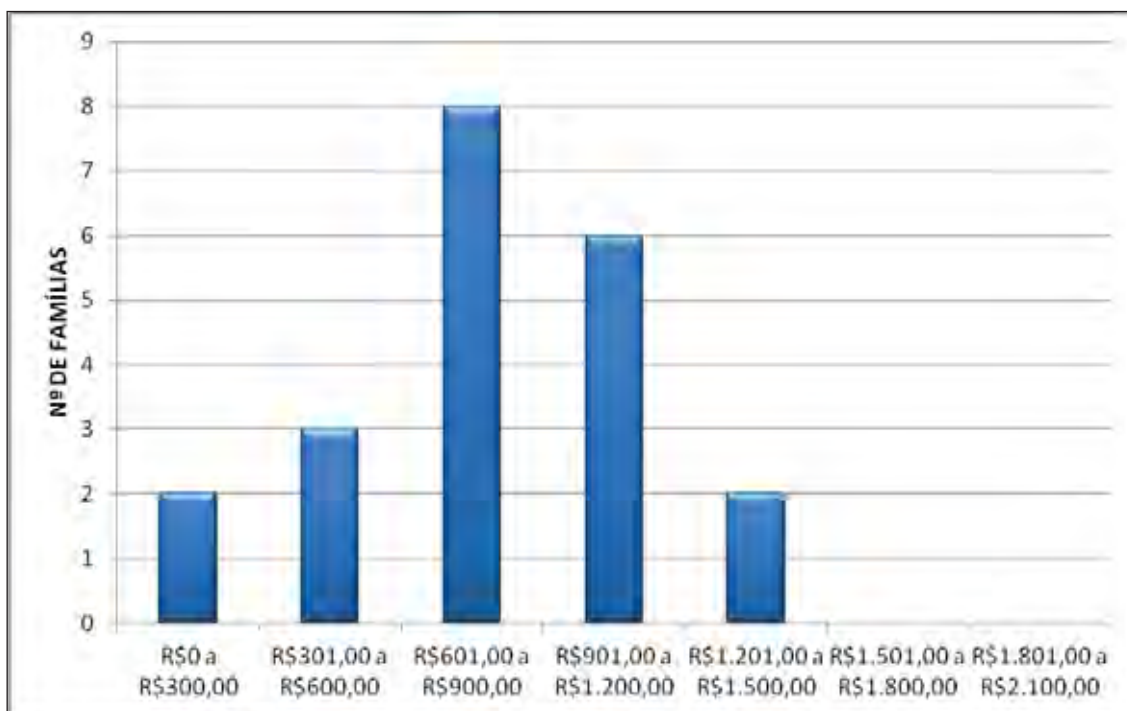


Figura 41 - Renda total mensal das famílias do Assentamento Antonio Conselheiro II.

Importante, neste momento, fazer uma comparação desses dados com os do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia, este, mesmo com baixa produção e comercialização, apresentaram rendas mais elevadas, pois se refere a assentados assalariados da usina, de estabelecimentos comerciais e serviços nas cidades.

Ainda sobre a renda total, quando questionada se era suficiente ou insuficiente, as respostas variaram, conforme Figura 41:

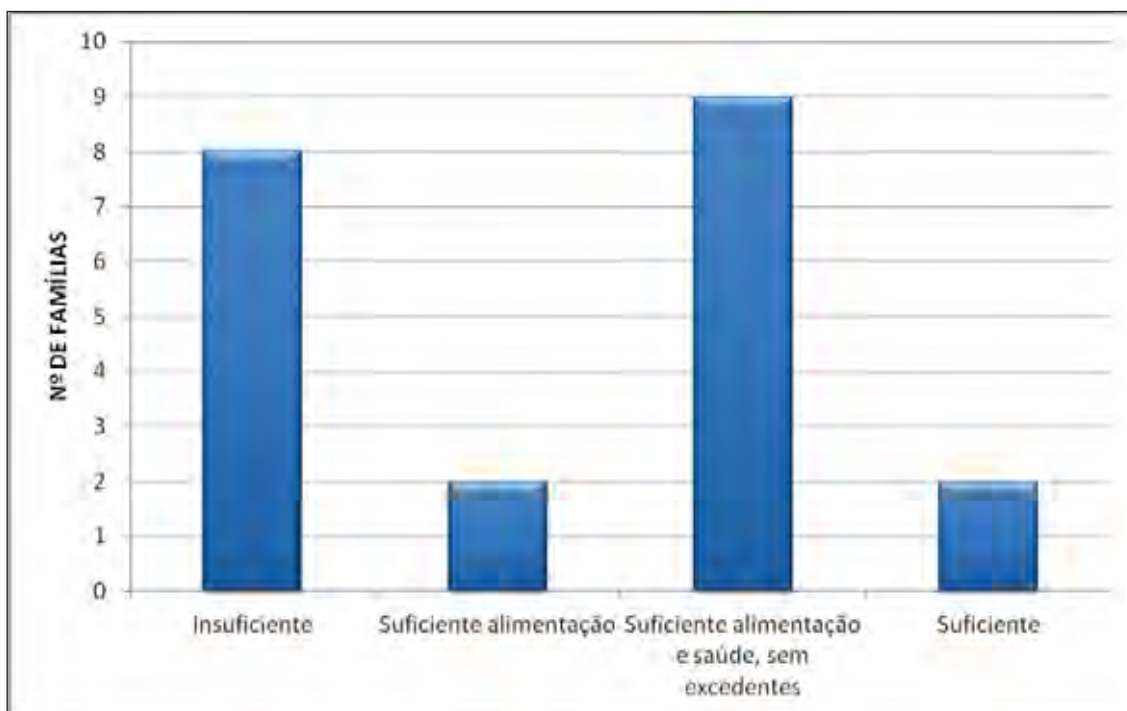


Figura 42 - Nível de eficiência em relação à renda mensal das famílias do Assentamento Antonio Conselheiro II.

Das vinte e uma famílias entrevistadas, oito apontaram ser insuficiente a renda obtida mensalmente. Duas famílias afirmaram estar satisfeitos com a renda e que ela é suficiente. Duas famílias apontaram a renda como suficiente apenas para suprir as demandas com alimentação e, a maior parte apontou ser suficiente para suprir a renda com alimentação e saúde, porém não consegue gerar excedentes para investir mais e melhorar suas condições de vida.

As entrevistas também abarcaram questões sobre o acesso ao crédito, entretanto, as respostas não foram suficientemente satisfatórias, pois os assentados não sabiam informar corretamente se obtiveram e qual foi origem do crédito. Por exemplo, apenas nove famílias afirmaram ter recebido o crédito de aquisição de material de construção (crédito para habitação), duas famílias relataram não ter recebido e dez famílias não souberam informar.

Em relação aos créditos do Pronaf-A, antigo PROCERA, Pronaf-C e Pronaf-D, quando foi perguntado, muitos assentados afirmaram ter recebido crédito, entretanto, não souberam afirmar, com certeza, qual a fonte do crédito recebido. A mesma dúvida ocorreu quando perguntado sobre a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os assentados disseram desconhecer tais

programas, entretanto, pode-se inferir que muitos participam do PAA, uma vez que participam da CONAB.

Percebe-se que faltam informações aos assentados, ou seja, muitos procuram e querem investir na produção de seus lotes, entretanto, mal são informados de todos os detalhes de programas ou projetos aos quais irão participar como no caso do acesso ao crédito e do PAA, realizado por meio da CONAB.

As entrevistas também abordaram as questões de comercialização e assistência técnica. Sobre a comercialização, de um modo geral, as famílias afirmaram não vender seus produtos diretamente na vila, distrito ou na cidade mais próxima. A comercialização é feita por meio da Conab, para aqueles que participam do projeto, neste caso, a Conab é quem faz o transporte dos produtos. Também existe a comercialização do leite, através de laticínio, que também recolhe o leite todas as manhãs no assentamento e leva para o resfriador.

No caso da lavoura de algodão, os assentados comercializam através de uma cooperativa com sede em Santo Anastácio, município a 100km. Para a comercialização do café os assentados vendem para cidades próximas como Presidente Prudente, Santo Anastácio e Pirapózinho. Contudo, um dado bastante negativo e preocupante é a questão da comercialização por atravessadores. Tanto para o algodão quanto para café e eucalipto a comercialização é feita por pessoas que vem de fora e levam para outras cidades, nestes casos, os assentados afirmaram ter um prejuízo enorme, já que esse tipo de comercialização o atravessador não paga o preço real que os assentados deveriam receber e, dessa forma, acabam contraindo um grande prejuízo que, muitas vezes, não paga nem aquilo que foi gasto na produção.

Nesse sentido, foi unânime a reclamação dos assentados quanto a comercialização. Todos afirmaram não haver assistência para a comercialização, o que acaba se tornando um dos motivos que o assentado deixa de produzir.

Apenas quatro entrevistados afirmaram ter assistência técnica regular por parte do ITESP, dois desses assentados afirmaram ser um atendimento bom e dois deles afirmaram ser regular. Entretanto, a maioria afirmou não haver assistência técnica de Agrônomo ou outro técnico. Os assentados

afirmaram que o ITESP apenas vai ao assentamento quando é necessário vacinar os gados ou quando tem algum assunto importante, de programas, projetos e cadastramentos, para informarem aos assentados. Alguns até usaram a expressão de que “o ITESP só aparece quando precisa recolher assinaturas dos assentados”.

Neste ponto é importante ressaltar que o gerenciamento dos Projetos de Assentamentos Federais é feito por parte do INCRA e dos Projetos de Assentamentos Estaduais é feito pelo órgão estadual, neste caso, ITESP. Contudo, no início deste ano o ITESP ganhou a licitação para gerenciar também os assentamentos federais. Isso provocou uma grande confusão e piorou a assistência prestada aos assentados.

De acordo com eles, o ITESP mal conseguia gerenciar os assentamentos estaduais e, agora, com os assentamentos federais, ficou ainda mais difícil. Por exemplo, para dialogar qualquer questão com agentes do ITESP é muito difícil conseguir agendar horário ou encontrar alguém disponível nos escritórios. Além disso, no caso da vacinação, um assentado afirmou ser quatro vezes mais caro a vacinação do ITESP comparado ao INCRA.

Em relação aos aspectos ambientais, foi questionado sobre a existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal. Os dados podem ser conferidos na Figura 43:

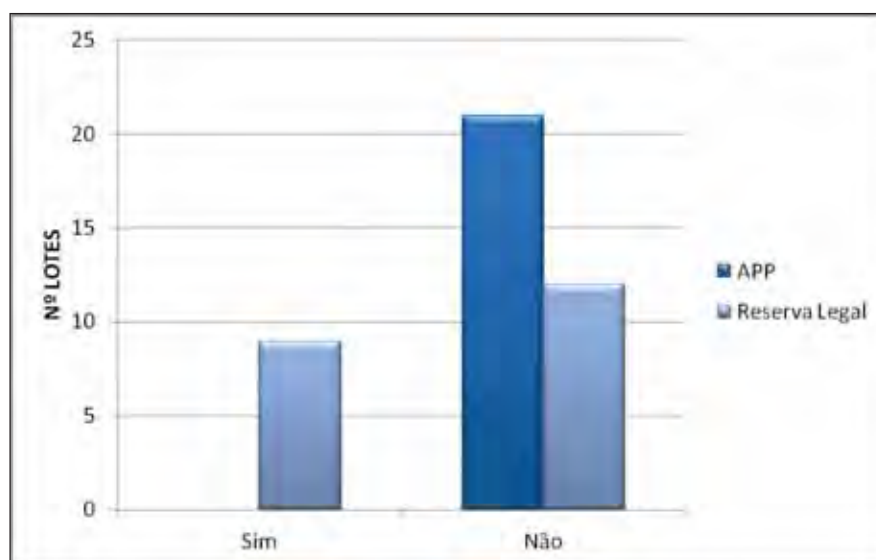


Figura 43 - Existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal nos lotes do Assentamento Antonio Conselheiro II.

Observa-se que nenhum lote apresenta a APP e parte dos lotes possuem áreas de Reserva Legal (Figura 44). Contudo, para os assentados a área fica fechada, mas grandes fazendeiros não respeitam e colocam seus gados nestas áreas em que não se pode utilizar. Alguns assentados ainda reclamaram que se a fiscalização ambiental verificar gados de assentados estes devem pagar multas, mas quando ocorre o mesmo com grandes fazendeiros, nada acontece em termos de punições.



Figura 44 - Áreas de Reserva Legal, ao fundo, em lote no Assentamento Federal Antonio Conselheiro II.

Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

Também foi questionado sobre a existência de áreas que apresentam erosões. Dezesseis entrevistados afirmaram não ter problema com erosões e cinco relataram a existência de erosões, algumas delas bem grandes (Figura 45). As erosões foram encontradas na parte Oeste do assentamento, ou, como é chamado entre os assentados, na “parte de baixo”. Segundo os assentados, foram realizadas curvas de nível apenas na parte Leste do assentamento, ou “parte de cima” e, por isso, apenas em algumas áreas são verificados processos erosivos. Além disso, foi constatado existência de curvas de nível mal feitas, insuficientes para barrar as enxurradas nos período de chuva.



Figura 45 - Início de processos erosivos no Assentamento Antonio Conselheiro II e curvas de nível mal feitas, insuficientes para barrar as enxurradas provocadas em períodos chuvosos.

Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

Como tratamento para esses solos, a fim de aumentar a produtividade, a maior parte realiza a adubação verde, outros ainda somam a realização do sistema de rotação de culturas. Alguns colocam calcário e outros não fazem nada.

E, por último, constatou-se que após a criação do assentamento nenhuma área foi desmatada, ao contrário, houve o plantio de árvores e outras espécies arbustivas, modificando totalmente a paisagem daquela área, como observado na Figura 46.



Figura 46 - Plantio de árvores realizado nos lotes pelas famílias do assentamento Antonio Conselheiro II.

Fonte: Foto retirada pela autora, 2013.

ASPECTOS DA MULTIFUNCIONALIDADE RURAL	IMPASSES	POSSIBILIDADES
Contribuição à Segurança Alimentar	Produção por lote pouco expressiva para consumo e inexpressiva para venda; Pouca diversificação de produção; Parte das famílias com ausência de produção para consumo próprio; Dificuldade na comercialização da produção.	Presença de associação dos assentados, favorecendo o acesso ao crédito agrícola e inserção em programas governamentais; Existência da Horta Comunitária; Participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Conab; Ausência de parcerias com a usina para plantio da cana-de-açúcar, demonstrando resistência dos camponeses para com o grande capital; Resistência de algumas famílias com a policultura.
Função Ambiental	Destino final do lixo, queimando ou enterrando; Falta de assistência técnica, Problemas com erosão.	Manutenção da paisagem, através do plantio de árvores; Preservação dos recursos naturais, principalmente para as áreas de APP e Reserva Legal; Adubação Verde.
Função Econômica e Social	Inexistência de transporte até a cidade mais próxima, dificultando a locomoção das famílias no cotidiano e em momentos emergenciais; Atendimentos emergenciais em cidades distantes, o que dificulta a permanência das famílias nos lotes no caso de tratamento de saúde, por exemplo; Renda Mensal insuficiente; Parte da renda vinda fora do PA ou como empregado de usinas, estabelecimentos comerciais e serviços; Dificuldade para obtenção de crédito agrícola; Falta de união e organização entre as famílias; Ineficiência das reuniões entre os assentados e aquelas promovidas pelo ITESP.	Presença de posto de saúde no assentamento; Escola de Ensino Fundamental e Médio no período diurno, em assentamento próximo;

Quadro 2 - Síntese da realidade do Assentamento Federal Antonio Conselheiro II em relação às questões da Multifuncionalidade Rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos apontamentos realizados neste trabalho percebe-se que a realidade dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema selecionados para este trabalho apresentam algumas peculiaridades, o que confirma a heterogeneidade do campo brasileiro e justamente por esse motivo é preciso se atentar para não propor políticas públicas que não levem em conta a diversidade e as particularidades que existe no espaço rural brasileiro, principalmente dentro dos assentamentos rurais.

Como exemplo dessa diversidade, foi notório identificar que o Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia apresenta uma realidade contraditória, na disputa entre camponeses e o agronegócio, e muito mais precária, em termos sociais, ambientais, econômicos e de produção do que o Assentamento Federal Antonio Conselheiro II, o qual já está mais estruturado e organizado, mesmo com alguns problemas.

Dessa forma, conclui-se que a noção de multifuncionalidade rural não acontece nesses assentamentos, visto que não atende às principais funções chave da noção:

- Segurança alimentar: a proposta da multifuncionalidade é que a contribuição para a segurança alimentar exercida pelo camponês é bem maior, pois tem como foco uma produção policultora. Em ambos os assentamentos foi constatado que a produção agrícola é quase insignificante, tanto para o consumo quanto para a venda. Muitos ainda não possuem nem ao menos uma horta ou pés de frutas para consumo próprio. No caso do Assentamento Estadual Santa Teresinha da Alcídia ocorreu um processo totalmente contrário ao proposto pela noção, que foi o arrendamento de parte dos lotes para a realização das parcerias com a usina para o plantio da cana-de-açúcar, o que leva ao fortalecimento da monocultura e dependência do camponês para o grande capital. Nesse aspecto, não se aplica a noção de multifuncionalidade rural nos assentamentos pesquisados.
- Função Ambiental: a noção da multifuncionalidade rural leva a função ambiental como um aspecto bastante positivo para o camponês, ou seja, acredita-se que o policultivo tradicional, realizado

pelo campesinato, por não ter um alto grau de dependência dos insumos químicos, torna os impactos ambientais bem menores, tendo como foco a questão da conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem. Nos assentamentos foi identificada a preocupação das famílias em tornar seus lotes mais bonitos, com plantio de árvores, deixando a paisagem mais agradável do que aquela em que encontraram quando receberam seus lotes. Também se percebe a preocupação, por parte de alguns assentados, em respeitar as áreas de APP e Reserva Legal, mas ainda falta a conscientização de algumas famílias em relação a preservação dos aspectos naturais, pois muitos lotes estão abandonados, com lixo espalhado por todos os cantos e, portanto, sem manutenção da paisagem. O destino final do lixo, os processos erosivos, os solos arenosos e de baixa fertilidade também são questões ainda pendentes. Além disso, algumas famílias estão sendo prejudicadas pela utilização inadequada de insumos químicos, por parte de grandes fazendeiros e da usina, contaminando a água de seus poços. Também nesse sentido, este aspecto da multifuncionalidade rural não se efetiva, de fato, nos assentamentos rurais.

- Função Econômica e Social: Um dos principais objetivos dessa função associada à multifuncionalidade é a manutenção de um tecido cultural e social, geração de oportunidades de emprego e renda local. Em relação aos aspectos econômicos, o que pode ser observado nos assentamentos estudados foi uma insatisfação muito grande, por parte dos assentados, em relação à situação econômica. Uma boa parte dessa insatisfação está relacionada com a falta de produção agrícola nos lotes, que não ocorre por vários motivos, como a dificuldade no acesso ao crédito, falta de assistência técnica e solos que, sem a aplicação de procedimentos para torná-los mais férteis, dificulta a produtividade dos assentamentos. E, quando é identificada a produção, o problema se encontra na comercialização dos produtos, na qual o assentado não encontra meios mais adequados e acabam vendendo sua produção para atravessadores. Em relação à situação social, percebe-se a enorme falta de união e companheirismo entre os

assentados, constatado, principalmente, pela inexistência de associações/cooperativas no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia e, mesmo com a existência de associação no Assentamento Antonio Conselheiro II, notou-se que ela somente existe para a aquisição de programas governamentais, não tendo qualquer vínculo e preocupação de expandi-la e fortalecê-la entre seus membros. Observou-se também que, pela falta de infraestrutura, pela ausência de incentivos, pelo desânimo da vida no campo, por se sentirem esquecidos, acabam saindo de seus lotes e optando por residir e trabalhar na cidade. Essas considerações apontam para a não aplicação da noção de multifuncionalidade rural nos assentamentos de Reforma Agrária.

Além de não cumprir as funções chave da noção de multifuncionalidade rural, outro argumento que explicita a não viabilidade desta noção no Brasil, em especial, nos assentamentos rurais, é a questão de que não existe uma preocupação em ouvir o camponês sobre o que ele deseja fazer, trata-se de uma política que não foi criada na base do movimento camponês, mas sim algo que vem das grandes esferas políticas e que tenta impor aquilo que o camponês deve fazer. Não é levado em consideração as experiências e os desejos do camponês e, ainda, mais uma vez a responsabilidade do prejuízo do modelo produtivista é colocado sobre o camponês e não sobre os grandes fazendeiros e o agronegócio. É o camponês que fica responsável pela produção de alimentos, pela preservação dos aspectos naturais, sem assistência e investimentos, enquanto o modelo produtivista continua a operar sem mudanças na sua estrutura produtiva. Por isso, não é aplicável esta noção, fica evidenciado o interesse no modelo produtivista.

Por fim, o último argumento contra a aplicação da noção de multifuncionalidade, retorna os questionamentos apresentados por Segrelles Serrano de que enquanto o Brasil não resolver os problemas históricos da concentração fundiária, nenhum modelo importado, mesmo que seja adaptado, irá resolver a questão agrária brasileira e as questões que envolvem o campesinato. Não faz sentido importar uma noção criada nos moldes europeus, que possui uma realidade totalmente diferente da realidade brasileira, além disso, uma noção criada dentro e pelo modo de produção

capitalista, com o objetivo do lucro e da exploração dos camponeses, torna-se uma utopia.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o quaternário**. Geomorfologia, São Paulo, nº 18, p. 1-23, 1969.

ANTONIO, A. P., FERNANDES, B. M. SILVEIRA, F.R. **Parecer Técnico Científico sobre a Viabilidade da Cana-De-Açúcar nos Projetos de Assentamentos do Pontal do Paranapanema**. Universidade Estadual Paulista-Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 1995.

BARRETO, M. J. **Dinâmica Geográfica da Expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa**. In: Revista Pegada – vol. 9 nº 1. Junho 2008.

BOIN, M. N. **Chuvvas e erosões no Oeste Paulista: uma análise climatológica aplicada**. Rio Claro, 2000. 264p. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) IGCE/UNESP. Rio Claro.

BONNAL, P.; BOSC, P. M.; DIAZ J. M.; LOSCH, B. **Multifuncionalidad de la agricultura y Nueva Ruralidad ¿Reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización?** Ponencia presentada en el Seminario Internacional El Mundo Rural: Transformaciones y Perspectivas a la luz de la Nueva Ruralidad. Universidad Javeriana, CLACSO, REDCAPA, Bogotá, Octubre 15-17 de 2003.

CANASAT – Monitoramento da Cana-de-açúcar. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. (Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/> - Acesso em 07 de janeiro de 2013).

CANDIOTTO, L. Z. P. **Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura**. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, p. 1-16.

CARNEIRO. M. J.; MALUF R. S. **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
CARNEIRO, M. J. **Significados da pluriatividade para a família rural**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2005.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, P. R. (Org). **Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009.

DATALUTA – Banco de dados da luta pela Terra. Relatório Pontal 2011. (Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 07 de janeiro de 2013).

- FELICIANO, C. A. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. In: Revista NERA – Ano 10, nº. 11 – Julho/Dezembro, 2007.
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 285p
- FERNANDES, B. M. Prefácio. In: **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. LEITE, José Ferrari. São Paulo: Hucitec, 1998. p.202.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, 2001, v.92.
- FERNANDES, B. M.; GOLÇALVES, E. C. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputas territoriais**. In: Revista Espaço Aberto, 2011, v.1.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v.1, p. 173-224.
- FERNANDES, B. M. **Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre campesinato e agronegócio**. In: Boletim DATALUTA. Presidente Prudente, 2009, n.22. (Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em 12 de dezembro de 2012).
- FERREIRA JÚNIOR, A. C.; HESPANHOL, A. N. **A cana-de-açúcar nos assentamentos rurais Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata no município de Teodoro Sampaio – SP**. In: II Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. Uberlândia – 20 a 22 de junho, 2006.
- FREITAS, F. L. M.; SPAROVEK, G. **Avaliação dos efeitos da entrada da cana-de-açúcar em área de assentamentos da região do Pontal do Paranapanema**. In: **Simpósio Nacional "Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas"**, 2006, Uberlândia - MG, 2006.
- GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em geografia**. São Paulo: DIFEL, 161 p., 1981.
- GONÇALVES, E. C. **A disputa territorial entre movimentos camponeses e agronegócio sucroalcooleiro: a “parceria” dos assentados com usinas de açúcar e álcool no Pontal do Paranapanema- SP**. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Niterói – RJ – 29 de outubro a 02 de novembro, 2009.
- HESPANHOL, R. A. de M. **As organizações de produtores rurais na França**. In: Revista Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 155-174, jul./dez. 2007.

IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa geológico do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1981. Escala 1:500.000.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. **Lei ESTADUAL nº. 10.207, de 8 de janeiro de 1999**. Criação do Instituto de Terras de São Paulo.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. **Portaria Itesp – 075**, de 24-10-2002. Plantio de culturas.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. **Portaria Itesp – 077**, de 27-07-2004.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998. p.202.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO BRASIL: (Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar> - Acesso em 07 de janeiro de 2013).

MALUF, P. R. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira**. In: Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. CARNEIRO. M. J.; MALUF R. S. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MASSOT MARTÍ, A. **La PAC, entre la Agenda 2000 y la Ronda del Milenio: ¿A la búsqueda de una política en defensa de la multifuncionalidad agraria?** In: Estudios Agrosociales y Pesqueros, n.º 188, 2000 (pp. 9-66).

MULLER, J. M. **Multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva**. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, de 4 a 6 de setembro de 2007, Fortaleza – CE.

MASSARETTO, N. **Impactos ambientais do plantio da cana-de-açúcar nos solos dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema** – Monografia de Bacharelado. Presidente Prudente, 2010.

NUNES, J. O. R.; SEGRELLES SERRANO, J. A. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na Província de Alicante – Espanha**. In: REVISTA NERA – ANO 12, Nº. 14 – JANEIRO/JUNHO DE 2009.

OLIVEIRA, J.B. **Solos do estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico**. Campinas, Bol. Ci., n. 45, IAC. 1999. 108p.

PERONDI, M. A. **A dimensão sócio-econômica da multifuncionalidade**. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, de 28 setembro a 01 de outubro de 2004, Santa Cruz do Sul – RS.

ROSS, J.L.S. e MOROZ, I.C. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.10, p.41-56, 1997.

SEGRELLES SERRANO, J. A. **La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva en la unión europea, mito en américa latina**. (Eria. Revista Cuatrimestral de Geografía, nº 72, 2007, pp. 89-99; Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo.

SEGRELLES SERRANO, J. A.; SÁNCHEZ, J. V. (Coord.) **Multifuncionalidad rural y nueva ruralidade. La experiênciã europea y la potencialidade de Colombia**. Madrid, 2012.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. C. **RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais. Dsenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2006.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: Revista Proposta nº 87 Dezembro/Feveireiro de 2000/2001, p. 40-49.

SOLER MONTIEL, M. **La política agraria de la Unión Europea**. In: Rebelión, 20-01-2005.

TOMMASELLI, J.T.G.; FREIRE, O. e CARVALHO, W.A. **Erosividade da chuva na região oeste do estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Agrometeorologia, Campinas, n. 7, p.269-276, 1999.

WANDERLEY M. N. B. Prefácio. In: **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. CARNEIRO. M. J.; MALUF R. S. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

APÊNDICE

9. O lote está ligado à rede de energia elétrica?
() Sim () Não
10. Qual a forma utilizada para o destino final do lixo?
() Queimado
() Enterrado
() Parte Queimado/Parte Enterrado
() Em terreno a céu aberto
() Coleta indireta feita em caçamba
() Coleta prefeitura
11. Existe condução que todos podem pegar até a vila ou cidade mais próxima?
() Não
() Sim Com que frequência? _____
12. O transporte é público e gratuito?
() Sim () Não _____
13. Possui filhos do primeiro ao nono ano e que frequentam regularmente a escola?
() Sim () Não
14. Onde é a escola?
() Dentro do PA () No povoado, vila, distrito ou cidade mais próxima
15. Existe transporte escolar?
() Menos de 1 hora de deslocamento até a escola
() Mais de 1 hora de deslocamento até a escola
() Não há escola de ensino fundamental no projeto ou nas proximidades
16. Possui filhos do segundo grau e que frequentam regularmente a escola?
() Sim () Não
17. Onde é a escola?
() Dentro do PA () No povoado, vila, distrito ou cidade mais próxima

18. Existe transporte escolar?

- Menos de 1 hora de deslocamento até a escola
- Mais de 1 hora de deslocamento até a escola
- Não há escola de ensino fundamental no projeto ou nas proximidades

19. Possui filhos que frequentam cursos especializados ou ensino superior?

- Não
- Sim Onde é o curso? _____

20. Existe atendimento de saúde regular, para vacinação, acompanhamento de gestantes e crianças?

- Sim
- Não

21. Onde é feito o atendimento regular de saúde?

- Por Agente de Saúde
- Em Posto de Saúde no PA
- No povoado, vila, distrito ou cidade mais próxima
- Menos de 2 horas de deslocamento até o local de atendimento
- Menos de 2 horas de deslocamento até o local de atendimento
- Não há atendimento de saúde

22. Existe atendimento de saúde para emergências como fraturas ou acidentes?

- Por Agente de Saúde
- Em Posto de Saúde no PA
- No povoado, vila, distrito ou cidade mais próxima
- Menos de 2 horas de deslocamento até o local de atendimento
- Menos de 2 horas de deslocamento até o local de atendimento
- Não há atendimento de saúde

23. Participa ativamente de reunião entre os assentados?

- Sim
- Não

24. Participa de alguma Cooperativa, comprando ou vendendo seus produtos por ela?

Não Sim, qual? _____

25. A produção no lote é realizada:

- Apenas para consumo próprio (subsistência)
- Consumo próprio e pequena parte é vendida
- Consumo próprio e maior parte é vendida
- Dividida igualmente entre consumo próprio e venda
- Toda a produção é vendida
- Não há produção
- Iniciando produção

26. Em relação à alimentação diária:

- Produz no lote metade do que consome
- Produz no lote menos da metade do que consome
- Produz no lote mais da metade do que consome

27. Possui produção de diferentes tipos de lavoura?

Não Sim, quais? _____

28. Possui criação pecuária (gado, ovelha, cabra)?

Não Sim, quais? _____

29. Possui criação de porcos?

Não Sim

30. Possui criação de aves?

Não Sim

31. Possui produção de frutas e hortas?

Não Sim, quais? _____

32. Possui produtos processados, como queijo, farinha de mandioca, polpa de frutas ou vassouras de sorgo?

Não Sim, quais? _____

33. Algum membro da família realiza serviços agrícolas no projeto ou fora dele como diarista, safrista ou empregado?

() Não () Sim, quais? _____

34. Algum membro da família consegue renda de outra forma dentro do Projeto com costura, artesanato, comércio ou serviços?

() Não () Sim, quais? _____

35. Algum membro da família consegue renda de outra forma fora do Projeto com costura, artesanato, comércio ou serviços?

() Não () Sim, quais? _____

36. Algum membro da família recebe aposentadoria, pensão, bolsa-escola, vale-gás ou outro benefício do Governo?

() Não () Sim, quais? _____

37. Quanto é a renda total mensal gerada pela família somando tudo o que ganham, produzem ou tem de benefícios?

Valor: R\$ _____

() Insuficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação e saúde

() Suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação e insuficiente para as necessidades de saúde

() Suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação e saúde mas sem gerar excedentes

() Suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação e saúde, mas gerando também excedentes ou poupança

38. Já recebeu o crédito de aquisição de material de construção (crédito habitação) mesmo que só uma parte?

() Sim () Não

39. Já recebeu o PRONAF-A ou PROCERA?

() Sim () Não

40. Já recebeu o PRONAF-C ou D?

() Sim () Não

41. Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou outro programa?

() Sim () Não Qual? _____

42. Vendem sua produção sem processamento diretamente na vila, distrito ou na cidade próxima?

() Sim () Não

43. Vendem sua produção para alguém de fora que vem comprar o produto no projeto e vai vender na cidade?

() Sim () Não

44. Faz a comercialização de seus produtos em sistemas integrados com agroindústrias ou com contratos de venda antecipada (exemplos: parcerias de criação de frangos, suínos, bicho-da-seda).

() Sim () Não

45. Recebe assistência técnica de Agrônomo ou outro técnico que vem ao projeto pelo menos uma vez por mês?

() Sim, quem? _____ () Não

46. Existe Área de Preservação Permanente (APP, mata ciliar, margem de rios áreas muito declivosas) que está preservada (sem uso agrícola) e que tem cobertura florística natural ou recuperada (ex.: mata ciliar, veredas, campina, várzeas, brejos).

() Sim () Não

47. Existe Área de Reserva Legal que está preservada (sem uso agrícola) e que tem cobertura florística natural ou recuperada (ex.: veredas, campina, várzeas, brejos, floresta).

Sim Não

48. Existem áreas que estão com erosão de forma que não dá para produzir ou onde já está difícil produzir?

Sim Não

49. Como é feito o tratamento do solo para aumentar a produtividade?

Adubação Insumos químicos Rotação de culturas
 Manutenção da cobertura vegetal Outros _____

50. Existem áreas em que houve desmatamento depois da criação do projeto?

Sim Não

51. Existem áreas em que houve plantio de árvores após a criação do projeto?

Sim Não

APÊNDICE B – Área plantada de cana-de-açúcar, em hectares, e percentual do crescimento, no período de 2003 a 2012, com destaque para os municípios onde se situam os assentamentos rurais selecionados na pesquisa

	ÁREA PLANTADA (Em Hectares e Porcentagem)										2003-2012	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
ALFREDO MARCONDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ALVARES MACHADO	0	0	0	0	68	67	66	61	61	0	0	
		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	-1,47%	-1,49%	-7,58%	0,00%	-100,00%	0,00%	0,00%
ANHUMAS	150	149	149	149	1036	3304	6427	7482	7642	7570		
		-0,67%	0,00%	0,00%	595,30%	218,92%	94,52%	16,42%	2,14%	-0,94%	4946,67%	
CAIABU	6310	5631	5734	6513	6631	7111	7714	7772	7456	7259		
		6,05%	1,83%	13,50%	1,81%	7,24%	8,48%	0,75%	-4,07%	-2,64%	36,70%	
CAIUÁ	58	510	2676	3173	4250	5396	5853	5771	5719	5446		
		779,31%	424,71%	18,57%	33,94%	26,96%	8,47%	-1,40%	-0,90%	-4,77%	9289,66%	
EMILIANÓPOLIS	1298	2259	2579	3017	3151	4255	4346	4369	4356	4330		
		74,04%	14,17%	16,98%	4,44%	35,04%	2,14%	0,53%	-0,30%	-0,60%	233,69%	
ESTRELA DO NORTE	0	21	27	27	113	2178	4490	4513	5463	6314		
		100,00%	28,57%	0,00%	318,52%	1827,43%	106,15%	0,51%	21,05%	15,58%	100,00%	
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	1219	1217	1197	1188	1210	1162	1533	2524	2455	3344		
		-0,16%	-1,64%	-0,75%	1,85%	-3,97%	31,93%	64,64%	-2,73%	36,21%	174,32%	
IEPÉ	6468	7711	7854	7857	9229	10373	11949	11717	11733	11703		
		19,22%	1,85%	0,04%	17,46%	12,40%	15,19%	-1,94%	0,14%	-0,24%	80,97%	
INDIANA	0	0	0	0	0	54	77	77	77	77		
		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	42,59%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	
JOÃO RAMALHO	2385	3350	3882	7004	11699	12598	14520	15703	15776	16528		
		40,46%	15,88%	80,42%	57,03%	7,68%	15,26%	8,15%	0,46%	4,77%	593,00%	
MARABÁ PAULISTA	961	2748	2846	4999	7284	12067	14399	14367	15281	18050		
		185,95%	3,57%	75,65%	45,71%	65,66%	19,33%	-0,29%	6,44%	18,12%	1778,25%	
MARTINÓPOLIS	6925	8097	9205	12633	18111	22181	27535	27774	30150	31926		
		16,92%	13,68%	37,24%	43,36%	22,47%	24,14%	0,07%	8,55%	5,89%	361,03%	
MIRANTE DO PARANAPANEMA	0	0	98	842	1990	2204	6350	11070	13265	14660		
		0,00%	100,00%	759,18%	136,34%	10,75%	188,11%	74,33%	19,83%	10,52%	100,00%	
NANTES	4838	5060	5173	5009	1930	4055	5691	5807	5827	5689		
		4,59%	2,23%	-3,17%	-61,47%	110,10%	40,35%	2,04%	0,34%	-2,37%	17,59%	
NARANDIBA	591	744	1173	1660	4883	7271	10525	12097	13449	13782		
		25,89%	57,66%	41,52%	194,16%	48,90%	44,75%	14,94%	11,18%	2,48%	2231,98%	
PIQUEROBI	187	187	544	864	1603	2377	2997	2642	2715	2670		
		0,00%	190,91%	58,82%	85,53%	48,28%	26,08%	-11,85%	2,76%	-1,66%	1327,81%	
PIRAPOZINHO	2445	2548	2956	3483	9969	15176	19546	20219	20237	20714		
		4,21%	16,01%	17,83%	186,79%	51,93%	28,80%	3,44%	0,09%	2,36%	747,20%	
PRESIDENTE BERNARDES	582	584	585	1136	2387	2215	3996	3897	3668	3634		
		0,34%	0,34%	93,86%	110,12%	-7,21%	80,41%	-2,48%	-5,88%	-0,93%	524,40%	
PRESIDENTE EPITÁCIO	0	0	10	10	507	735	1391	1382	2313	7388		
		0,00%	100,00%	0,00%	4970,00%	44,97%	89,26%	-0,65%	67,37%	219,41%	100,00%	
PRESIDENTE PRUDENTE	7731	7849	8041	8117	8203	8269	8473	8353	8032	8096		
		1,53%	2,45%	0,95%	1,06%	0,80%	2,47%	-1,42%	-3,84%	0,80%	4,72%	
PRESIDENTE VENCESLAU	24	2626	3292	3721	5526	6702	8635	9054	9707	9660		
		10850,00%	25,27%	13,03%	48,51%	21,28%	28,84%	4,85%	7,21%	1,78%	41066,67%	
RANCHARIA	8974	9332	9711	9980	12605	21330	25466	29707	30904	33518		
		3,99%	4,06%	2,77%	26,30%	69,22%	19,39%	16,65%	4,03%	8,78%	274,62%	
REGENTE FEIJÓ	255	362	764	776	937	1187	1413	1565	1427	1250		
		41,96%	111,05%	1,57%	20,75%	26,68%	19,04%	10,76%	-8,82%	-12,40%	390,20%	
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	0	72	2229	2746	2809	3133	4131	4248	4242	4179		
		100,00%	2995,83%	23,19%	2,29%	11,53%	31,85%	2,83%	-0,14%	-1,49%	100,00%	
ROSANA	17	17	0	0	574	568	2350	2872	2873	5693		
		0,00%	-100,00%	0,00%	100,00%	-2,79%	321,15%	22,21%	0,03%	96,16%	33380,24%	
SANDOVALINA	0	0	0	0	2281	10785	15080	15662	15747	17167		
		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	372,82%	39,82%	3,96%	0,54%	9,02%	100,00%	
SANTO ANASTÁCIO	1311	1461	1514	2270	4056	3912	4671	4642	4373	4510		
		11,44%	3,63%	49,93%	78,68%	-3,55%	19,40%	-0,62%	-5,79%	3,13%	244,01%	
SANTO EXPEDITO	369	687	676	1160	1386	1729	1715	1715	1698	1553		
		86,18%	-1,60%	71,60%	19,48%	24,75%	-0,81%	0,00%	-0,99%	-8,54%	320,87%	
TACIBA	5055	5083	3198	4154	6932	12120	15603	16707	18670	18305		
		0,55%	-37,08%	29,89%	66,88%	74,84%	29,48%	6,46%	11,75%	-1,96%	262,12%	
TARABAI	0	0	0	950	993	999	2047	2810	3299	4090		
		0,00%	0,00%	100,00%	4,53%	0,60%	104,90%	37,27%	17,40%	23,98%	100,00%	
TEODORO SAMPAIO	13942	13548	16277	17454	19654	20504	27741	27422	30481	30813		
		-2,83%	20,14%	7,23%	12,80%	19,59%	18,03%	-1,16%	11,16%	1,08%	121,01%	
TOTAL	71095	68307	76114	93438	132373	185503	239079	256569	268615	289427		
		-3,92%	11,43%	22,76%	41,67%	40,14%	28,88%	7,32%	4,70%	7,75%	307,10%	